

UNESP – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras
Câmpus de Araraquara

Reitor

Antônio Manoel dos Santos Silva

Vice-Reitor

Luís Roberto de Toledo Ramalho

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Fernando Mendes Pereira

Diretor

Cláudio Benedito Gomide de Souza

Vice-Diretora

Maria Beatriz Loureiro de Oliveira

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia

Lucila Scavone

CADERNO DE CAMPO (UNESP – Faculdade de Ciências e Letras
– Pós-graduação em Sociologia)

ARARAQUARA, SP – Brasil, 1997-1998.

ISSN 1415-0689

Conselho Editorial

Ana Laura Mendonça Cardia

Claudio Zannoni

Edmundo Alves de Oliveira

Marisa Geralda Barbosa

Nivaldo Correia da Silva

Assessoria Técnica

Bibliotecária: Cristina Aurora B. Giollo Santos

Arte da Capa

Helton Souto Lima

Impressão

Seção Gráfica – FCL/ CAR

**Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP - Campus Araraquara**

CADERNO DE CAMPO

0313025532



1997 - 1998

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
UMA PROPOSTA DE ESTUDO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA Edmundo Alves de Oliveira.....	9
CANUDOS DA VELHA REPÚBLICA: DA EPOPÉIA ÀS REFORMAS EUCLIDIANAS Ana Laura Mendonça Cardia	31
OS VERDES E A PARTIDARIZAÇÃO DA ECOLOGIA Nivaldo Correia da Silva	47
INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA ACERCA DO “ESPÍRITO” DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA COMPARATIVA COM A TRANSIÇÃO ESPANHOLA. Lara Andréa Crivelaro Bezzon.....	67
O DIREITO DE PROPRIEDADE NOS CONFLITOS AGRÁRIOS: UMA ANÁLISE DE DISCURSO Luciana C. Caetano de Moraes.....	83
DA GENERALIDADE AO RECORTE TEMÁTICO Rubens Alexandre da Silva.....	101
A MEMÓRIA COMO MÉTODO DE PESQUISA Fabiola Gaspar das Dores	113
ABORDAGENS MODERNAS, PÓS-MODERNAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE PRODUÇÃO TEÓRICA FEMINISTA Andréa de Souza Túbero Silva	133
A MULHER NO ESPAÇO POLÍTICO FORMAL Rogéria Antunes	155

Apresentação

Estamos apresentando ao leitor a Revista Caderno de Campo. Nela, em seu oitavo número, consideradas pequenas alterações, reunimos uma série de artigos que objetivam divulgar os trabalhos de pesquisa científicos, desenvolvidos pelos(as) alunos(as) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Araraquara – S.P.

As mudanças ocorridas na Revista, foram, basicamente, no Conselho Editorial. Deste número em diante, as responsabilidades pelas publicações estarão a cargo dos alunos do Programa. Trata-se de ventilar outras obrigações para novos pesquisadores.

Nesta edição, procura-se dar ênfase ao conteúdo teórico metodológico das várias pesquisas, abraçando a transdisciplinaridade como caráter mais democrático da divulgação da produção científica. Os temas, a seguir, conferem nossas pretensões de imprimir esta feição. Os temas tratados são: a problemática do Estado e o projeto nacional; a velha e a nova República; o sistema partidário e a democracia; os conflitos agrários e o direito à propriedade; o sistema penitenciário e a ressocialização; a memória e a subjetividade; a participação da mulher na política; sua história social e a relação com o moderno/pós-moderno.

Os diferentes artigos apresentados, tem como ponto em comum, como já observamos, o conteúdo teórico-metodológico transdisciplinar, imprescindível como ferramenta auxiliar para as várias pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento. Neste sentido, busca-se preencher um vazio atual em relação a divulgação dos trabalhos mais recentes, produzidos pelo corpo discente desta academia, estimulando a produção e a maior visibilidade no exercício da pesquisa.

Araraquara, fevereiro de 1999

Conselho Editorial

UMA PROPOSTA DE ESTUDO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

Edmundo Alves de OLIVEIRA*

RESUMO: De forma sintética este artigo busca apresentar os caminhos que estabelecemos para a construção do objeto, bem como, a resolução teórico-metodológica da nossa pesquisa de doutoramento; que enfoca a crise do Estado desenvolvimentista tendo como tema central as conseqüências desta sobre o padrão organizacional e de identidade coletiva da sociedade brasileira, e conseqüentemente sobre a nacionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do Estado Desenvolvimentista; Nacionalidade e Projeto Nacional.

Apresentação

Através das bases de uma crise que tem o *Estado como seu centro* e que acabou por contaminar todas as outras esferas a ponto de influir, como veremos, até no *padrão de identidade e de organização social coletiva (Nacionalidade¹)* constituída e operante nessa sociedade,

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UNESP - 14.800-910 - Araraquara - SP. Este artigo origina-se do projeto de doutoramento sob a orientação da Profa Dra Maria Teresa Miceli Kerbauy.

¹ O conceito de *Nacionalidade* por nós empregado neste projeto, mais que uma expressão jurídica ou uma concepção de igualdade étnica, lingüística, ou histórica, busca assentar-se numa definição direta com o Estado (Hobsbawm, 1990), assim a entendendo como a base (a expressão e síntese) do padrão de *identidade e solidariedade* coletivas (entendidas enquanto teias relacionais de representações e organizações sociais, políticas e econômicas do povo brasileiro e de sua sociedade), construída e reconstruídas ao longo da história deste país. Como afirma Hobsbawm (1990) Nação e Nacionalidade são modos pelos quais os indivíduos se definem e se redefinem enquanto pertencentes a um grupo e em relação entre si e com os outros, no caso brasileiro, esta definição de unidade e identidade, como veremos, é fundamentada na forte presença do Estado. Desta forma o conceito de Nacionalidade é definido como síntese histórica da solidariedade e da identidade coletivas, enquanto modelos relacionais e organizacionais estabelecidos no país num determinado período e por um determinado tipo de Estado.

estabelecemos a pesquisa de doutorado enquanto uma continuidade ao trabalho realizado no mestrado, cujo tema foi o impasse na reforma administrativa do Estado brasileiro no período do Governo de José Sarney ao de Fernando H. Cardoso (Oliveira, 1997). Assim, é partindo da mesma periodização, da premissa teórica já definida no mestrado, qual seja, da grande importância que o Estado adquiriu perante a sociedade; da situação de como se encontra essa instituição, e das dificuldades para elaboração de um novo projeto nacional² de desenvolvimento, que inserimos uma outra premissa teórica sobre a qual se fundamenta nossa análise, mas que ainda depende de comprovação, que é, a definição de nacionalidade do povo brasileiro está intimamente ligada ao seu Estado e a períodos históricos determinados, assim, o estudo sobre a Nacionalidade tem uma correlação direta com a crise atual do Estado brasileiro.

Uma vez estabelecidas as premissas básicas, podemos considerar como centro da análise, a idéia de que a crise do Estado brasileiro, nessas duas décadas, define-se concomitantemente com uma “crise” de nacionalidade, cuja solução de uma depende do futuro da outra. A sociedade brasileira atual, ao perder o Estado desenvolvimentista como principal agente dinamizador e de definição do processo de desenvolvimento, do padrão organizacional da sociedade e da identidade coletiva, não conseguiu até agora encontrar uma forma de equacionamento possível que possibilite a superação desse momento de crise, o que, só nos parece viável a partir da constituição de um novo *projeto nacional de desenvolvimento* e, assim, um novo *modelo de nacionalidade*.

A Nacionalidade Brasileira e a atual Crise do Estado:

A crise generalizada pela qual passa o Brasil nessas últimas duas décadas, tem como centro o questionamento da forma de configuração e atuação do Estado-Nação, que além de ser determinada por especificidades internas que perpassam toda a nossa história, está também, sintonizada com os acontecimentos internacionais de questionamento do Estado

² Projeto Nacional é aqui entendido como um esboço de unidade ou o seu resultado (síntese), que contém ou é contido por um modelo de desenvolvimento econômico e no qual se inter-relacionam a heterogeneidade de interesses, de compreensão do mundo e de identidades existentes, além das teias de interação entre as diversas esferas da sociedade.

Nacional e da organização de uma “nova ordem mundial” de desenvolvimento e de divisão internacional de trabalho.

Essa nova realidade internacional está permitindo a constituição de blocos econômicos supranacionais, eliminando as barreiras aduaneiras tanto para o capital como para o trabalho, gerando e obrigando a livre circulação de mercadorias, dinheiro e pessoas (“globalização”)³ o que, por um lado, mostra os limites cada vez mais estreitos pelos quais atravessa a concepção de Estado e de Nacionalidade e, por outro, nos permite perceber o quanto é importante a articulação política e institucional na geração das bases sociais estáveis e dos incentivos necessários para a manutenção do desenvolvimento e da ordem capitalista. Paradoxalmente, o Estado e a Nacionalidade são recolocados como o centro da arquitetura desse novo estágio da modernidade.

A centralidade da crise, expressando-se no Estado, nos dá a certeza inicial de que é nele que estão os elementos que diagnosticam e prognosticam esse período (Offe, 1984 e 1989). No caso brasileiro, a “década perdida”, como ficaram denominados os anos oitenta, demonstra bem as dificuldades de reformulação do modelo de Estado e suas conseqüências para o restante da sociedade, tanto para a solidariedade coletiva, como para a identidade social. Assim, devemos ressaltar que as relações sociais, políticas e econômicas em todos os níveis da sociedade são fortemente mediatizadas pelo Estado (Antunes, 1990; Draibe, 1985; Faoro, 1975; Fernandes, 1975; Franco, 1969; Gomes, 1988; Koval, 1982; Martins, 1987; Nardini, 1989; Saes, 1985; Schwartzman, 1982; Trindade, 1986; Uricoechea, 1978; entre tantos outros) e por isso sua crise ultrapassa os seus próprios limites estruturais, atingindo todos os níveis da sociedade, até mesmo os fundamentos da nacionalidade.

O Estado, ora em crise, desenvolveu um padrão de organização social e de identidade coletiva específicos para o funcionamento do desenvolvimentismo enquanto um projeto nacional. “Se o Estado sempre desempenha a função de organização da dominação (...), ele não o faz

³ A exacerbação dos regionalismos, nacionalismos e a fragmentação de unidades nacionais em quase todos os continentes são também expressões dessa nova realidade.

sempre do mesmo modo, é por isso que o Estado assume formas particulares. ” (Saes, 1985a, p. 23).

Através desse contexto podemos estabelecer, na história do país, uma relação conceitual e analítica entre Estado e Sociedade, e também definir que os padrões funcionais de organização social (solidariedade) e de identidade coletiva variam historicamente e junto com eles a própria nacionalidade⁴. Na atual conjuntura brasileira há uma problematização cada vez mais acentuada na definição do conceito de nacionalidade, pois os referenciais diretos de definição (identidade, solidariedade coletivas e o próprio Estado) estão também passando por um processo de crise e, assim, de reelaboração de estrutura e significado.

I

A década de 80, os anos 90 e seus acontecimentos exprimem mais que a passagem de um regime autoritário para um democrático: são expressões também da crise final do Estado e do modelo desenvolvimentistas (Fiori, 1995b), que unida a uma crise econômica e fiscal, à falta de perspectiva de viabilização de um novo padrão de desenvolvimento a curto prazo e às transformações que estão ocorrendo no mundo produziram uma instabilidade no equilíbrio das forças que lastrearam a estrutura organizacional da sociedade e o modelo de Estado até então vigente. Constituindo, assim, uma realidade na qual a proposta desestatizante é muito forte (Fiori, 1995b) e em que a crise ganha uma profundidade e complexidade, que acreditamos, só encontra paralelo da década de 30, pois parece que se chegou ao limite da capacidade de atuação do Estado (“Varguista”) através do seu padrão de “compromisso” (Weffort, 1978) entre os vários setores (interesses) na manutenção do modelo organizacional de sociedade e de identidade coletiva específicos do desenvolvimentismo.

⁴ Desta forma, estabelecemos critérios objetivos de definição da nacionalidade retirando-a do espaço puramente ideológico. Entendemos, então, a Nacionalidade como uma construção histórica e, sendo assim, ela está em permanente redefinição e reelaboração, como, também, estão os elementos que a fundamentam.

Nesse momento, mais do que nunca, torna-se incontroláveis as expectativas coletivas, e os fatores econômicos, sociais e políticos fazem-se com enorme velocidade e (...) agrupam interesses extremamente variáveis e inorgânicos [por isso os acordos são instáveis e efêmeros]. Adensa-se o peso da força material dos grupos de interesses e das vontades políticas de cada setor ou região na imposição de uma solução que nascerá, inevitavelmente de prolongada luta sem leis nem fronteiras, que não sejam os impostos pelo próprio desenvolvimento do conflito. (Fiori, 1995a, 134).

A dificuldade de encontrar uma solução (consenso) a curto prazo exacerba o imediatismo e o individualismo, o que potencializa ainda mais a sinergia de estilhaçamento do Estado e a impossibilidade de orquestração de um projeto verdadeiramente nacional de desenvolvimento que possibilite, sob outro patamar, a reelaboração da identidade e da solidariedade coletivas. E ao diagnosticar que os únicos limites serão definidos pelo próprio conflito, Fiori nos demonstra, que a velha fórmula de equalização das distintas posições sociais e políticas através da ação de um Estado forte e autoritário não tem funcionado mais e, também, que existe uma perspectiva totalmente aberta para o futuro, pois, ao contrário do que prognostica Castoriadis, (1982) a conjuntura da crise parece, até agora, não estar formulando nenhum novo modelo instituinte.

Em síntese, se o capitalismo expandiu-se sustentado em uma lógica utilitária de mercado, o fez regulando este utilitarismo através de vários meios, mas sobretudo, reenquadrando-o e usando projetos coletivos capazes de fundar o consenso necessário a qualquer ética política. Normalmente, o ascetismo religioso por um lado e o nacionalismo pelo outro, cumpriram a perfeição estes papéis no desenvolvimento dos capitalismo tardios. No caso brasileiro, a ausência destas duas matizes institucionais e ideológicas criou um vazio ético, preenchido permanentemente pelas *idéias de eficiência e autoridade*, consubstancializada no objetivo e na *inevitabilidade do crescimento permanente e ininterrupto* [viabilizado por um Estado intervencionista]. (Fiori, 1995a, p. 95, grifo nosso).

Por isso sem desconhecer a importância das reformas institucionais, a reforma essencial do Estado começa.

necessariamente, por uma redefinição do compromisso entre atores sociais e econômicos de alcance regional, nacional e internacional. Desse modo, a reorganização do setor público só adquirirá sentido e viabilidade com a contraface indissociável da afirmação política e econômica de uma *nova estratégia de desenvolvimento* [estruturada junto com um novo modelo de nacionalidade]. Mas esta supremacia torna-se difícil em uma *sociedade com tamanho grau de heterogeneidade*, tão baixo grau de conglomeração de capital nacional e tão alto nível de internacionalização decisória na estrutura produtiva. (Fiori, 1995b, p. 114, grifo nosso).

O autor resume, a nosso ver, a situação em que se encontra o impasse do país - de ser brasileiro na atualidade -, e a necessidade de se restabelecer novos fundamentos organizacionais e de identidade da sociedade e da própria nação, pois num período de fragmentação das estruturas organizacionais (modernas) da sociedade e de constituição dos blocos econômicos como o Mercosul, Alca, Nafta, Comunidade Européia, entre outros, que aparecem como contraponto a essa realidade, o Estado continua sendo reconhecido como único sujeito e agente de representação e interlocução internacional, o que cria um situação paradoxal com as posições desestatizantes, característica de um período ainda carente de uma perspectiva de resolução a longo prazo. Nesta circunstância, as propostas desestatizantes no Brasil parecem ser mais uma expressão de comportamentos individualizados (do “salve-se quem puder”) e corporativos, do que uma resposta sistêmica da sociedade ao encaminhamento de uma solução para a crise (formulação de um novo projeto verdadeiramente nacional).

A constituição de posições conflituosas:

A falência do desenvolvimentismo, a crise econômica mundial do início da década de oitenta, unidas a dificuldades enfrentadas pelos Estados nacionais em crescente ineficácia e contestação de sua configuração e de suas ações, produziram uma realidade interna de crise estrutural no Brasil que determinaram e/ou explicitaram o fim de um modelo de desenvolvimento, da forma organizacional da sociedade e de sua identidade coletiva (com isso da própria nacionalidade), constituídos ainda na

primeira metade desse século, que aglutinavam, sob o “guarda-chuva” protetor de um Estado forte e interventor, interesses heterogêneos internos à sociedade. (Diniz & Boschi, 1991; Schneider, 1994; Fiori, 1995; Gouvêa, 1994; entre tantos outros).

A presença de um Estado forte e o fracionamento heterogêneo (Fiori, 1993) dos diferentes grupos regionais, setoriais e funcionais da sociedade (diversidade de racionalidade - de interesses não hegemônicos) permitiram a execução do projeto desenvolvimentista do Estado, bem como, a primazia dessa instituição e de sua estrutura burocrática diante desses outros setores (Weffort, 1978; Ianni, 1971; Schneider, 1994) através de alianças de interesses extremamente instáveis entre eles via Estado (Cardoso, 1972; O'Donnell, 1987; Fiori, 1993; Gouvêa, 1994).

Heterogeneidade preservada, em grande medida graças à capacidade política que os diferentes grupos (...) setoriais e regionais demonstravam durante todas essas décadas de vivência do modelo desenvolvimentista, em proteger seus espaços diferenciados de interesse [dentro da estrutura do Estado]. (Fiori, 1993, p. 145).

Configuração que durante essas últimas décadas (de crise) vem impossibilitando a formulação de um novo consenso e modelo alternativo a essa realidade. Ou seja, em crise, o Estado desenvolvimentista não mais consegue equacionar essa heterogeneidade de interesses (não hegemônicos), o que provoca uma situação que exacerba as disputas e os desacordos entre eles. Conseqüentemente, a falta de uma definição minimamente consensual de um novo modelo de Estado está a dificultar sua reforma estrutural e de função diante da sociedade, fazendo com que os conflitos de interesse entre as várias racionalidades que estavam operante dentro da estrutura dessa instituição, ora em crise, venham impedindo a rápida resolução dos problemas e a constituição de um projeto verdadeiramente nacional que contenha um novo modelo de desenvolvimento, conseqüentemente de nação e nacionalidade.

A diversidade de racionalidades (interesses) em conflito, além de obstaculizar a solução da crise, acaba por agravá-la ainda mais⁵, pois

⁵ Como veremos, a exacerbação dos conflitos entre os mais variados interesses que estavam encrustados no Estado contribuem, no limite, para a impossibilidade de reelaboração de um novo do modelo de desenvolvimento, como também, a sua rápida superação da crise.

prolonga o período para sua resolução e produz uma crescente desvalorização da instituição Estado e do próprio regime democrático, o que pode ser classificado, através dos conceitos estabelecidos por Habermas (1980 e 1987) e Offe (1984 e 1989), como uma *crise de legitimidade*, e assim tomando essa instituição cada vez menos operante (*crise de racionalidade*), contribuindo ainda mais para o esgarçamento da solidariedade social⁶ e da própria identidade (coletiva), conseqüentemente da Nacionalidade. A demora e as dificuldades encontradas na solução da hiperinflação brasileira que se tornou crônica é o exemplo mais visível desse fato, o aparecimento de movimentos separatistas mesmo que incipientes, juntos de uma guerra fiscal entre os estados da federação (crise do modelo de pacto federativo vigente) para atrair investimentos, são outros exemplos⁷.

I

O Estado desenvolvimentista, centro do modelo de desenvolvimento, de organização do consenso econômico, político e social do período anterior (da unidade nacional) e fundamento da identidade e solidariedade coletivas (da nacionalidade), transformou-se, hoje, no centro da crise e a instituição fundamental para a superação e inteligibilidade desse período.

[O Estado brasileiro] ...deu sinal de esgotamento de sua capacidade, exacerbando o seu papel e tamanho, o que gerou uma reação doutrinária e empírica, indicando a redução de seu tamanho e a limitação de seu papel. Esta reação, expressa pela doutrina neoliberal, cujo embasamento contemporâneo encontramos nos pensamentos de K. Popper, F. A. Hayek, M. Friedman, R. Aron e R. Dahrendorf, é ilustrada pelas experiências dos

⁶ Solidariedade é, então, definida como a forma de organização da sociedade, seja em relação a modelo de produção e/ou nas cadeias de inter-relação entre suas várias esferas e os indivíduos com elas e entre si. Assim, definimos, também, o conceito de identidade através do espaço relacional, dizendo de outro modo, a solidariedade e identidade estão fundamentadas também no campo macro político e na *definição de lealdades*. (Monteiro, 1997) e não apenas na forma de organização produtiva.

⁷ A unidade territorial brasileira não é o foco de preocupação e sim a construção de um novo modelo viável de desenvolvimento nacional que seja possível diante dessa realidade.

governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA. Na América Latina, como experiência pioneira, temos a política econômica adotada pelo general Pinochet no Chile, que ganhou continuidade com Patricio Aylwin. (Rodrigues, 1994, p. 52).

A grande dificuldade desse dilema e continuidade dessa proposta (“neoliberal”) está na resolução do *paradoxo* estabelecido no Brasil na questão do relacionamento Estado e Sociedade, muito bem explicitado por Fiori.

Para além do nevoeiro ideológico, a realidade dura e crua de fatos determinados por uma estrutura construída ao longo de sessenta anos de centralização continuada, aponta para um quebra-cabeça de difícil solução: como desvencilhar-se de um Estado de que todos dependem (...), numa luta em que o principal instrumento de poder de cada um é a própria fatia do Estado que controlam? (Fiori, 1995B, p. 121).

A fragmentação do Estado desenvolvimentista e a liberação dos freios que limitavam a autonomia de ação desses agentes, acirraram o comportamento individualizado e estimularam as suas ações na tentativa de autodefesa e na conquista de espaço nas definições para uma nova forma de Estado e de desenvolvimento econômico, retirando desta instituição, assim, a capacidade de mediar os conflitos e dirimi-los através do procedimento da “fuga para frente” (Fiori, 1995B, 116)⁸. O padrão de heterogeneidade de interesses que o Estado Nacional Desenvolvimentista induziu, produziu, alimentou e utilizou (Diniz & Boschi, 1991; Fiori, 1995a e b), tanto na sociedade como dentro de sua própria estrutura burocrática, acabou por determinar em um grau mais elevado o

⁸O desenvolvimentismo se caracteriza pela “fuga para frente” (Fiori, 1995), necessidade de um permanente crescimento econômico e também da estrutura do Estado com a incorporação dos agentes e dos conflitos sociais (Martins, 1985) através de acordos (“compromissos” - Weyffort, 1978), dessa forma entendemos que o desenvolvimentismo tende, pela sua própria constituição, a deixar de ser operacional por dois motivos básicos: pelo gigantismo que o Estado vai atingindo e nos momentos de dificuldades econômicas quando toda essa estrutura deixa de ser funcional e passa a ser um estorvo a toda a sociedade, devido ao poder que concentrou e aos interesses que ali se originaram ou foram introjetados. É através dessas características que podemos estabelecer que os parâmetros de inteligibilidade da crise do “Welfare State” são adequados ao entendimento da crise atual do Estado brasileiro, como fez Draibe (1988 e 1989).

acirramento e a dificuldade de resolução dos atuais impasses, a fim de constituir um novo consenso.

É com essa perspectiva que encaramos a década de oitenta, os anos noventa e seus acontecimentos, em que o término da transição para a democracia e as reformas administrativas do Estado não representaram o fim da crise institucional, o restabelecimento da legitimidade do Estado e a elaboração de um novo projeto nacional. Assim, gostaríamos de estabelecer que consideradas às dificuldades internas no Brasil; a realidade e a expectativa de solução problematizam-se ainda mais quando unem-se a esses acontecimentos internos as atuais transformações internacionais da economia e da geopolítica como a globalização e a formação de blocos (o Mercosul).

Coloca-se, assim, novas dificuldades (externas) à resolução do dilema brasileiro, pois ao perder o Estado como principal referencial de unidade nacional potencializam-se os conflitos (internos) entre os interesses heterogêneos e gera problemas estruturais que afetam as bases da nacionalidade. Isso tudo, num período em que, nos parece, ser fundamental a formulação de um modelo de nação e de Estado que permitam ao país ter boas condições para se inserir nesse novo patamar da ordem internacional. *É nesse contexto de realidade que avaliamos ser importante um estudo sobre a Nacionalidade em correlação com a crise do Estado no Brasil.*

As perspectivas de solução desenvolvidas nos anos 80 e 90:

A falência do Estado desenvolvimentista (Fior, 1995a e b; Bresser Pereira, 1996) com sua crescente deslegitimação por parte da sociedade e incapacidade de atuação produziram um viés de entendimento do Estado e de seu padrão de ação na sociedade (intervencionismo) a partir da negatividade, e dessa forma através da via de solução fundamentada na destruição da máquina e da configuração existente (operacionalizada através das várias reformas administrativas)⁹. O que nos impõe um procedimento metodológico de análise e de pesquisa que englobe o estudo do Estado Brasileiro, sua crise estrutural e conjuntural e o modo como ela

⁹ O Estado brasileiro em disfuncionalidade estrutural mantém nichos de poder em sua máquina, o que acaba criando conflitos e a defesa por grande parte dos grupos organizados da sociedade de princípios de destruição da estrutura burocrática pública (Oliveira, 1997).

vem sendo entendida pelos agentes políticos, bem como, sua reforma, a fim de estabelecer como se dá o entendimento da unidade nacional (nacionalidade) e a possibilidade da elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento diante dessa realidade.

Nossa pesquisa busca, então, constituir uma contraposição entre o modelo em crise e as perspectivas de alteração a tal modelo, a fim de entender com está sendo possível, ou não, a formulação de um novo projeto de desenvolvimento nacional sem a primazia do Estado e, assim, concomitantemente determinando a configuração do novo modelo de Estado e de sua capacidade de ação, além de como está se refletindo a crise na possibilidade de alterações no modelo de nacionalidade.

I

A forma de organização e de identidade dos diversos grupos de interesse (Diniz & Boschi, 1995; Gouvêa, 1994) e a maneira de utilizarem o seu poder de imposição (Fiori, 1995B), na busca de resolver as discordâncias exacerbadas pela crise, cuja “ponta do *iceberg*” são a crise econômico-fiscal e a reestruturação do Estado com maior ou menor capacidade de ação diante da sociedade, produziram exageros, aberrações e anacronismos de todos os lados (Albuquerque, 1995), que estão expressos em documentos como as propostas de reforma do Estado, as leis, os discursos, as análises e as reportagens realizadas durante pelo menos essas últimas duas décadas.

A crise de governabilidade (Martins, 1995) ou de governança (MARE/ENAP, 1995)¹⁰, que na fase destrutiva e negativa da década de oitenta e início de noventa produziu a falência da capacidade do Estado de avaliação e planejamento, chega ao limite com a crise econômica e os casos de corrupção no Governo Collor¹¹ (Krieger, Novaes e Faria, 1992; Rua, 1994). Desta nova conjuntura, emana do debate político uma variada gama de documentos para a reconstrução do Estado com contornos mais

¹⁰ MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado, ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

¹¹ No nosso entender o governo Collor de Melo é o marco final da configuração ainda operante do Estado constituído no pós-30.

definidos (Albuquerque, 1991; Bresser Pereira, 1995; Fiori, 1995a, 1995b; IPEA 1994; MARE/ENAP, 1995; Tavares, 1993; Veloso, 1991, 1992, 1993, 1995; etc.), mas não totalmente convergentes nos seus fundamentos institucionais, capacidade de ação e gerenciamento diante das outras esferas da sociedade (Oliveira, 1997). Pois a nova forma de configuração do Estado parece que só pode ser definida através da constituição de um novo modelo de desenvolvimento e de coletividade nacional ao Brasil, que estabeleça um pacto entre as várias forças atuantes e assim conquiste a hegemonia social e lance as bases de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil adequado às novas realidades internas e externas (conjunturais e estruturais). Forma que se faz necessária por não mais se poder - e/ou aparentemente não mais querer - contar com a supremacia do Estado e sua ação interventora perante a sociedade (Dreifuss, 1989). Entendimento que fundamenta a nossa posição teórico-metodológica e baliza nossa pesquisa sobre o objeto.

II

Ao reconstruir, através de fontes secundárias, as bases do padrão de nacionalidade estabelecido pelo modelo desenvolvimentista de Estado, pode-se definir os procedimentos de inteligibilidade da crise iniciada no fim do regime autoritário e ao mesmo tempo estabelecer um arquétipo comparativo que nos permita entender como está sendo definida as propostas de constituição de fundamentos para um novo pacto de desenvolvimento e reformulação da nacionalidade, bem como a possibilidade de sua execução. E dessa forma, também, lastrear teoricamente, mesmo que em parâmetros iniciais, a hipótese básica do trabalho e a pesquisa do doutorado.

A pesquisa (fontes primárias) se iniciará e se fundamentará na documentação referente às reformas do Estado, a fim de determinar como estão sendo conduzidas as propostas e os seus fundamentos “ideológicos” ou “teleológicos” em relação a sociedade¹². Uma vez determinado nesses

¹² A preocupação nesse tipo de documentação não está apenas no diagnóstico e prognósticos que as propostas realizam ao serem apresentadas à arena política para apreciação e discussão,

documentos os elementos fundamentais que situam o objeto da pesquisa, esses dados serão confrontados, enriquecidos e aprofundados com a análise de outras fontes (primárias) como entrevistas de tecnocratas, políticos ou personalidades afins, realizadas pela imprensa e órgão especializados, documentos emitidos por órgãos e agentes sociais de relevância, além de análises e pesquisas publicadas por outros autores políticos e/ou acadêmicos sobre o período (assim, estabelecendo parâmetros comprobatórios com as fontes secundárias), compondo um panorama do momento pelo qual passa o país e com isso definindo os fundamentos empíricos e também teóricos comprobatórios da hipótese básica.

Esse procedimento de análise busca responder e se realizar através dos enquerimentos aos textos, construídos através do objetivo da pesquisa (Carmo, 1996), dessa forma, focando a crise e ampliando as perspectivas de intelegibilidade dos componentes de sua composição e superação. Assim, a análise busca uma compreensão dos dados (documentos) não só pelos seus enunciados de diagnósticos e prognósticos da crise do Estado e da sociedade, mas também, pelos seus enlaces e suas origens ideológicas (enquanto uma formação discursiva¹³), o que será útil para a avaliação mais específica dos atores e seus papéis na arena decisória e para a compreensão da situação atual na qual a heterogeneidade social com sua crivagem regional, setorial e funcional; ação clientelista, patrimonialista e corporativa; e inter-relação com os acontecimentos históricos internacionais do período, constitui o elemento da crise, o agente de sua superação e um grande limite à elaboração de um novo projeto nacional.

III

Para uma melhor explicitação da forma da pesquisa devemos observar que a idéia de buscar o que há de oculto nos dados da pesquisa se estabelece nos princípios básicos da Ciência Social em dois estágios: na reificação do objeto e no aprofundamento do conhecimento (Bourdieu,

mas sua relevância analítica está também nos trâmites processuais e nos encaminhamentos dentro das instituições representativas da sociedade, como o Congresso.

¹³ Formação discursiva é aqui entendida com um inter-texto, ou seja, um texto elaborado a partir de um discurso fundador e através de um contexto histórico específico (Carmo, 1996).

1975). O primeiro trata de um momento inicial da pesquisa, no qual se estabelecem e se misturam o modelo analítico-conceitual e a aposta pessoal do pesquisador na forma de conseguir a melhor apreensão do objeto, com a intenção de possibilitar a sua retirada do nível do censo comum, dando-lhe o "status" de um objeto de interesse científico. O segundo momento se realiza com a pesquisa, o objeto reificado (retirado do nível apenas aparente do censo comum) vai sendo decifrado e aprofundado permitindo novos conhecimentos sobre si mesmo e sobre outros. É nesse sentido e sobre essas bases que buscamos a análise do período atual, no intuito mais geral de encontrar as pistas para se entender quem e como se relacionam em sociedades essas pessoas que se definem e/ou são definidas como brasileiros e, de forma mais específica, estabelecer alguns caminhos de intelegibilidade da atual crise brasileira.

É a partir desse patamar, que se articularam os procedimentos analíticos proporcionados pelo aprofundamento da pesquisa na definição das grandes questões estabelecidas (objetivo). Ao se determinar quem são e como se relacionam os agentes políticos e sociais a partir do advento do Estado intervencionista de 30 e a relação deste e da sociedade até o regime militar iniciado em 64, constituiremos uma síntese de definição do padrão de identidade e solidariedade social (Nacionalidade) brasileira¹⁴. Dados estruturais e conjunturais que serão utilizados como modelo epistêmico de comparação para a inteligibilidade da realidade de crise dos anos 80 e 90 bem como as perspectivas de mudanças engendradas nesse período, premissas construídas num movimento de permanente confronto com a hipótese básica, no intuito de sua comprovação ou não e de elaboração de um entendimento científico sobre o tema estudado.

A análise, por estar fundamentada na sociedade em seu *nível político e institucional*, tendo o Estado como elemento de permanente investigação e contraponto, situa o conceito de nacionalidade fora do espaço cultural e de suas manifestações¹⁵. Identidade e solidariedade

¹⁴ Segundo Hobsbawm (1990), a nacionalidade é um conceito da modernidade definido somente a partir do Estado Nacional, que é outro produto da modernidade.

¹⁵ Segundo Mota (1995), devido a diversidade cultural existente no país, não podemos estabelecer uma unidade social através dos conceitos de cultura brasileira, cultura nacional, nacionalismo cultural, etc., e também "... numa palavra, a consciência *cultural* nunca incorporou sistemática e criticamente a implicação *política* de sua própria existência, e por esse motivo

sociais, que definem o conceito de nacionalidade aqui empregado, estão limitados em critérios sociológicos e políticos, nesse trabalho, enquanto a base organizacional e de uma unidade da sociedade, através da maneira do inter-relacionamento dos brasileiros em sociedade e entre seus diferentes níveis e agentes, bem como a maneira que essas pessoas se definem e se identificam entre si e com as esferas institucionalizadas. Dessa forma consideramos que o foco da pesquisa se baliza em 4 diferentes *ambientes relacionais* dessas esferas políticas e também sociológicas, no qual podemos encontrar os indícios de como está sendo entendido e processado a atual crise, bem como as formas de sua superação. Os ambientes são: os *escritos acadêmicos* enquanto espaço de desenvolvimento do conhecimento e também expressão mais teórica das ideologias; os *discursos políticos* sejam eles os discursos propriamente dito, os programas partidários, os debates e os encaminhamento de leis e propostas (espaços de propagação e de definição ideológicas da sociedade); a *administração pública* enquanto espaço privilegiado de ação, de planejamento e de elaboração ideológica; e o outro ambiente é o da *efetivação das políticas públicas*, ou seja, os caminhos, ações e relações necessárias para que a sociedade (os diversos agentes) pautem a ação das agências governamentais e do próprio Estado, ou seja pautada por eles.

A divisão destas esferas relacionais em que estabelecemos os fundamentos do conceito de nacionalidade aqui aplicado, tem uma função mais metodológica e analítica para a pesquisa do que uma correspondência direta com a realidade na qual todos esses ambientes pertencem, se relacionam e se misturam.

Neste sentido pode-se correlacionar os dois primeiros ambientes em um espaço mais voltado à expressão de uma identidade social e à importância de serem analisados dentro da avaliação feita por Sader e Paoli: "O conhecimento dos discursos sobre a sociedade e a história (...) assume importância fundamental porque condiciona o próprio objeto que nomeia entranhando-se em seus acontecimentos." (Sader & Paoli, 1986, p. 62, grifo nosso).

Já os dois outros ambientes estão relacionados a espaços mais institucionalizados, onde a solidariedade coletiva, da sociedade, tem maior

pouco auxiliou na elaboração e adensamento de uma consciência social". (p. 418, grifo do autor).

expressão, no sentido de estarem diretamente ligados a estrutura do Estado e a seus procedimentos de ação e de inter-relação direta com os agentes da sociedade.

Com isso queremos chamar a atenção para o fato de que há uma dinâmica inerente aos que chamamos de entidades [públicas] (...), qualquer que seja o regime político prevalecente, (...) e uma independência relativa que reforça a tendência para se constituírem em subpolos de poder. (Martins, 1985, p. 94).

Além do que, o modo de ação e inter-relacionamento entre Estado e sociedade define como está estruturada a sociedade, bem como, a sua forma organizacional (solidariedade coletiva) e sua identidade e dos indivíduos que a constitui.

IV

Uma vez estabelecidos os parâmetros da análise no tocante ao nível da sociedade e definindo este espaço como uma comunidade discursiva (Carmo, 1996), uma unidade na qual os diversos agentes sociais e políticos e seus discursos se interagem e, por isso, se tomam passíveis de análise e de comparação (reificação do objeto) o passo seguinte da pesquisa está no tratamento analítico que iremos dar aos documentos.

A análise por nós pretendida não busca estabelecer procedimentos investigativos e de resultados da semiologia, e nem do pragmatismo enunciativo (Ducrol, 1987) e sim formas muito mais próximas das técnicas e das novas tendências da Análise de Discurso (Carmo, 1996). A nossa perspectiva se fundamenta no entendimento de que esses textos (discursos) e seus autores, objetos desse nível da nossa análise, estão inseridos em um contexto que os tornam parte da sociedade e de seus acontecimentos. Dessa forma, os textos emergem de uma realidade que os especificam e os limitam, datando-os e balizando a sua capacidade de interpretação e seu caráter teleológico. Tornando, dessa maneira, esses textos compreensíveis enquanto uma expressão histórica e ideológica de seu tempo e circunstância (Bakhtin, 1979), demonstrando os critérios e os limites dos seus autores (ethos do autor - Maingueneau, 1989) e dos

contextos do qual fazem parte, bem como, os seus adversários e os seus contrapontos (os antiethos - Maingueneau, 1989).

Assim de forma específica os textos serão analisados a partir de sua confrontação com questões básicas - definidas pelo objetivo da pesquisa - que buscarão retirar dessa construção discursiva: o autor (sujeito) enquanto parte do processo histórico; sua posição social, política e ideológica; as condições históricas e ideológicas (discurso fundante) que alicerçam essa perspectiva e o documento; os seus "adversários" (o outro - os agentes políticos e sociais); a análise e o entendimento da realidade (a crise); e as suas propostas de superação da crise (teleologia). Esse critério analítico-metodológico de reificação e inteligibilidade do objeto se assenta nos parâmetros multidisciplinares, que a partir dos anos 80, se tornaram a base da técnica da Análise do Discurso (Carmo, 1996).

A Análise do Discurso (AD) de origem francesa ultrapassa os seus cânones estruturalista dos anos 60 - de assujeitamento dos indivíduos - e busca uma forma de inteligibilidade da sociedade através dos discursos, mas recolocando as pessoas enquanto sujeitos históricos e suas obras como expressão, resultado e interação desses seus autores com a sociedade. Sem ignorar os elementos estruturais e a força das ideologias na constituição do conhecimento, dos discursos e da própria pessoa a AD, então, busca abranger também o espaço criador dos agentes e sua forma de organização. Assim, possibilitando-nos uma maneira de investigar através de documentos as novas formas instituinte de sociedade que estão sendo criadas dentro do limites dados pelos velhos padrões inoperantes (a crise). Ou seja, os textos construídos no período individualmente podem apenas representar a crise do modelo desenvolvimentista ou proposta não coletiva de superação, mas acreditamos (uma aposta metodológica lastreada nesta propositura) que uma análise do conjunto irá além.

É sob esses aspectos que estão estabelecidos o modelo metodológico, no qual a pesquisa é fundamental, operacionalizada em toda as fases descritas do procedimento analítico e definida "a priori" apenas em suas linhas mais gerais e posteriormente reelaborada diante do seu próprio desenvolvimento e do desvendamentos dos elementos de inteligibilidade que estão ainda ocultos.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R. C. Revisão do Estado brasileiro IN: VELLOSO, J. P. R. (Coord.), *O leviatã ferido*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991
- ALMEIDA, M. H. T. O corporativismo em declínio, IN: DAGNINO, E. (Org.), *Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ALMEIDA, M. H. T. Federalismo e políticas sociais. *RBCS*, número 28, ano 10, 1995.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. *Brasil: Uma potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BENEVIDES, M. V. M. *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BORDIEU, P. *El oficio del sociólogo*. Buenos Aires: siglo XXI, 1975.
- BOSCHI, R. & DINIZ, E. Burocracia, Clientela e Relações de Poder: Um modelo Teórico. *DADOS*, n. 17, 1978.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Pactos Políticos*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1985.
- BRESSER PEREIRA, L. A crítica da direita e da esquerda e um Estado em crise. rev. *Lua Nova*, número 25, 1992.
- BRESSER PEREIRA, L. *A reforma da Administração Pública no Brasil*. Brasília: MARE, 1996.
- CAMPELO DE SOUZA, M. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- CARMO, S. I. S. *A construção da Pátria: o discurso eleitoral pela TV na campanha de 89*. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Educação USP, São Paulo, 1996.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- DÍNIZ, E. BOSCHI, R. O corporativismo na construção do espaço público. IN: BOSCHI, R. (Org.), *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo ed, 1991
- DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfose*, São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- DRAIBES, S. O Welfare State Keynesiano e o Welfare State Brasileiro, *Cadernos Cebrap*, número 24, São Paulo, 1989.
- DRAIBE, S. & HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise, *RBCS*, n(6, vol. 3, fevereiro, 1988.
- DREIFUSS, R. A.. *O jogo da direita: na Nova República*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- DREIFUSS, R. A. . A organização da direita, IN: *Estratégia: Uma saída para Crise*. São Paulo: ed. Brasil Urgente /Instituto Cajamar, 1996.
- DREIFUSS, R. A. . 1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981
- DUCROL, O. Pressupostos e subentendidos (Reexame), IN: DUCROL, O. *O dizer e o dito*, Campinas: Pontes, 1987.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1973.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasi*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIORI, J. L. Análise política do tempo conjuntural. *DADOS*, vol. 34, n(3, 1991
- FIORI, J. L. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro, IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- FIORI, J. L. O federalismo diante do desafio da globalização, IN: AFFONSO, R. B. A. & SILVA, P. L. B. (orgs.) *A federação em perspectiva : ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995A.
- FIORI, J. L. *O vôo da Coruja*. Rio de Janeiro: ed UERJ, 1995B.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: USP, 1969.
- GOMES, A. C. *A invenção de Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

- GOUVÊA, G. P. *Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.
- HABERMAS, J. *A crise de Legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980.
- HABERMAS, J. *Mudanças estruturais na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, N. As empresas estatais e a reforma do Estado brasileiro. IN: VELLOSO, J. P.R, *Crise do Estado e a retomada do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: 1992.
- IANNI, O. *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1965.
- IANNI, O. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1971
- KRIEGER, G; NOVAES, L. A & FARIA, T. *Todos os sócios do presidente*. São Paulo, 1992.
- KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.
- MARE/ENAP. *Plano Diretor da reforma do Estado*. Brasília: MARE, 1995.
- MARTINS, L. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MARTINS, L. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: Uma visão geral. *Cadernos ENAP*. n. 8, Brasília: ENAP, 1995.
- MARTINS, L. Crise de poder, Governabilidade e Governança. IN: VELLOSO, J. P. R. & Albuquerque, R. C. (Coord.), *Governabilidade e reformas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995A.

- NARDINI, C. República e coronelismo. *REV. ESTUDOS*, vol. 16, n. 4, 1989.
- NOVAES, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séc. XVI XVIII*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1978.
- O'DONNELL, G. *Contrapontos: Autoritarismo e Democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- O'DONNELL, G. *Reflexões sobre o Estado Burocrático-Autoritário*. São Paulo: Vértice, 1987.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OFFE, C. *Problemas Estruturais e o Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: ed Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, E. A. *Reestruturação do Estado no pós milagre: O conflito de grupos de interesse sob a égide do corporativismo*. dissertação de mestrado UNESP Araraquara, São Paulo, 1997, mimeo.
- RUA, M. G. *Democratização, sindicalismo e neutralidade da burocracia: o caso do Banco do Brasil*. paper apresentado na 18 Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1994, mimeo.
- SAES, D. A. M. *Classe Média e o sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SAES, D. A. M. *A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1991*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985A.
- SAES, D. A. M. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. IN: DAGNINO, E.(Org.), *Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SADER, E. & PAOLI, M. Sobre as 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro. IN: CARDOSO, R. C. *Aventuras antropológicas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SCHNEIDER, B. R. *Burocracia pública e política industrial no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1994.
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SCHWARTZMAN, S. A sociologia e a reforma do Estado. IN: rev. Semestral de Sociologia, *Sociedade e Estado*, 1995.

- TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TRINDADE, H. Bases da democracia no Brasil: lógica liberal e prática autoritária (1822-1945). IN: ROUGUIÉ, A, *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- URICOCHEA, F. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no séc. XIX*. Rio de Janeiro, 1978.
- VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Coord.), *Governabilidade e reformas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995A.
- VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Coord), *Crise do Estado e a retomada do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1992.
- VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (Coord), *O leviatã ferido*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

CANUDOS DA VELHA REPÚBLICA: DA EPOPÉIA ÀS REFORMAS EUCLIDIANAS

Ana Laura Mendonça CARDIA*

RESUMO: Este artigo retoma a temática euclidiana desenvolvida anteriormente (Cardia, 1995-1996), que agora recebe abordagem mais ampla, qual seja: o tratamento conferido à obra euclidiana, em especial à sua tônica sócio-literária a respeito da Revolta de Canudos, durante a Primeira República, juntamente com os problemas advindos desse novo regime de governo, de que se exige um conjunto de reformas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Social - Revolta de Canudos - Primeira República - Regime Republicano Federativo.

I.

Juntamente com Machado de Assis e Raul Pompéia, Euclides da Cunha é considerado, por Franklin de Oliveira, como um dos autores brasileiros cujas obras distam das normas ético-artísticas vigentes no primeiro período republicano brasileiro. Analisando a sua obra máxima, *Os Sertões (Campanha de Canudos)*, de 1902, Afonso Arinos de Melo Franco ressalta a tragédia do desenvolvimento entre a força intelectual renovadora e o meio social retardatário. Por seu turno, José Maria Bello, afirma: "Um livro grave, onde se agitam alguns problemas capitais da nossa vida política e social".

De acordo com Silvio Romero, d'*Os Sertões pode-se tirar uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social*. Segundo Tristão de Athayde *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco e *Os Sertões*, são o par de

* Mestre pelo Prog. de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP.

grandes obras de nossa literatura. Ao que possuíam em comum, observara Gilberto Freire:

Tudo indica que tanto Euclides como Nabuco, se fossem homens de trinta anos diante dos problemas de hoje e no Brasil dos nossos dias (1944), estariam entre os escritores chamados indistintamente 'da esquerda', embora nenhum deles fosse por temperamento ou por cultura inclinado àquela socialização da vida ou àquela internacionalização de valores que importassem em sacrifício da personalidade humana ou do caráter brasileiro. (Freire, 1944, apud Bosi, s.d., p.38)

Por sua vez, Afrânio Coutinho afirma que a obra euclidiana é "uma obra de ficção, uma narrativa heróica, uma epopéia em prosa, da família de Guerra e Paz, da Canção de Roland, e cujo antepassado mais ilustre é a Iliada". (Oliveira, 1986, p.207)

Apesar de haver uma concordância entre os vários estudiosos (alguns aqui citados), acerca da existência concomitante do poeta e do ficcionista no autor de *Os Sertões*, ao fazer uso obsessivo da palavra, por vezes sua debilidade, Euclides lançava-se ao campo poético que - no dizer de Ezra Pound - é constituído de expressão verbal, de uma linguagem que, por sua vez, não é feita de coisas concretas.

Vários autores já acentuaram a presença de vocábulos técnicos embutidos na prosa de Euclides como responsáveis, ou co-responsáveis pelo vigor de seu estilo. Certos traços de precisão, concisão, exatidão decorrem desse fato. Mas, o poder de sua frase corre também por conta da adoção de outros recursos de natureza mais tipicamente literária: a utilização dos valores sônicos idênticos, de base consonantal ou vocálica; o emprego da reduplicação vocabular; o uso da antítese continuada; o apelo à hipérbole, ao paradoxo, ao oxímoro. Sobretudo, à sua tendência incoercível para jogar com os adjetivos ou transformar quase tudo em adjetivo, ou a quase tudo dar função qualificativa... Toda a arte de Euclides oscila entre expressionismo e impressionismo. Quando ele atua expressionisticamente, não nos oferece as coisas, mas a idéia das coisas, a idéia do objeto - pensa e sente subjetivamente as coisas. De onde sua tendência para a personificação, a espiritualização do inanimado, a

simbolização, a dessexualização... Da técnica impressionista, tomava Euclides o processo de despojar as coisas das correções e retificações lógicas que o homem introduz nos objetos. A qualidade passava então à condição de representação primeira e imediata. De onde sua tendência panteísta, seu animismo e o seu realismo mítico como método de penetração na realidade. De onde também o seu gosto da onomatopéia, na elaboração estilística, isto é, na representação literária da realidade. Há, em Euclides, como sinal de sua concepção, uma tendência constante para a antropomorfização. Tudo ele vivifica, numa ânsia de extrair do universo um mistério trágico que não está nas coisas, a não ser como doação de seu ser aos objetos. (Oliveira, 1986, p. 211-2)

Ora, a linguagem literária euclidiana - com sua concretude, aspereza, *costuradas pelas trágicas realidades brasileiras* - consegue transmitir, como uma obra de arte, a emergente consciência da complexidade dos problemas nacionais: sua linguagem mostra-se eloqüente e permanece viva porque fôra alimentada por uma forte consciência social, a qual fez Euclides abandonar o caráter diletante da literatura para imprimir uma postura missionária ao seu trabalho literário, no sentido de ação.

Embora não tenha dado a devida importância ao estudo das causas econômicas no caso de Canudos, visto possuir um espírito positivista - norteado pelo *fatalismo geográfico e antropológico*, calcado no *materialismo mecanicista* - ao tentar deixar de lado a explicação geográfica e racial, apóia-se em outra interpretação: a psiquiátrica, embasando-se em Rodrigues (1939).

Só em 1904, com *Um Velho Problema* - um de seus valiosos artigos do clássico *Contrastes e Confrontos* - Euclides tateou *uma forma de dialética sócio-econômica*. Ao comentar o mencionado estudo feito por Franklin de Oliveira, Bosi (s.d., p.125) ratifica a evolução da obra euclidiana: "de um determinismo racial e psicológico(...), patente em *Os Sertões* a uma forma de dialética sócio-econômica cujo melhor testemunho se acharia nas páginas de *Um Velho Problema*, insertas em *Contrastes e Confrontos*". Nesse artigo, depara-se com um Euclides maduro, em que ironiza as utopias igualitárias do Renascimento e do Iluminismo, a história e a ascensão da burguesia pela Revolução Francesa, e rejeita os princípios

de Proudhon, Fourier e Louis Blanc, mas considera, ao cabo, *firme, compreensível e positiva* a linguagem do marxismo. Mesmo assim, ainda mantém estreita afeição ao evolucionismo, assinalando o processo normal das reformas lentas que, continuamente melhoradas, operam na consciência coletiva e refletem-se pouco a pouco na prática, nos costumes e na legislação escrita. Inclusive, enriquecia seu instrumentalismo sociológico com a visão econômica dos fatos sociais, talvez crendo poder contornar o uso do materialismo mecanicista - geográfico, racial - que hoje compromete seu grande livro. Na apresentação desta obra, Raymundo Padilha argumenta que

... embora uma coletânea de artigos e conferências(...) ao longo de cerca de dois mil trabalhos publicados da bibliografia euclidiana, 'Contrastes e Confrontos' mostramos a diversidade dos conhecimentos do escritor, o equilíbrio da sua formação cultural a que não faltavam as bases científica e filosófica, o patriotismo onipresente e, tudo harmonizando, a riqueza formal(...) Não é demais, porém, referir a atualidade dos temas que examinou nestas páginas. Assim, no começo do século, o problema da Amazônia era colocado diante dos brasileiros e políticos, em termos que traduziam a lucidez do observador, sem ocultar a impaciência do patriota. As relações múltiplas do Brasil com as Repúblicas do continente americano são objeto de conceitos que continuam a requerer a nossa meditação como quando foram enunciados. E alarga-se a seqüência de tópicos atualíssimos, como a advertência contra o medo que, já naqueles dias, se preocupava inculcar no povo brasileiro, relativamente às nações em mais elevado estágio de desenvolvimento, medo que preferia Euclides da Cunha se voltasse para os riscos de destruição do nosso solo e das nossas matas, no que hoje [1974!] se denomina reflorestamento, conservacionismo e combate à poluição. (Cunha, 1975, p.5-6)

Neste livro, no qual estuda a realidade sócio-política brasileira dos primórdios republicanos - a respeito de *um singularíssimo direito* - direito sobre roubos - Euclides discorre sobre S. Thomaz de Aquino, passando por Thomaz Morus e Condorcet, até chegar ao século XIX, e mais especificamente em Karl Marx - porque foi com este inflexível

adversário de Proudhon que realmente o socialismo científico começou a ser delineado com maior precisão:

A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina... Neste confronto se expõe a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava, não permitindo, mercê do salário insuficiente, que se conserve tão bem como os seu aparelhos metálicos, os seus aparelhos de músculos e nervos; e está em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: Socialização dos meios de produção e circulação; Posse individual somente dos objetos de uso... Realmente, as catástrofes sociais só podem provocá-las as próprias classes dominantes, as tímidas classes conservadoras, opondo-se a marcha das reformas ... Porque o caráter revolucionário do socialismo está apenas no seu programa radical. Revolução: transformação. Para conseguir, basta-lhe erguer a consciência do proletariado, e... aviventar a arregimentação política e econômica dos trabalhadores. Porque a revolução não é um meio, é um fim; embora, às vezes, lhe seja mister um meio, a revolta. Mas esta sem a forma dramática e ruidosa de outrora. As festas do primeiro de maio são, quanto a este último ponto, bem expressivas. Para abalar a terra inteira, basta que a grande legião em marcha pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços... Porque o seu triunfo é inevitável. Garantem-no as leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranqüilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração... (Cunha, 1975, p. 210-3)

Mas *Os Sertões* tem algo de perpétuo, qual seja: *seu caráter de obra de arte literária*. A grande contribuição de Euclides residiria, portanto, no despertar de nossa consciência crítica.

... revelou ao Brasil o sertão da mesma forma pela qual nos iria depois revelar a Amazônia, nas páginas de *À Margem da História*. Euclides chegou a pensar em seu segundo 'livro vingador': Um Paraíso Perdido - este seria o título, e, a temática, a Amazônia. Vários ensaios de *À Margem da História* equivalem a capítulos desse livro frustrado. Outro tanto se poderia dizer dos ensaios 'Conflito Inevitável',

'Contra os caucheiros'. 'Entre o Madeira e o Javari', os quais constituem parte de *Contrastes e Confrontos*. 'Terra sem História', com que abre, *À Margem da História*, poderia ser considerado como 'exercício' para Um Paraíso Perdido. Outro 'exercício' seria 'Um clima caluniado'. Todos esses ensaios, reunidos ao estudo sobre Floriano, às páginas sobre viação férrea e a revolta da Esquadra (estes últimos de *Contrastes e Confrontos*) apresentam um Euclides da Cunha mais maduro que em *Os Sertões*, maturidade indicada inclusive na estrutura estilística, mais condensada, de uma economia literária mais contida. Há uma maior decantação de forma, embora em um que outro passo irrompa o antigo e agreste Euclides. Essas virtudes maduras atingem seu momento mais alto nas páginas serenamente vigorosas de Peru versus Bolívia. (Oliveira, 1986, p.215-6)

II

Em seu artigo, Ventura (1994) discorre acerca do surgimento das epopéias modernas e relata que Euclides, no ano de seu falecimento (1904), vinha redigindo um vultoso livro sobre a Amazônia, intitulado *Um Paraíso Perdido*, pelo qual foi o primeiro autor brasileiro e em âmbito mundial a narrar o impacto da civilização burguesa com relação à floresta amazônica, como já tinha feito no tocante ao sertão baiano, em *Os Sertões*. Nesse aspecto, Euclides possuía uma visão do *deserto* ao modo do grande poeta moderno Elliot¹, o qual escreveu *A Terra Devastada*, o primeiro grande épico a tratar, com uma preocupação ecológica e humanista, das devastações mundiais pelo progresso do capitalismo.

A respeito da obra clássica de Euclides, o historiador Ventura esclarece, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* no ano de 1996, o fervilhar das *imagens geológicas*, devido ao trabalho de Euclides na época, *como engenheiro de obras públicas*, na cidade de S. José do Rio Pardo, local em que escrevera *Os Sertões*, entre 1899 e 1901. Ademais, a atualidade da mencionada obra reside em dois âmbitos: primeiro, na esfera

¹ Dentre outras obras, Tomas Stearns Elliot (1888-1965) publicou, *Poetry and Drama*. London: Faber and Faber, 1951; e pela mesma editora, *Collected Poems: 1909-1962*.

estético-literária, por sua escrita virtuosíssima, muito imagética, com um uso admirável da retórica; e segundo, na esfera da interpretação histórica, por ter sido a primeira tentativa ambiciosa de compreensão global do país a partir do estudo da cultura do sertão. Contudo, alguns temas levantados no livro são criticáveis, tais como: a teoria racial datada, que endossa o ponto-de-vista da inferioridade do negro e do mestiço, e a visão negativa e preconceituosa que Euclides tinha de Canudos e da atuação do Conselheiro. Quanto à preconceituosidade em Euclides, esta só perdurou a princípio. Posteriormente, constataria aquele escritor fluminense que fôra mesmo um genocídio ocorrido em Canudos. (Sodré, 1959, p.28-9)

Não obstante, a chave interpretativa de análise dessa obra máxima de Euclides - como epopéia - não se encaixa na temática messiânica, mas na absorção do estilo irônico por este escritor fluminense: característica da prosa e da poesia modernistas.

De acordo com Ney Vieira², *Os Sertões* está no limite entre o literário e o não-literário. Discorda de Costa Lima, cuja argumentação insiste em reiterar que a obra de Euclides não pode ser literária por não conter o ficcional. Apesar de Antônio Conselheiro ser um personagem histórico, assim como Rodrigues Alves, argumenta Vieira, o distanciamento em relação aos fatos faz com que as personagens daquela época, tenham - ou melhor - adquiram características míticas, ficcionais, disso resultando a dificuldade em separar a personagem histórica da fictícia.

Galvão (1985) colheu notícias de jornal que relatavam Canudos (BA) e aquelas veiculadas no Rio de Janeiro, em que davam uma versão diversa da oferecida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, do qual Euclides fez uso para redigir *Os Sertões* - já que era correspondente especial deste para cobrir a guerra em Canudos. Ao mapear a lenda de Canudos nas suas várias versões, percebeu que as mesmas se anulam. Cada versão imagina o seu Conselheiro, a sua Canudos, dificultando a separação entre o fato e a fantasia.

Segundo Francisco Foot Hardman, Canudos é considerada como uma prosa do tipo *épica*. *Epos* e ficção constituem a área central da literatura - correspondendo, respectivamente à poesia lírica (sonho, visão,

² Prof. do Depto de Antropologia, Filosofia e Política da FCL-UNESP-Araraquara.

em que o narrador dialoga com si próprio) e ao drama (ligado ao ritual). Em *Os Sertões*, a Épica se metamorfoseia o aparente discurso direto, argumentativo, lógico, causal, é uma camuflagem, uma mimese - uma imitação do discurso direto. Porém, a ficção oculta o épico, a epopéia. Exemplo de mimese é o caso das *Memórias de Subsolo*, de Dostoiévsk, em terceira pessoa, em que há uma narrativa da consciência desencontrada, um homem que acredita no progresso mas teme o médico pela necessidade de verificar se contraiu câncer hepático - como se fosse um discurso científico.

Já Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, fôra hábil duplamente: ao dissimular o gênero memórias (este era um disfarce romanesco) usando a terceira pessoa, fez parecer que era história aquilo que era ficção. Além disso, utilizou-se do discurso da lírica e da épica. Por conseguinte, em Machado, a ficção não eclipsa o épico, ao contrário do que ocorre comumente nos gêneros literários contemporâneos, no conto, no romance, nos quais a ficção rouba o lugar da epopéia.

Infelizmente, Euclides não viveu para completar sua epopéia amazônica à altura de sua obra-prima que são *Os Sertões*. E a narrativa euclidiana teve a perspicácia, dentro dos parâmetros marxistas, de entrever o progresso capitalista, das forças produtivas como um construtor de ruínas, dando-se isso pelo fato de que o capitalismo, nas suas fases expansivas, tenta queimar etapas que se chocam com a civilização e com a natureza presentes.

Apesar de Euclides ser positivista e darwinista, a natureza não é vista como algo benéfico: toma a natureza como um fim em si mesmo, insondável, labiríntica, impondo resistência à civilização, apesar desta ser inexorável. A ironia filosófica é, portanto, montada em ambigüidades, aforias e equívocos e nunca puramente fixada de maneira categórica.

III

Dentro do contexto do desenvolvimento do regionalismo brasileiro no século XIX, *Os Sertões (Campanha de Canudos)*, segundo Dante Moreira Leite, traz um tom de revelação sobre uma região desconhecida do país, e primordialmente, de um novo modo de interpretar a

conjuntura nacional. Este estilo adquire uma visão social e histórica, ao buscar descrever a revolta de Canudos e tentar encontrar uma explicação para o seu surgimento.

... concorre, é certo, o estilo de Euclides, capaz de transmitir ao leitor a vibração de revolta diante dos acontecimentos de Canudos; além disso, como o livro pretende ser estritamente realista e, mais ainda, um livro de ciência, a sua prosa dramática adquire, talvez por estar contida nos limites da realidade histórica, uma intensidade que não teria na ficção(...) se continua ou continuará a ser uma obra-prima da literatura brasileira, isso se deve às suas qualidades formais e à visão humana que Euclides conseguiu transmitir(...) sua repercussão só pode ser explicada por qualidades formais, pois o estilo de Euclides parece ter feito as delícias de várias gerações de críticos e escritores, com prejuízo até da compreensão e do conhecimento de suas idéias básicas. (Leite, 1992, p.205)

Para Monteiro (1985), são escassas as informações acerca da vida societal em Belo Monte - verdadeiro nome de Canudos - constante nos manuscritos deixados por Antônio Conselheiro, descobertos 77 anos após aquele lamentável episódio de nossa história, no ano de 1897. Formado num curto espaço de tempo, perdurando apenas por quatro anos - de 1893 a 1897 - estima-se que ali habitou aproximadamente uma população entre 20 a 30 mil habitantes. Havia, conforme testemunho do Barão de Geremoabo (Cunha, 1975, p.140), um grande movimento emigratório da Bahia e de outros estados limítrofes, inclusive o abandono de territórios vários por parte de seus habitantes para se juntarem ao Conselheiro.

De acordo com Queiróz (1965, p.207), ao contrário do que acreditava Cunha (1975, p.150), o povoado de Canudos formou-se pela emigração de grupos familiares e que "econômica e socialmente, eram em sua maioria, indivíduos de algumas posses - casa, terras, algum gado..." (Queiroz, 1965, p.208), contrariando que o arraial seria "um homizio de famigerados facinoras" (Cunha, 1975, p.146) e um "albergue de inválidos" (Monteiro, 1985, p.62). Em suas prédicas, Conselheiro possuía uma postura teocrática no tocante à política:

só a Deus se deve adorar. o verdadeiro Rei. , a quem, em primeiro lugar, se deve obediência() A legitimidade da autoridade do pontífice, do príncipe e do pai, é consequência direta do fato de que procede de Deus. Como as autoridades da República não dispõem desta garantia, são más por princípio, mesmo que, eventualmente, tragam o bem para o país. (Nogueira, 1964, p.561)

Fundamentada nestas concepções, a rebeldia conservadora de Conselheiro considerava a República, proclamada quatro anos antes da fundação de Canudos, um grande mal para o Brasil. Isto porque, em suas prédicas, caracterizou-a como exterminadora da religião, opressora da Igreja e dos fiéis, o ludíbrio da tirania. Assim, fazendo uso das palavras *tirano* e *tirania* para designar um mando ilegítimo - o qual não procede de Deus, a quem primeiro se deve obediência - Conselheiro contesta a autoridade do presidente da República. (Nogueira, 1964, p.561-4)

Nicolau Sevcenko relata que Euclides - ao comentar que a sociedade, nascida com o novo regime republicano, passava por um turvo processo de desencanto, originando uma época de cerrado utilitarismo, em que a situação é dos espertos - entendia tal fenômeno de dissolução social como propiciador de estagnação, de impotência frente aos problemas dessa sociedade - o que deixava o autor com um *desgosto resignado*. Todavia, era possuidor de uma idéia muito particular acerca da República. Para ele, esse regime tinha dois tipos de vantagem:

... de eliminar os privilégios de origem e de deixar aflorar os talentos dispersos pelas várias camadas sociais, através de um minucioso processo de filtragem democrática, conduzindo-os ao topo do mecanismo das decisões: seria pois o regime por excelência das grandes capacidades e da mais elevada racionalidade. (Sevcenko, 1983, p.147)

Contudo, no Brasil verificou-se um aparecimento sequioso de rendas e de novos cargos, baralhando os papéis e invertendo radicalmente estas expectativas. Dessa maneira, Euclides não economiza palavras a fim de ratificar que a República *desmoralizara a História do Brasil* e que, também, promovera a desmoralização do país frente ao mundo. Particularmente quanto ao governo do Mal. de Ferro e a guerra de Canudos,

a campanha de Canudos opunha, igualmente, uma à outra essas duas linhas históricas, o que o jovem correspondente de guerra Euclides da Cunha (1866-1909) estava percebendo muito bem e que, na inevitável falta de perspectiva dos contemporâneos, traduzia-se como a luta ciclópica entre o Antigo Regime, ainda ameaçador, e a nova democracia que os guerreiros adolescentes da República carregavam como um cravo vermelho na ponta dos fuzis(...) os legionários da República eram também os sub-rogados do jacobinismo florianista, e não apenas como figura de linguagem: basta lembrar que Moreira César, cuja morte em campanha desencadeou a verdadeira onda repressiva contra Canudos, fora o responsável pelas espantosas violências punitivas do Desterro contra os revolucionários de 1893. Por condenáveis e excessivas que tenham sido, seria errôneo ignorar que essas eram também manifestações nacionalistas, isto é, que o país vivia então um momento de intensa busca identificatória, expressa, felizmente, em acontecimentos mais espirituais. (Martins, 1977-78, p.3)

Com efeito, Euclides tinha total desprezo, e isso não procurava esconder, pelo regime oligárquico que continuara com a República. Daí, percebera ele, advinham suas próprias dificuldades, bem como aquelas referentes à sociedade brasileira. Porém, doía-lhe mais o ambiente de indiferença e passividade que sufocavam pelo silêncio e pelo desprestígio os seus melhores esforços.

... estes perigos - alemão, ianque ou italiano - ou ainda outros rompentes ao calor das fantasias, e que se nos figuram estranhos - são claros sintomas de um perigo maior, do perigo real e único que está todo dentro das nossas fronteiras e irrompe numa alucinação da nossa própria vida nacional: *o perigo brasileiro*(...) Teríamos de contemplar, na ordem superior dos nossos destinos, o domínio impertinente da velha tolice metafísica, consistindo em esperarmos tudo das artificiosas e estereis combinações políticas, olvidando que ao revés de causas elas são meros efeitos dos estados sociais; e aos desastrosos resultados de um código orgânico, que não é a sistematização das condições naturais do nosso progresso, *mas uma cópia apressadíssima, onde prepondera um federalismo incompreendido, que é o rompimento da solidariedade nacional...* (Cunha, 1975, p.175-6)

Não obstante, suas ações não são de resignação frente à desgraça. Ao contrário, são esses obstáculos à concretização de seu ideal que mais estimulam sua postura inconformista e combativa. Nesse contexto de turbulência republicana, Euclides traça todo um programa capaz de restabelecer moralidade, dignidade e racionalidade perdidas: "(...) ensejando um conjunto de reformas que se alinhavam num projeto alternativo para o encaminhamento da sociedade brasileira." (Sevcenko, 1983, p.148) O pressuposto dessa consequência de reformas seria necessariamente o aceite da *superioridade do saber científico* e da sua capacidade singular em conduzir de modo firme e correto a sociedade brasileira. Isso posto, faria-se necessário a postura catalizadora desse *impulso reformista* do Estado, para garantir a sua continuidade. E, como complemento, o governo teria que atuar juntamente com uma elite técnica e científica altamente qualificada. Assim, estariam reunidas as condições e os recursos necessários para restabelecer a vitalidade e a credibilidade do Brasil. Para tal empreitada, deveria-se eliminar as oligarquias e seus regimes de mazelas - o que implicaria numa reforma constitucional: "(...) o objetivo mais premente seria a incorporação do sertão e da sua gente aos núcleos ativos da vida civil e econômica estabelecidos no litoral e nos grandes centros urbanos." (Sevcenko, 1983, p.149) Isso implicaria numa garantia do pleno direito de cidadania às populações sertanejas, integrando o país e consolidando o mercado interno, através de uma densa rede de comunicações com os centros decisórios nacionais.

Com isso, Euclides tem em suas concepções a idéia positivista de Estado, de política e de sociedade. Pelo seu apego às teorias de Spencer, no entanto, vê no conceito de evolução a lei fundamental da história, o qual deveria englobar concomitantemente os âmbitos orgânico, social e ético. Ademais, apregoava o triunfo do industrialismo, como consagração do liberalismo econômico e político, pois, uma vez o Estado tendo cumprido seu papel de organizar o desenvolvimento da Nação, ele deveria recuar-se, restando-lhe, por fim, a garantia da ordem. Portanto, conjugando-se a ação da ciência, da indústria, do direito e do evolucionismo, eis que surgiria a civilização.

Fiel ao liberalismo humanitário inglês, na passagem do século XIX para o XX, bem como ao movimento fabiano, decorre sua outra convicção: o socialismo, interpretado por Euclides no âmbito evolucionista,

sob a égide positivista do *conservar melhorando*. Desde adolescente, acreditava no abolicionismo e na República, norteada pela ciência, indústria, direito, civilização e socialismo - no intuito de atingir a consolidação de seu ideal.

Enfim, Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) fez parte de uma geração preocupada em discutir os problemas nacionais que emergiram com os acontecimentos de novembro de 1889, pois a República Federativa, o trabalho livre e a imigração de trabalhadores europeus, frutos dos anseios republicanos, não conseguiram desarticular uma estrutura em que as idéias liberais e o patrimonialismo se tensionavam constantemente.

... predominaram a economia agrário exportadora, a política dos governadores manejados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos. O liberalismo econômico prevalecia nas relações econômicas externas, nas quais sobressaía a Inglaterra. Nas relações internas, entre os setores dominantes e assalariados, predominava o patrimonialismo. Um patrimonialismo que compreendia tanto o patriarcalismo da casa-grande e do sobrado como a mais brutal violência contra os movimentos populares do campo e da cidade. *A repressão posta em prática em Canudos, na Revolta da Vacina, no Contestado e em outros movimentos sociais revelava algumas das possibilidades mais extremas de uma república simultaneamente liberal e patrimonial.* (Ianni, 1994, p.22)

Não obstante às várias interpretações dos autores frente à obra euclidiana, bem como as possíveis imperfeições desta - após discorrermos sobre o estilo literário adotado por Euclides e, posteriormente, a respeito do seu programa de reformas - verificamos uma conscientização emergente e progressiva desse nosso grande escritor frente aos percalços sociais do Brasil de sua época - a Primeira República. Com seu estilo épico-científico, seu humanismo e sua preocupação nacionalista que lhe são peculiares, Euclides irá influenciar fortemente a geração pré-modernista da literatura em prosa.³

³ Bosi (s.d.), através do texto de Cavalcanti Proença O Sertanejo de Euclides e a Literatura Regional in: *Revista Brasileira*, n.32, cita Alberto Rangel e Carlos Vasconcelos como *discípulos* do estilo euclidiano, por escreverem sobre problemas amazônicos. Desde 1897, a nossa consciência do nacional recebe forte impulso com a fundação da Academia Brasileira de Letras, cujo discurso de abertura fôra feito por Machado de Assis, cujo indiscutível talento conseguiu

Referências Bibliográficas

- BOSI, A. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- CARDIA, A. L. M. Euclides, Canudos e a Primeira República. *Nas trilhas da pesquisa*, v.7, p. 69-84, 1995-1996.
- CUNHA, E. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- CUNHA, E. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- GALVÃO, W. N. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, 1985.
- IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de ideologia*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1992.
- MARTINS, W. A capitã federá ou a cidade e as serras. In: _____. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977-1978, v.5.
- MONTEIRO, D. T. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, B. (Org.) *História geral da civilização brasileira: sociedade e instituições*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1985, v.2.
- NOGUEIRA, A. *Antonio Conselheiro e Canudos, revisão histórica: a obra manuscrita de Antonio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1964.
- OLIVEIRA, F. Euclides da Cunha. In _____. *Literatura no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986, v.4.
- QUEIROZ, M. I. P. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Ed./Edusp, 1965.
- RODRIGUES, N. A loucura epidêmica de Canudos. In _____. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- SEVCENKO, N. *Literatura como Missão: tempos sociais e criação cultural na Primeira República*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

resumir os rumores político-militares do período: "O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária". De outro forma, mas concordante com tais idéias, Joaquim Nabuco referendava: "Na Academia estamos certos de não encontrar a política". Devido às inúmeras discordâncias e desentendimentos políticos, nossos intelectuais buscavam esse *locus* no qual pudessem debater, conversar justamente devido às suas divergências, e não apesar delas, logicamente imbuídos de um *espírito de tolerância*. (Bosi, s.d., p.123)

SODRÉ, N. W. Revisão de Euclides da Cunha. *Revista do Livro* (Rio de Janeiro), v.4, n.15, 1959.

VENTURA, R. Euclides e a Amazônia Infinita. *Folha de S. Paulo* (São Paulo), 19 jun. 1994. Mais!, p. 15-6.

OS VERDES E A PARTIDARIZAÇÃO DA ECOLOGIA

Nivaldo Correia da SILVA*

RESUMO: Neste artigo, pretende-se apresentar uma breve discussão sobre movimentos sociais e ambientais, sua articulação no plano político e opção político partidário. Para tecer essa linha de raciocínio é preciso transitar por algumas questões presentes nas Ciências Sociais. O objetivo do texto é procurar demonstrar como conduzimos a temática ambiental ao propósito de institucionalização via Partido Verde.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social; Ecologismo; Partido Político; Partido Verde.

Introdução

Este artigo se compõe de um pequeno bloco de discussão apresentado como referencial teórico de nosso trabalho de mestrado. Nele procuramos articular algumas categorias de análise, que estão circunscritas ao nosso objeto de pesquisa. O fio condutor dessa discussão é a trama construída historicamente entre velhos e novos temas, que desafiam as ciências sociais, e estão presentes no debate atual.

O tema dos movimentos sociais é parte desse desafio. No interior da categoria movimentos sociais, transita a questão da ecologia. De origem internacional, o ecologismo será, nesse caso, matriz ideológica para o

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - S.P. sob orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy. Trabalho financiado pela FAPESP. Este artigo é um recorte da parte teórica de nossa pesquisa que adaptamos para o propósito da publicação.

discurso partidário.¹ Não de qualquer partido, mas daquele formado fora dos gabinetes parlamentares, na própria sociedade. No caso, o Partido Verde.

A singularidade do Partido Verde, como partido societário, está sendo pensada dentro do contexto e formato do sistema partidário brasileiro. Vejamos então, de que maneira foi conduzida essa discussão.

Movimentando a política

Para o propósito da intervenção política, a ação de atores coletivos deve considerar que, é no campo do complexo jogo da produção e reprodução da vida social que as contradições sociais expressam-se de maneira visível no capitalismo. Essas contradições, que caracterizam a existência das classes sociais, são mediadas por um movimento permanente, estabelecendo relações conflitivas, tendo em conta a variável política.² (Gramsci, 1989), (Coutinho, 1992)

O reconhecimento das classes no espaço da política não as dilui ou lhes retira sua capacidade de representação na esfera do Estado. Não se trata de colocar a inteligência humana acima das condições objetivas geradas pelo conflito social, afim de consagrar seu extermínio. Elas, as classes sociais, continuam existindo por força da desigualdade existente entre aqueles que produzem a riqueza e aqueles que se apropriam dos lucros gerados pela produção, posto que os mecanismos da acentuação das desigualdades - traduzidos na extração da mais-valia -, afirmam o capital como relação social e o legitima enquanto modelador da sociedade de mercado.

Esses mesmos mecanismos de exclusão dos indivíduos da vida social e do consumo, no capitalismo, são que levam esses agentes a

¹ Na perspectiva do ecologismo, constata-se um duplo desafio: qual a resposta para uma intervenção que dê conta do poder político e da organização da sociedade. Embora sirva como problemática teórica de nossa pesquisa, este artigo não se propõe a dar resposta para essas questões.

² Gramsci recolocou a política como uma categoria fundamental para se pensar a idéia de movimento.

buscarem novas formas de participação na vida política, não mais pelo critério único da produção, mas a partir da reprodução de suas condições de vida. A reprodução das condições de vida e a dificuldade do acesso ao consumo das classes sociais estão diretamente ligadas às reivindicações pelo fornecimento de bens públicos oferecidos pelo Estado, reivindicações fundadas em contradições do próprio sistema. É oportuno neste momento recolocar as classes no espaço da política, pensando em sua *autonomia* enquanto *movimento*. Assim sendo, o primeiro eixo teórico de nossa pesquisa volta-se para os *movimentos sociais*. Estes, quando anunciam uma ruptura com o modelo de representação institucional do Estado ajudam a explicar o aparecimento dos partidos políticos de origem externa ao parlamento.

OS *novos movimentos sociais*, novos por conterem especificidades diferentes daquelas apresentadas no início do século, na Europa como no Brasil*, são reconhecidos como organizações sociais que reivindicam na esfera do Estado capitalista mudanças nas leis ou transformações na infra-estrutura urbana, situando-se, quase sempre, no campo da negação da institucionalização, possuindo certo grau de autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, como observam Boschi (1987) e Sader (1992). Portanto, são em tais autores que buscaremos recursos teóricos para fundamentar a compreensão de tais questões nesta pesquisa.

Eder Sader (1992t), discutindo os movimentos sociais em uma perspectiva histórica, faz um resumo do seu significado. Ele entende que na década de sessenta já existia uma crise de representação política do próprio Estado. Nessa perspectiva há uma crise de referencial do próprio marxismo:

“(...) a classe trabalhadora, deixou de exercer o reinado soberano como protagonista principal e resumo das contradições do período histórico capitalista. Os países socialistas haviam abandonado os germes libertários dos movimentos originários, deixando de apontar soluções para

* Os novos movimentos sociais surgem na segunda metade desse século propondo, na Europa, uma agenda que se estende da manutenção da paz - contra as usinas nucleares -, à mudanças no código de direitos civil e trabalhista. No Brasil, melhoria nas condições de trabalho, liberdade de expressão, reforma na infra-estrutura social, entre outras coisas. É oportuno dizer que não é possível construir modelos de temas sem uma análise historiográfica.

ser problemas. Este momento representou também, paralelamente, um novo marco de renovação para os movimentos sociais. As mulheres, os negros, os índios, os homossexuais, os deficientes físicos e os ecologistas deixam de esperar que uma revolução política viesse atender as contradições em função das quais eles tinham nascido e reivindicam sua autonomia enquanto movimento.” (p.136).

O movimento ecológico nasce dentro desses parâmetros.

No discurso comum, que se justificou durante o período em que a ecologia estava unicamente ligada ao estudo do funcionamento dos sistemas naturais e da neutralidade política, o segmento social da representação ambiental e estudiosos da biologia procuravam dar forma e sentido ao tema da ecologia. No momento em que o impacto ambiental do desenvolvimento industrial caracterizou a vulnerabilidade do ecossistema planetário a preocupação com os recursos naturais e a qualidade de vida mobilizam governo e sociedade civil em torno da questão, o que já se verificava na década de 70. Os relatórios “Global 2000 Report” do governo Carter; “Uma Só Terra” (1972), relatório não oficial da ONU; “Os Limites do Crescimento” (1972), do Clube de Roma; a “Primeira Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente” em Estocolmo (Suécia) não apenas evidenciam preocupações de caráter ambiental como também contribuem para explicar o surgimento dos Partidos Verde na Europa, de acordo com Capra & Spretnak (s.n.t.). Segundo Pádua (1985), a partir da década de 80 a ecologia social ganha visibilidade no meio acadêmico, particularmente nas ciências sociais e na economia **. Esse período marca também o crescimento das entidades ecológicas. Seu crescimento nessa década, foi marcado pela sua politização e intervenção no debate político nacional. Há um reconhecimento de que a defesa do meio ambiente está “(...) diretamente vinculado aos problemas da organização do poder e da propriedade global.” (Pádua, 1987, p.96)

Em outro momento, na fase de grande visibilidade social desse movimento, há uma mudança no eixo de sua conduta, caracterizando uma

** Esta pesquisa não tem a pretensão de discutir as formas associativas emergidas no Brasil da década de 70, das quais surgiu o movimento ecológico. A literatura sobre o assunto já traz valiosas informações sobre o tema. Vale destacar apenas que na fase preservacionista, o movimento ecológico brasileiro é marcado pela negação da prática partidária. Sobre a atuação dos movimentos sociais.

opção político-partidária.³ Esse momento é marcado por um importante debate. Por um lado, os favoráveis à ecologização do Partido dos Trabalhadores, por outro, os defensores da criação do Partido Verde e, ainda, os que são contra a sua formação. (Shinker, 1985), (Gabeira, 1986)

Para se entender os meandros da constituição do Partido Verde há que se compreender as várias ideologias presentes no interior desse Partido. A propósito, Vicent (1995) ao elaborar um dicionário, dentre outras coisas, sobre as concepções ideológicas do movimento ecológico oferece-nos recursos para a interpretação das ideologias nos limites do Partido Verde.

Viola (1988), por sua vez, afirma que as correntes políticas encontram-se presentes no interior da sociedade. Esclarece ainda que as principais estão colocadas da seguinte forma:

- “ecofundamentalistas: Possuem visão anarco-nihilista, apostando na possibilidade de construção de uma sociedade ecologista na periferia da existente;
- eco-realistas: originam-se do socialismo utópico e de vertentes do pensamento liberal. Negam tanto o capitalismo quanto o socialismo, defendendo uma sociedade baseada na pequena propriedade, no cooperativismo, autogestão e localismo de poder;
- eco-capitalistas: acreditam que a economia de mercado é a única a regular eficientemente a relação homem/natureza, compatível inclusive com a perspectiva oligopólicas. Ocupam posições estratégicas junto aos órgãos governamentais do meio ambiente, possuem variável social-democrata e também fascista.
- eco-socialista: acreditam que não há compatibilidade possível entre capital e meio ambiente, negando também o marxismo ortodoxo. Sua atuação tem crescido junto a sindicatos, movimentos sociais, igrejas e partidos progressistas. Apoiam-se no marxismo heterodoxo e nas experiências da contracultura no maio de 68 (França) e alternativa popular.” (p.32)

³ Um levantamento feito por Minc (1985) demonstra que existe nesse mesmo ano, 1985, entre 900 a 1000 associações ecológicas no Brasil.

Essas vertentes orientam a dinâmica de atuação dos movimentos ecológicos e são âncoras para se compreender a atuação das várias correntes que constituíram e militam no Partido Verde. O resumo dessas ideologias definem o *ecologismo*. O ecologismo, portanto, constitui-se em uma multiplicidade de correntes políticas associadas à concepção de sociedade que não exclui a ação preservacionista, cuja prática política é definida pela ação ideológica como bem já observamos.

Na perspectiva política do ecologismo constata-se um duplo desafio: *qual a resposta para uma intervenção que dê conta do poder político e da organização da sociedade*. Neste sentido, a partir das ideologias apontadas por Viola (1988), observa-se que, aqui no Brasil, a discussão no âmbito da ecologia política apresenta-se em algumas frentes. Uma delas oferece sentido à prática das associações que defendem o capitalismo “verde”, as soluções técnicas que se inscrevem na ordem do capitalismo com “desenvolvimento sustentável” como forma de amenizar os problemas decorrentes da destruição ambiental. Situando ideologicamente, são os ecocapitalistas, que se encontram nas agências governamentais de proteção ao meio ambiente. Waldmam (1992) afirma que essa corrente trabalha, indiretamente, para a desorganização do movimento, vinculando-se ao *establishment* por não questionar as relações de poder.

Em outra perspectiva, está a corrente identificada como eco-socialistas. Essa corrente vincula aos problemas ambientais os problemas da infra-estrutura, isto é, saúde, educação, saneamento básico, etc. Essa vertente vê como prioritária a afirmação de uma aliança com o campo popular, visando o fortalecimento com a sociedade civil e os movimentos sociais. Esse vínculo pode viabilizar um projeto político respaldado na necessidade de transformações sociais. Waldmam (1992)

Em outra frente estão os ecorealistas que consideram fundamental mudanças na economia, na cultura e na própria maneira de homens e mulheres relacionarem-se. Para eles, essas alterações são vitais como uma alternativa à crise da modernidade. Também estão a procura de um novo paradigma teórico que dê conta de criticar a racionalidade cartesiana que orienta o pensamento ocidental. Caso seja assim, acreditamos que se guiam pelo pensamento holístico oriental em busca da crítica à filosofia iluminista predatória, que, segundo seus críticos

transformou o homem em um ser antropocêntrico. Os ecorealistas afirmam que tal postura deixa de respeitar as outras formas de vida no planeta como a dos mares, dos rios, das florestas e dos animais, colocando em risco a própria existência da biosfera. *Entender de que maneira estas correntes estão situadas no interior do P.V. é importante para poder entender a atuação do partido.*

Retomando o debate sobre movimento social, há que se dizer que sua inserção política foi pensada levando em conta certo grau de autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos.^{***} Podemos perguntar: de que forma as demandas sociais seriam reconhecidas pelo Estado? Tal pergunta leva em conta que os grupos de pressão - que agem como agregadores de interesses entre a sociedade e o Estado - estariam atuando com a mesma função do partido político. Contudo, Fisichella (1991) afirma que "(...) os grupos de pressão não respondem pela competição eleitoral, a função da gestão direta do poder e, em função das regras normativas do jogo político, a função de expressão democrática." (Fisichella, 1991p. 565) Isto corresponde afirmar que o preenchimento dos requisitos fundamentais - *competição eleitoral, gestão do poder e função de expressão democrática* -, asseguram a legitimidade de representação política do partido, no capitalismo liberal.

O tema dos partidos políticos compõe a parte final dessa pesquisa, que tem como objetivo principal avançar no exercício de dar forma à proposta de estudar a organização do Partido Verde no contexto do sistema partidário brasileiro. Para isso, faz-se necessário recuperar algumas passagens sobre os partidos políticos que, *strito sensu*, podem contribuir para se compreender as características fundamentais dessa agremiação particularmente.

Quanto aos partidos políticos, é preciso lembrar que existe uma ligeira distinção entre aqueles que nasceram no parlamento e os que vieram das organizações autônomas da sociedade civil. Os primeiros ingressam no

^{***} No que diz respeito a autonomia, os movimentos sociais originam-se da representação de caráter associativo e emergente. Nessa medida, constata-se que os conflitos que provocaram seu aparecimento não se resolvem no quadro da representação classista, mas se ancoram na divisão social do trabalho e na diferença de gênero, a exemplo do movimento feminista. Além disso, ancora-se na diferenciação racial - tomando o exemplo do movimento negro -, ou ainda, tendo como referência o movimento ecológico, baseado nos limites históricos existentes entre forças produtivas - meios de produção e força de trabalho - e recursos naturais.

espaço da política a partir da evolução das facções, são as antigas agremiações, lembradas por Sartori (1982), como aquelas nascidas no período da revolução francesa.

O segundo modelo de partido nasceu do desdobramento da ação política organizada em torno dos sindicatos e organizações trabalhistas na Europa no início do século. São esses os partidos socialistas anunciados por Cerroni (1982) como modernos príncipes, na expressão de Gramsci (1989), que irão conferir estatuto de participação legal no sistema partidário na democracia liberal moderna. O partido comunista na Rússia, de orientação marxista-leninista, serviu de correia de transmissão do movimento operário na vanguarda do processo revolucionário no Leste Europeu.

Há outras diferenças a serem notadas com relação ao partido de quadros e o partido de massa, que não é de forma, mas de estrutura. O primeiro tem sua função representativa elaborada e definida nas câmaras legislativas e comitês executivos. Busca eleger as qualidades individuais de um cidadão como meio de granjear votos, se preocupa com o eleitor somente no período da eleição, pois o fundamental é a representação institucional, Sartori (1982). O segundo, que é a própria definição de Duverger (1970) sobre partido político moderno, é uma organização político-ideológica de representação de classe numa dada estrutura social. Caracteriza-se por uma estrutura organizativa, mais um programa na perspectiva de Cerroni. Um dos clássicos sobre teoria dos partidos, Maurice Duverger (1970), aponta as principais características de sua tipologia.

- Possuem origem externa, extra-parlamentar, organizada sobre movimentos sociais; sindicatos, associações.
- Forte articulação estrutural
- Uma centralidade nacional.
- Enquadramento de massas populares.
- Valorização da educação política dos membros em detrimento da disputa eleitoral, resultando menor influência dos parlamentares e maior controle disciplinar.

- Funcionamento das instâncias decisórias através de congressos, comitês nacionais e regionais. Através deles é possível a democracia no interior do partido.
- Forte influência ideológica, a doutrina exerce grande peso no exercício do partido.

Meneguello (1989) chama a atenção para o fato de que o eixo básico do modelo de Duverger situa-se na influência central da ideologia partidária, cuja característica principal determina a forma da organização do partido. *Sua tipologia será importante para a nossa pesquisa.* Todavia, ressaltamos que, embora devemos preservar a aproximação feita por Duverger entre partido de massa e partido socialista, as singularidades do Partido Verde - que serão destacadas no momento oportuno -, constituem elementos básicos do nosso objeto.

Para o propósito deste trabalho, além das contribuições de Duverger, devem ser levadas em conta as normas e práticas do sistema partidário. Isto porque, segundo Sartori (op.cit), os partidos são ofertantes da transmissão das reivindicações apoiadas por pressão, tradutores de preferências sociais por políticas públicas compondo o jogo pluralista como norma de coexistência de vários partidos, teoricamente iguais, que procuram lugar no parlamento e nos corpos locais.

Esta pesquisa não tem a pretensão de discutir a origem dos partidos. Como também não há interesse em investigar o sistema político partidário brasileiro em seu modelo organizacional. Contudo, dado o nosso objetivo, destacaremos características desse modelo afim de situar o Partido Verde como a ele pertencente. As singularidades do Partido Verde serão estudadas tendo em vista as dificuldades que um partido pequeno encontra para se enquadrar no sistema partidário brasileiro.

Neste sentido, as características gerais de nossa história partidária do início da República, 1889, até a reforma partidária de 1979, evidenciam-se por períodos descontínuos de atuação das forças políticas, caracterizando uma tendência à fragmentação do sistema partidário.

Ademais nota-se a ausência de partidos fortemente enraizados na sociedade com perfil ideológico definido.⁴

Alguns exemplos facilitam nossa compreensão. A primeira República no Brasil (1889 - 1930) é caracterizada por uma relação, digamos, de simbiose negativa entre os "coronéis" mandatários de uma ordem oligárquica em declínio e o poder público oficial. Neste caso, o controle das máquinas eleitorais municipais modelava a relação clientelista do eleitor com os coronéis e estes com o poder político central (Nunes Leal, 1986).

Já no período de 1945 a 1964 há um visível condicionamento do Estado no aparecimento dos partidos políticos. As três maiores forças eleitorais: PSD, PTB e UDN foram fundadas no sistema de interventorias estaduais e de acesso à burocracia federal (Campello de Souza 1976). A ilegalidade dos partidos tradicionais PTB, PCB e PSD durante o período do regime militar responde pela construção da ARENA - partido do governo -, e MDB - partido da oposição consentida (Lamounier & Meneguello 1986).

Em grande medida, o histórico dos partidos no período abordado é marcado pela forte presença do Estado em sua formação. Para citar Duverger, são os partidos nascidos dentro do parlamento. A exceção foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores, nascido depois desse período que se singulariza por seu perfil de base. O Partido Verde também nascerá dos movimentos sociais.

De acordo com Meneguello (1989) a reforma partidária de 1979, por um lado, foi posta em execução por força de pressões sociais que buscavam reformular o modelo de representação política institucional, por outro, tratou-se de uma prática estratégica para a liberalização política controlada pelo governo, tendo como objetivo fragmentar a oposição ao regime militar (Lamounier & Meneguello 1986).

Embora essa reforma seja apontada como uma obra casuística do governo autoritário, pois impõe, entre outras coisas, sérias dificuldades

⁴ Embora o PCB seja oriundo do movimento anarquista, sindical e intelectuais desligados das elites políticas da época, 1922, sua atuação legal no sistema partidário é quase insignificante, não obstante sua atuação no campo da oposição. A contar da data de sua fundação, 1922 até 1985, o PCB funcionou legalmente apenas entre 1945 e 1947.

institucionais para o funcionamento dos pequenos partidos, ainda segundo Meneguello (1989), da reforma surgem o PP, PMDB e o PDS. Estes últimos surgem, respectivamente do MDB e da ARENA. O PTB sofre um racha e da sua cisão aparece o PDT e finalmente o PT, este, com fortes influências do novo sindicalismo urbano.

A derrota da emenda "Dante de Oliveira", que propunha eleições livres para presidente à partir do ano de 1986, fortalece a criação do colégio eleitoral constituído pela "aliança democrática" representada pelo PMDB e PFL (este último surge como racha do PDS). A proposta de transição pela via institucional estava garantida, inclusive com o apoio - ainda que condicional -, do PDT ao colégio eleitoral. O PT opta por uma estratégia de oposição e mobilização das classes populares, o que contribui para explicar seu crescimento.

A perspectiva do desenvolvimento partidário subsequente a esse período é observado por Lamounier e Meneguello (1986) como responsável pela existência de um centro poderoso formado pela "aliança democrática" entre PMDB e PFL e pela existência de um partido de caráter societário, o PT, que por sua vez, evitaria uma polarização ideológica como as já ocorridas na história político - partidária do país. Em resumo, podemos dizer que há um reagrupamento das forças políticas nesse momento.

O Partido dos Trabalhadores surge como novidade por ser o primeiro partido de origem extra-parlamentar, de caráter societário que tem como uma das principais questões a inserção das classes populares na representação do poder político. Sua ideologia partidária contribui com a compreensão de sua proposta política, de acordo com o modelo de Duverger. Em seu estudo sobre o Partido dos Trabalhadores, Meneguello (1989) destaca uma série de especificidades do P.T., elencando seu caráter de novidade no sistema partidário brasileiro. Em nosso estudo, algumas dessas características devem ser lembradas, para se propor um contraponto com o Partido Verde.

Neste sentido, o estudo sobre o Partido Verde deve apontar para a sua independência frente ao Estado e não estritamente ao controle parlamentar. Comparado ao Partido dos trabalhadores, o Partido Verde assemelha-se a ele no que diz respeito à natureza das agremiações, isto é, societária. Contudo, *é o Verde que coloca a questão da ecologia e dos movimentos sociais como principais elementos de sua representação.* Há

que se comparar ainda o crescimento do P.T. e o crescimento do P.V. O rápido crescimento do primeiro e sua adequação à LOPP são explicados pelo seu rápido enraizamento social. Seu crescimento tem a ver com sua origem classista e de oposição à política tradicional. No que se refere ao crescimento do Partido Verde, as dificuldades que ele encontra para seu enraizamento social tem a ver com a fragmentação dos movimentos sociais. Embora surgido dos movimentos sociais, como o P.T., o Partido Verde possui uma trajetória diferente dessa agremiação que, talvez, possa ser explicada pela fragmentação do movimento ecológico no Brasil, no nosso caso, no Estado de São Paulo.

As disputas eleitorais e a perspectiva do controle do poder político mostram a diferença do P.V. em relação aos grupos de pressão e, ao mesmo tempo, caracteriza um modelo de organização partidária. Seu vínculo com os movimentos sociais e sua proposta voltada para a ecologia são pistas para a forma de representação política. *É sobre esses três itens: origem, organização e proposta política que desenvolveremos nossa pesquisa sobre o Partido Verde.*

Apesar de um amplo debate sobre a questão ambiental, o mesmo não acontece com relação à organização do Partido Verde e seu relacionamento com os movimentos sociais. Sendo assim, alguns procedimentos técnico-metodológicos são imprescindíveis: a análise exaustiva da literatura produzida sobre Partidos Políticos, Movimentos Sociais, Meio Ambiente e Desenvolvimento e, sobretudo, a relação desses movimentos com os partidos políticos, precisamente com o Partido Verde.

Construção de um referencial para explicar a organização, funcionamento e desempenho do Partido Verde a partir do levantamento e da análise dos dados referentes ao sistema eleitoral e censitário. Exame de jornais e utilização de entrevista com o objetivo de acompanhar mais de perto seu nascimento a partir das principais fontes. Em princípio, faremos uma análise bibliográfica geral. Em seguida, faremos consulta ao Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E.) e no Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (I.B.G.E.). Prosseguiremos com visita ao Banco de Dados dos jornais que, de alguma maneira, noticiaram informações sobre a criação e comportamento do Partido Verde no Brasil e, em São Paulo, em particular. Estado onde está situado nosso estudo de caso.

Apontamentos para possíveis conclusões

A criação de um Partido Verde no Brasil evidencia um distanciamento da concepção tradicional de partido, uma vez que sua proposta política demonstra a busca de uma ponte entre o movimento social e representação político - institucional.

Entender o relacionamento entre movimentos sociais e política institucional é fértil para se interpretar o papel dos partidos cuja formação está ligado aos movimentos populares. Ao se analisar o modo pelo qual um partido insere as questões ecológicas no âmbito da representação institucional, parece-nos ser possível ampliar o debate para o tema sobre desenvolvimento sustentado, em particular para o estado de São Paulo.

Existe a real dificuldade em se definir a característica fundamental dos Verdes enquanto partido. Isso ocorre, particularmente por haver uma 'visível ascensão das ONGS e pouca visibilidade social do Partido Verde. Contudo, essa dificuldade caminha para sua superação. Por um lado, em virtude da presença mais forte do debate ambiental na sociedade, por outro, pelos espaços políticos reivindicados por esse partido, no sistema partidário brasileiro.

Questões pontuais, que fazem parte das preocupações de nossa dissertação de mestrado. Virão a ser discutidas, de acordo com a dinâmica adotada no ritual das atividades e do calendário de trabalho.

Referências bibliográficas

- BOSCHI, R.R. *A arte da associação*. São Paulo: Vértice, 1987.
- CAPRA, F., SPRETNAK, C. *Política verde: promessa global*. s.n.t. (Mimeogr.).
- CAMPHELLO DE SOUZA, M.C. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- CARDOSO, R.C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SOU, J.B. (Org.) *Sociedade e política no Brasil- pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CERRONI, U. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982.
- DURHAM, E.R. et al. *A cidade vista da periferia: o contexto cultural dos movimentos sociais urbanos*. s.n.t. (Mimeogr.).
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FISICHELLA, D. Grupos de interesse, de pressão, lobby e partidos. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de ciência política*. Brasília: UNB., 1991.
- GABEIRA, F. et al. *Partido Verde: proposta de ecologia política*. Rio de Janeiro: Amimd, 1986. v. 1.
- GOHN, M.G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
- LAMOUNIER, B., MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MENEGUELLO, R P. T. *A formação de um partido político* São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MINC, C. *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- NUNES LEAL, V. *Coronelismo enxada e voto*. São Paulo: Alfa Omega, 1986.
- OFFE, C. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Sistema, 1988.
- PÁDUA, J.A. (Org.) *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- PÁDUA, J.A. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SADER, E. *Quando os novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SINGER, P., BRANT, V.C. (Org.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1983.

- SCHINKE, G. *Uma contribuição ao debate sobre movimento ecológico e a questão do Partido Verde*. Porto Alegre: AGAPAN, 1985.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1
- VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil 1974-86: do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n.3, 1988.
- VICENT, A. - *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- WALDMAN, M. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

Bibliografia consultada

- AB'SABER, A N. (Org.) *Geografia e questão ambiental*. São Paulo: Terra livre - AGB, 1988.
- ADAM, S. *A sociedade informática*. São Paulo: Edunesp, 1990.
- ALMEIDA RESENDE, P.E. (Org.) *Ecologia sociedade e Estado*. São Paulo: Educ, 1995.
- ALTVATER, G. *O preço da riqueza*. São Paulo: Edunesp, 1995.
- BANDEIRA, R. *Polução: a doença da terra*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BECKER, B.K. et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BEHREND, J. *Agenda verde: propostas dos verdes em matéria de política ambiental e de desenvolvimento*. Bruxelas: Gutemberg, 1992.
- BENEVIDES, M.V. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BERBEL, M.R. *Partido dos trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda do Brasil (1978-1980)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- BOBBIO, N. et al. *dicionário de ciência Política*. Brasília: UNB., 1991.
- BOFF, L. *Seminário: dimensão política e teológica da ecologia*. São Paulo: Cepis, 1992.

- BOLETIN BIBLIOGRÁFICO. (Rio de janeiro), Sesc,n.47 jun.,1992.
- BONUS, A, (Org.) *Economia e ecologia*. São Paulo: Fakas, 1992.
- BRANCO, S.M. *Energia e meio ambiente*. São Paulo: moderna,1991.
- BRASIL. Ministério das Relações exteriores. Agência brasileira de cooperação. *Organizações Não Governamentais* brasileiras atuantes área de meio ambiente. Brasília: M.R.E., 1991. 78p.
- BRASIL. Resolução nº10785. Estabelece instruções para a fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos. *Diário Oficial do Estado de São Paulo (São Paulo)* 13 mar.1980.
- BRANCO,S.M. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Moderna, 1990.
- BULL, D., HATHAWAY, D. *Pragas e venenos: agrotóxicos no Brasil e no terceiro mundo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CASTORIADIS, C. COHN, B. *Du ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAVENATO, J.J. *O massacre da natureza*. São Paulo: Moderna,1989.
- COIMBRA, J.A A *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo: CETESB,1985.
- COMUNICAÇÃO DO ISER: Ecologia, religião e sociedade. (Rio de Janeiro), v.2 n.43, 1992.
- CONFERÊNCIA DE VITÓRIA. Terra, meio ambiente e direitos humanos. 1993. 33p.
- CONFERENCIA INTERNACIONAL. Terra, ecologia e direitos humanos. São Paulo: 1992. 65p.
- CONTI, L. *Ecologia: capital e meio ambiente*. São Paulo: Hucitec,1991.
- CORREIA DE ANDRADE, M. *Modernização e pobreza*. São Paulo: Edunesp,1994.
- COUTINHO, C.N. *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CRUZ, H. *Ecologiyay sociedad alternativa*. Madrid: Miraguano,1986.
- DIAS, J.F. Proposição para uma economia sustentável. Rio de janeiro: CEDAC, 1992.
- DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL. Camara dos deputados: Comissão de defesa do consumidor, meio ambiente e minorias. Brasília,1994 65p.

- DORST, J. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Edgar blucher, 1973.
- DUARTE, R.A P. *Marx e a natureza em o capital*. São Paulo: Loyola, 1886.
- DURHAM, E.R. Movimentos sociais, construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, n. 10, p.24-30,1988.
- DUPUY, J.P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1979.
- EVERS, T. et al. *Movimientos barriales y Estado: lucha en la esfera de la reproducción em América Latina*. Revista Mexicana de Sociologia. v.44, p.703 -52, 1982.
- GABEIRA, F. *Vida alternativa*. Rio de Janeiro: Nova fronteira,1985.
- GIÁCOMO, M. *Poder e seculariza,cão*. São Paulo: Edunesp, 1995.
- GUITTA, P.P. *Do caos à inteligencia artificial*. São Paulo: Edunesp,1993.
- HERRERO, L.J. *Meio ambiente y desarrollo alternativo*. Madrid: Iepala, 1989.
- HIPPOLITO, L. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiencia democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAMOUNIER, B.CARDOSO, F.H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LAMOUNIER, B., GIL KINZO, M.D. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, nº5 , 1978.
- LEIS, H.R. *Ecologia e política mundial*. Petrópolis: Fase/Vozes, 1991.
- LEITÃO FILHO. H.F. *Ecologia da mata atlantica em Cubatão*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- LEROY, J.P. *Uma chama na amazonia*. Rio de Janeiro: Fase/vozes, 1991.
- LIMA JUNIOR, O B. et al Produção brasileira recente sobre partido político, eleições e comportamento político:balanço bibliográfico.(Rio de janeiro), *BIB*, n.34, p.3-66,1992.
- LINS DA SILVA. C.E. *Ecologia e sociedade*. São Paulo: Loyola,1978.
- MAGALHÃES, A R. (Org.) *Desenvolvimento e meio ambiente no semi árido*. Brasília: I.C.D., 1992.

- MARIE MARTIN, J. *A economia mundial da energia*. São Paulo: Edunesp, 1992.
- MARTINE, G. *A questão populacional no Brasil*. Brasília: Macarthur Foundation, 1991.
- MARTINS, J.P.S. *Ecologia ou morte*. São Paulo: F.D.T., 1987. *Terra mãe: por um socialismo ecológico*. São Paulo: Traço a traço/CEPE, 1991.
- MCFETRIDGE, D.G. *Economia e meio ambiente*. Porto Alegre: Airton Ortiz, 1992.
- MELLO, T. *Amazonia: a menina dos olhos do mundo?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.
- MONTSERRAT, B. *Los Partidos Verdes en Catalunya. Working Papers* (Barcelona), n. 47, 1992.
- MORAIS, F. *Não às usinas nucleares*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.
- MOSER, A. *O problema ecológico*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MURGEL BRANCO, S. *O desafio amazonico*. São Paulo: Moderna, 1991.
- RAMOS, A A C. et al *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Rio de Janeiro: Fórum das ONGs brasileiras, 1992.
- REVISTA ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE*. (Rio de Janeiro) n.9 nov. 1991.
- REVISTA PAU BRASIL*. (São Paulo) v.3 n.15 nov/dez. , 1986.
- REVISTA PROPOSTA*. (Rio de Janeiro) n. 56 mar. , 1993.
- SAMPAIO, M.R *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982
- SADER, E. *A ecologia será política ou não será?* In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Ecologia, ciência e politica*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- SÉRIE DEBATE. (Campinas) v.1 n.6 abr. 54p., 1993.
- SILVA, N.C. *Movimento social e partido politico: as prerrogativas ecológicas e o Partido Verde em São Paulo*. 1996. 36p. (Mimeogr.).
- STURM, A E. *Alguns enfoques sociológicos sobre o problema ambiental*. Porto Alegre: U.F.R.S., 1989, 20p.
- TAUK TORNISIELO, S.M. (Org.) *Análise ambiental: uma visão multi-disciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1995.

TEMPO E PRESENÇA. (São Paulo) n.265, 1992.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Schuwaros, 1989.

THOREAU, H. *Desobedecendo: a desobediência civil & outros escritos*. São Paulo: Círculo do livro, 1988.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. *Ata de fundação do Partido do Futuro Verde*, (PFV), 1987.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, Brasília. Registro de Partido n° 243, classe 7, Distrito Federal (Brasília). Estabelece registro definitivo de partido político do partido Verde. (Mimeogr.).

TUDELA, F. *Para um novo pacto Internacional para o desenvolvimento sustentável: perspectiva da América Latina e do Caribe*. Washington: BIRD, 1992.

VALVERDE, FREITAS, T.L.R. O problema florestal da Amazônia brasileira. Petrópolis: Vozes, 1982.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. *Catecismo da ecologia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

VERSÃO Partido Verde-P.V. *Diário da Justiça da União*(Brasília), 9 fev. 1994.

VIANN, A MENESES, L. et al. *Educação ambiental*. São Paulo: CEDI, 1992.

VIOLA, E. *Movimento ecológico e Partido Verde no Brasil: notas sobre uma relação muito complexa* In: Encontro ANPOCS, 2, 1987.



INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA ACERCA DO "ESPÍRITO" DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA COMPARATIVA COM A TRANSIÇÃO ESPANHOLA.

Lara Andréa Crivelaro BEZZON*

RESUMO: Brasil e Espanha são exemplos de "transições pactuadas à democracia", em ambos os casos tais processos se basearam em pactos entre as forças políticas, não na vitória de uma delas. Porém, enquanto na transição espanhola do franquismo para a democracia temos um exemplo de êxito a se considerar, o caso do Brasil é mais ambíguo. A questão óbvia é: Como e por que a transição espanhola do franquismo para a democracia teve tanto êxito¹? E por que depois de mais de 20 anos do início da abertura democrática, o Brasil continua tendo um quadro institucional não tão sólido, sujeito a variações de acordo com interesses? A proposta deste projeto é comparar estes dois casos históricos - não em termos de suas dimensões políticas e econômicas, mas em termos de seus "espíritos". Argumentamos que não era simplesmente a estrutura específica da Espanha (economia e política), que a colocava em vantagem sobre o Brasil, mas que o processo de transição espanhol teve a vantagem de ter criado um sistema simbólico significativo. Nesse trabalho queremos identificar se o

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP, sob orientação da Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. Este texto faz parte do projeto de doutorado e possui o financiamento da CAPES.

¹ Quando se diz que a transição espanhola do franquismo para a democracia teve êxito, queremos dizer que: 1) ao contrário de outros momentos de transição na história da Espanha, a morte de Franco em 1975 não resultou numa guerra civil, golpe de Estado ou até na expulsão dos franquistas, e 2) o sistema autoritário franquista foi eficientemente substituído por uma democracia auto-suficiente. Por "democracia auto-suficiente", queremos dizer uma na qual há: 1) uma real possibilidade de alternância partidária no poder, 2) real possibilidade de alteração política diante da alteração partidária, 3) efetivo controle civil sobre o militar (Przeworski 1990: 1). A exceção ao caso da pacífica e consensual natureza da recente transição espanhola à democracia é o caso do nacionalismo Basco, que não adotou o acordo consensual. Pior do que isso, apesar de uma importante calmaria em 1977, a violência promovida pelo grupo Basco, emergente, Euzkadi ta Askatasuna (ETA), aumentou significativamente entre 68 e 80. Enquanto o ETA foi responsável por 34 mortos entre 68 e 75, também foi responsável por mais de 67 mortes em cada um dos anos mencionados: 1978, 1979, 1980.

Brasil também chegou a criar seu próprio sistema simbólico ou não, e em que medida a presença ou falta desse sistema simbólico influenciou a transição democrática brasileira e o resultado de democracia a que se chegou

PALAVRAS-CHAVE: Transição pactada, transição democrática, transição brasileira, transição espanhola, consenso.

Construção do referencial teórico e síntese bibliográfica fundamental

Ao mesmo tempo em que estamos testemunhando uma extensiva mudança social na Europa, também testemunhamos uma “consensual” tendência em direção a uma síntese na sociologia. Desde o início dos anos 80, em todas as áreas da sociologia, tem sido feito um significativo esforço em reunir a divisão micro e macro, para integrar os “sistemas” e “conflitos” dos paradigmas, igualar e unir a sociologia, as humanidades e outras ciências sociais.

Liderando essa tendência em direção à síntese, está a nova especialidade disciplinar da sociologia da cultura. Recentes trabalhos culturais não só reintroduzem a noção de cultura na política e na economia, mas reconstróem a macro-sociologia dos anos 60 que adequadamente enfatizou *contingencies*² materiais e estruturais. Por exemplo, Swidler (1986) discute a favor da abertura da cultura em direção a incertezas. Archer (1988) argumenta pela sensibilidade das culturas em relação a mudanças e Eisenstadt (1986) discute sua ligação com a força material e a vida institucional (Alexander & Colomy, 1989, p.8). Outras análises, incluindo a de Prager (1986), Alexander (1988) e Tiryakian (1988) demonstram o papel da cultura em crises político-históricas. Estes trabalhos teóricos e empíricos demonstram, ambos, a idéia de que a existência de valores culturais implicam em equilíbrio ou harmonia.

² Não encontramos tradução adequada para o português. O sentido da palavra usada por Alexander e Colomy pode ser entendido como algo inesperado, não provável, acidental.

Em outras palavras, recentes trabalhos culturais ultrapassam a estrutura funcionalista durkheimiana e a tradição política cultural dos anos 50. Embora anteriormente os funcionalistas adotassem a noção durkheimiana de solidariedade e valores, eles não incorporaram a noção de símbolos. Portanto, as suas teorias e conclusões tenderam a ser "a-históricas" e estáticas. Esta estática foi adequadamente desafiada por marxistas e interacionistas no fim dos anos 60 e 70. Mas infelizmente, a maioria dos interacionistas e estruturalistas (como Blumer, Skocpol e Tilly) desconsiderou toda a variável cultura. Criatividade e liberdade individual seriam opostos a estrutura social e material.

O avanço das investigações e pesquisas em geral têm enriquecido teoricamente as Ciências Humanas ao demonstrar que as identidades e mesmo as singularidades são formadas a partir da estrutura social. Fora da Cultura, como diria Geertz (1973), teríamos apenas as monstruosidades impossíveis.

A perspectiva durkheimiana revitaliza a noção de Durkheim sobre classificação simbólica e ritual, mas torna-as dinâmicas e incertas. Símbolos e rituais tomam-se processos complexos abrangidos em forças materiais e condições históricas.

Do ponto de vista durkheimiano, cultura é um sistema de representações, símbolos e mitos baseados em valores que tem sua própria organização autônoma. A mais básica classificação de valores está relacionada com o "sagrado" e o "profano", embora Durkheim use ambigüamente o termo "profano" para significar ambos, símbolos negativos e sinais não-sagrados.

Durkheim explica que:

"o sagrado se compõe de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos; as coisas sagradas mantêm umas com as outras relações de coordenação e subordinação, de modo a formar um sistema com certa unidade, que não cabe em nenhum outro sistema do mesmo gênero. (Durkheim, 1989, p. 65).

Diante das religiões é que as coisas se coordenam, se harmonizam.

O que define o sagrado é o fato de ser acrescentado ao real; ora, o ideal corresponde à mesma definição; não se pode portanto explicar um sem explicar o outro.

Uma sociedade não pode criar-se, nem recriar-se sem, no mesmo instante, criar o ideal. (...) uma sociedade não é simplesmente constituída pela massa dos indivíduos que a compõem, pelos movimentos que eles realizam, mas, antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma. E, sem dúvida, acontece que ela hesita sobre a maneira pela qual deve se conceber: sente-se puxada em sentidos divergentes. Mas estes conflitos, quando explodem, têm lugar não entre o ideal e a realidade, mas entre ideais diferentes, entre o de ontem e o de hoje, entre aquele que tem para si a autoridade da tradição e aquele que apenas está na iminência de vir a ser. Seguramente pode-se investigar a origem dos estímulos que fazem com que os ideais evoluam; mas, para qualquer solução que se dê a este problema, ainda permanece o fato de que tudo se passa no mundo ideal. (...)foi na escola da vida coletiva que o indivíduo aprendeu a idealizar. Foi assimilando os ideais elaborados pela sociedade que ele se tornou capaz de conceber o ideal. Foi a sociedade que, encadeando-o em sua esfera de ação, fez com que ele adquirisse a necessidade de levantar-se acima do mundo da experiência e ao mesmo tempo forneceu-lhe os meios de conceber outro. Ele não seria um ser social, isto é, não seria um homem, se não a tivesse adquirido (Durkheim, 1989, p.226).

Durkheim parte da idéia de que nada é sagrado por si mesmo, só a sociedade é uma realidade sagrada por si mesma. Ela pertence à ordem da natureza, mas a ultrapassa. É ao mesmo tempo causa e justificativa da distinção espontânea entre profano e sagrado. Portanto: o sagrado está vinculado em primeiro lugar à força coletiva e impessoal que é uma representação da própria sociedade. (Aron, 1993, p. 324).

Esta releitura de Durkheim nos permite pensar o que Durkheim chama de sagrado como dignidade, resultado da manifestação da coerção social. O sagrado é algo não-racional. O racional aparece como instrumento do não-racional. Por exemplo, no caso de uma guerra, podemos dizer que não existe nenhuma racionalidade, um sistema em

convulsão não tem racionalidade, é algo totalmente não-racional, porém, os artifícios que se utilizam para se ganhar uma guerra são de extrema racionalidade. O racional no limite provoca a irracionalidade, exemplo disso é a figura de Hitler. A diferença entre o não-racional e o irracional está no fato do irracional ser entendido como desvairio, perda da razão enquanto o não-racional é o não-cálculo, são as emoções, os valores, os símbolos. E o profano? O profano é o outro. Tudo que não é a favor é profano. Quem é contra, ou está do lado oposto. A oposição é profana. O sagrado e o profano estão em relação direta, convivem no mesmo plano, um não existiria sem o outro. Para que se exista sagrado necessariamente tem que existir o profano. Desta forma elimina-se o dualismo.

Durkheim coloca em evidência a importância de fenômenos sociais: os símbolos e os ritos. Muitas das condutas sociais se dirigem não para as coisas em si mesmas mas para seus símbolos. Exemplo disso é a chama sob o Arco do Triunfo que é um símbolo. As manifestações públicas pró ou contra determinada política são também atos dirigidos a símbolos, tanto quanto a coisas.

Durkheim fez uma teoria elaborada dos ritos, dos quais examina os diferentes tipos e funções gerais. Distingue três tipos de ritos: os negativos, os positivos e os ritos de expiação. Os negativos são essencialmente as proibições: interdição de comer, de tocar com as mãos, que se desenvolvem no sentido de todas as práticas religiosas de ascetismo; os positivos são atos de comunhão que visam, por exemplo, a promover a fecundidade. As práticas de refeições rituais figuram entre os ritos positivos. Durkheim estuda também os ritos de imitação, miméticos ou representativos, que tendem a imitar as coisas que se desejam provocar. Todos esses ritos têm uma função social importante; seu objetivo é manter a comunidade, acentuar o sentido de participação num grupo, revigorar a crença e a fé. (Aron, 1993, p. 331).

Nos últimos anos, analistas têm desenvolvido a idéia de Durkheim sobre a divisão entre o sagrado e o profano, demonstrando que estas categorias simbólicas não são estáticas, mas são uma parcela do processo histórico contínuo da ordem social e da mudança social. Alexander (1988) aponta que é especialmente durante períodos e crises de incertezas que valores fundamentais são repensados, reformulados e reafirmados. Durante períodos de incertezas, ocorrem generalizações, e os

mitos, símbolos e representações que não mudam, não evoluem com facilidade, são usados para confirmar e personificar o "senso-comum". E através dessa generalização, o sistema classificatório de símbolos coletivos, pode ser drasticamente mudado, solidariedades sociais retrabalhadas e mitos culturais reinocados e estendidos para circunstâncias contemporâneas.

Outros analistas, como Prager (1986) e Tiryakian (1988), desenvolveram a visão política de Durkheim com o objetivo de melhor direcionar as questões da transformação social. Prager (1986) aponta que em contraste com a guerra civil espanhola, que representa o colapso dos entendimentos fundamentais formados por membros da sociedade, algumas transformações políticas bem sucedidas relançam a categoria do pensamento social e da ação política nos termos que transcendem a consciência coletiva. Numa perspectiva durkheimiana, a tarefa do Estado Moderno é articular e implementar a consciência coletiva que o compõem.

Além disso, de acordo com Durkheim (1958) a democracia é uma situação na qual existe: 1-uma grande esfera da consciência do governo, 2-uma estreita comunicação entre esta consciência e a massa da consciência individual. Portanto, o estabelecimento de uma nova nação depende da construção de uma nova moral, bem como de uma ordem estrutural e o estabelecimento da democracia depende de uma identificação bem sucedida e a implementação de valores gerais de um sistema cultural.

Temos como hipótese que uma transformação política como a transição espanhola à democracia é uma crise social onde a generalização simbólica ocorre. A resolução depende da bem sucedida identificação e ligação dos novos valores centrais, com a transformação institucional. Mas como estes novos valores podem penetrar na sociedade tão rapidamente? Durkheim enfatizou que através dos rituais, os símbolos são gerados e reafirmados. Segundo ele, o domínio da ordem estabelecida é como um ritual e contrário a transformações políticas. Este é um problema teórico que está na raiz do funcionalismo, supor que o ritual é inerentemente ligado a ordem social estabelecida e resistente a mudanças. Existem diferentes categorias e tipos genéricos de rituais. Um dos mais importantes desses é o processo ritual de transição.

Vitor Turner (1969) é provavelmente o mais importante antropólogo a seguir esta idéia de Durkheim. Turner aponta um paralelo entre os processos rituais primitivos e aqueles da sociedade contemporânea. Expandindo o trabalho de van Gennep, Turner notou que estes ritos de transição são um tipo especial de ritual que seguiu um processo específico. Em conjunto com seus propósitos individuais, todos os ritos de aniversário, iniciação, casamento, tem um objetivo principal: assegurar uma mudança de condições ou a passagem de um grupo religioso e secular a outro grupo. Três fases ou estágios marcam este processo ritual genérico: separação, *liminality*³ e reagregação. A primeira fase, separação, compreende o comportamento simbólico significando a desagregação do indivíduo ou grupo de um prévio ponto fixo ou estado cultural. Durante o período de intervenção *liminal*, as características do objetivo do ritual são uma mistura ambígua de sacralidade e humildade, ou homogeneidade e camaradagem. Na terceira fase, reagregação, a passagem é consumada. O ritual é esperado que se comporte de acordo com as normas e padrões éticos do novo estado social.

O que estamos querendo dizer aqui é que, como ritos individuais de passagem, as transições político-históricas são um tipo genérico de ritual que consiste na separação, *liminality* e reagregação. Como as suas características individuais, uma transição política é por definição um estágio *liminal* entre dois estados sociais distintos. E o objetivo da transição política é: deixar para trás o velho e consumir o novo estado social.

Ao contrário de ritos primitivos de passagem, entretanto, as transições das sociedades modernas são altamente incertas e são frequentemente incompletas. Mais importante do que isso, elas ocorrem não tanto através de um conjunto de rituais estruturados, mas através de "representações" de separação, *liminality* e reagregação. Em transições político-históricas, uma sociedade complexa como um todo, não mais o indivíduo individualmente, é o sujeito do processo do ritual e estas sociedades como um todo, não podem ser fisicamente separadas e reagregadas num novo estado social. E ainda, transições individuais na

³ Com *liminality*, Turner quer dizer o estado de transição que fica exatamente entre dois outros estados. Em termos da simbologia religiosa, é como o purgatório, que fica entre o céu e o inferno. Não encontramos tradução adequada para o português.

sociedade moderna tendem a ser meramente um simples aspecto da vida individual. Portanto, em processos transicionais modernos, o simbolismo é dominante.

Além disso, enquanto os processos rituais da sociedade primitiva são atribuídos (pré-ordenado), os processos rituais da sociedade moderna são obtidos (conquistados), muitas vezes em oposição a grandes desigualdades (Alexander, 1988). Mais importante ainda, símbolos e representações penetram em diferentes partes da sociedade de diferentes modos e um símbolo pode tornar-se oposto e disfuncional (em termos de completar o processo ritual), caso ele seja entrelaçado dentro de uma ideologia política individual ou misturado com outras representações que tenham representações contrárias. Em primeira instância, uma sociedade pode expressar e reafirmar o aspecto de separação mas nunca alcançar um entendimento verdadeiro de *liminality* que tornaria possível a reagregação.

Como exemplo, na prática, o que estamos querendo dizer é que, no caso da transição espanhola, a Guerra Civil serviu como recurso simbólico para se chegar ao consenso. A recusa a Guerra Civil era uma idéia que transcendia todas as classes sociais, grupos, partidos políticos, nível cultural, etc. Este símbolo, (Guerra Civil) unia as mais diferentes pessoas ou grupos e este fato bastou para que os diferentes grupos aceitassem a idéia de transição pactada, porém, uma transição com um fenomenal “espírito de consenso”. Este ‘espírito de consenso’ significava o mesmo que dizer *não* a Guerra Civil. Simbolicamente romper o pacto seria o mesmo que dizer que preferiam a Guerra e isso era um insulto irracional e insano (Edles, 1996, p. 38).

No plano simbólico a Guerra Civil espanhola representa o “profano” e o pacto a que se chegou, o consenso, representa o “sagrado”.

No caso da transição democrática brasileira, não conseguimos notar a presença desse “sagrado” ou “profano”, a presença de um “espírito”. Será que não existiu ? Por quê ?

Objetivos da pesquisa

O objetivo desse trabalho é tentar avaliar, depois de quase uma década do "fim da transição democrática brasileira", por que a democracia a que se chegou continua com um quadro institucional não tão sólido, sujeito a variações de acordo com interesses, digamos assim, um pouco "frouxo". Pretendemos que este seja uma contribuição a toda sociedade civil, na tentativa de se resgatar o "espírito" que supomos, tenha sido deixado de lado no momento crucial da transição. O resultado a que se chegou com o fim do autoritarismo, todos sabemos que foi mais uma "situação democrática" do que um regime democrático consolidado (Fausto, 1995, 527).

E por que isso ocorreu ?

Numa perspectiva comparativa entre a transição democrática dos dois países analisados, torna-se claro que as negociações da elite espanhola foram baseadas num extraordinário "espírito de consenso". Esse "espírito de consenso" foi o responsável pelas mudanças sociais que começaram após a morte de Franco, bem como por uma reinterpretação coletiva da Guerra Civil Espanhola. No caso brasileiro, o discurso democrático, que recobriu a ação política, revelou-se em toda a sua fragilidade, na medida em que mostrou que seu referente era a resistência ao autoritarismo e não a construção da democracia (Martins, 1988, p. 229).

Faltou, no caso do Brasil, uma estratégia adequada à construção da tão sonhada democracia. O sentido principal do pacto realizado na origem da transição brasileira foi um "pacto de não-competição" entre as elites dominantes (Moisés, 1989, p.143).

Os militares foram capazes de formular e implementar uma política em relação aos civis, ao passo que os civis não tinham uma política em relação aos militares. E isso torna inútil qualquer consideração adicional sobre o desempenho dos atores políticos - evidenciando, mais uma vez, a defasagem entre o discurso sobre a democracia e a prática política da construção democrática (Martins, 1989, p.251).

Quando analisamos a transição democrática brasileira, não conseguimos notar a presença de um "espírito de consenso" entre os principais atores ou dentro da própria sociedade civil. Não notamos a presença de um símbolo forte o suficiente (como a Guerra Civil no caso

espanhol) para unir as mais diferentes pessoas ou grupos na construção da democracia brasileira.

Não significa dizer que não exista em nenhum momento no Brasil, este “espírito” que une as mais diferentes pessoas ou grupos.

Em época de “Copa do Mundo”, podemos sentir a presença deste “espírito”. Em dias de jogos, todos os brasileiros se unem em uma “corrente prá frente” e torcem pela vitória da seleção brasileira, nesse momento não existe diferença social, cultural, racial, religiosa, etc. Todos são iguais: brasileiros. Fim do jogo, tudo volta ao normal.

Um momento de importante união nacional durante a transição brasileira, foi a doença do presidente Tancredo Neves. Nesse momento todas as pessoas se uniram na esperança de recuperação e depois na dor da perda de um homem que representava a solução de muitos problemas e o condutor do país à democracia. Nesse momento pudemos perceber a presença clara de um “espírito” de união entre todos os brasileiros. Após a morte dele, depois de alguns dias, este “espírito” desapareceu.

Estes são exemplos de “espíritos temporários”, que não se perpetuaram na construção da democracia brasileira até o fim da transição. São “espíritos frágeis” porque não se consolidam. E por que não se consolidam? Será que não existe, por trás deles, valores muito profundos? Pode-se dizer que são superficiais? Simplesmente criados pela mídia e não naturais como no caso da Guerra Civil Espanhola que foi realmente vivido e sentido por todos?

Temos como hipótese para este projeto, que o que realmente faltou no caso brasileiro, foi um “espírito consensual”, que respaldasse o pacto, faltou uma narrativa hegemônica única que transcendesse a política e os interesses particulares.

No caso da Espanha, não queremos dizer que não houve divisões ideológicas durante a transição, mas, o “espírito do consenso” foi mais forte e pôde superar as diferenças, resultando num exemplo de pacto bem sucedido. E no caso do Brasil? Existiu este “espírito de consenso”? Será que foi um “espírito” diferente do caso espanhol e por isso não conseguimos enxergá-lo? Ou será que houve tantos “espíritos” e por isso faltou um que fosse hegemônico?

Se constatarmos que nossa hipótese está correta e que realmente não houve um "espírito de consenso" durante a transição democrática brasileira, devemos nos perguntar: *Por que não houve?*

Estas são questões que estamos lançando para o desenvolvimento desse trabalho.

Metodologia

Defendemos a idéia de que para se analisar a transição democrática de qualquer país, é necessário olhar além dos aspectos estruturais (dimensões econômicas e políticas), deve-se considerar também os diferentes sistemas simbólicos que recobrem a ação política.

Queremos dizer com isso, que todos os símbolos juntos são responsáveis por criar um "espírito". E que este "espírito" é um dos fatores a ser considerado como responsáveis pelo sucesso ou fracasso da transição.

Um dos caminhos para se desenvolver este projeto é a utilização da *análise multidimensional* que inclui as motivações racionais e não-racionais, individuais e coletivas dos atores em questão.

A idéia que se desenvolve a partir desse conceito de *multidimensionalidade* é que as motivações racionais e as motivações não-racionais, as individuais e as coletivas, devem ser consideradas quando tentamos entender determinadas ações. Estas dimensões são necessárias e se mesclam para explicar as ações. Através da *teoria multidimensional* é possível a utilização de várias metodologias no desenvolvimento de um único trabalho.

Além da *análise multidimensional*, usaremos como recurso metodológico a *análise do discurso*.

A *análise do discurso* enquanto metodologia para interpretação dos textos e discursos dos mais diferentes atores da sociedade civil no momento da transição brasileira e espanhola garante que se capte o significado oculto deles. Como lembra Pêcheux:

a análise do discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica

de um sujeito(.). O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las. seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso. seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (Pêcheux apud Orlandi, 1994, p.42).

Outra metodologia a ser utilizada será o que chamaremos de *análise dialética*, ou seja, análise crítica dos fatos da época da transição brasileira e espanhola, a partir do contexto histórico que será observado.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, J.C. (Ed) *Durkheimian sociology: cultural studies*. Cambridge: Cambridge University, 1988.
- ALEXANDER, J.C., COLOMY, P. *Neofunctionalism today: reconstructing a theoretical tradition*. In: RITZER, G. (Ed) *The Frontiers of sociological theory*. New York: Colombia Univ. Press, 1989.
- ARCHER, M. *Culture and agency: the place of culture in social theory*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1988.
- ARON, R. *As Etapas do pensamento sociológico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, v.6.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- DURKHEIM, E. *Professional ethics and civic morals*. Glencoe, IL: Free Press, 1958.
- EDLES, L. *The curtain rises: symbols, rituals and spanish transition to democracy*. Univer. Haway (forthcoming) 1996.
- EISENSTADT, S.N. Culture and social structure revisited. *Internacional Sociology*, v.1, p.297-320, 1986.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- GEERTZ, C. *The interpretation of culture*. New York: Basic Books, 1973.
- MARTINS, L. Ação política e governabilidade na transição brasileira. In: MOISÉS, J. A., ALBUQUERQUE, J.A. (Ed.) *Dilemas da*

consolidação da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.223-64.

MOISÉS, J. A. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: MOISÉS, J. A., ALBUQUERQUE, J.A. (Ed.) *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.119-77.

ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994.

PRAGER, J. *Building democracy in Ireland*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986.

SWIDLER, A. Culture in action. symbols and strategies. *American Sociological Review*, v.51, april, 1986.

TIRYAKIAN, E. From Durkheim to Managua: revolutions as religious revivals. In: ALEXANDER, J. C. *Durkheimian Sociology: cultural studies*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1988.

TURNER. V. *The Ritual Process*. Chicago: Aldine, 1969.

Bibliografia consultada

ALEXANDER, J.C. O Novo Movimento Social: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo) v.2, n.4, p. 5-28, 1987.

ALONSO-CASTRILLO, S. *La apuesta del Centro*. Historia de la UCD. Madrid: Alianza Editorial. 1996.

BACHA, E., KLEIN, H. *A transição incompleta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986, v.2.

BRITTO, A. *Assim morreu Tancredo*. Porto Alegre: L & PM. 1987.

BROUÉ, P. *A Revolução Espanhola 1931-1939*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1992.

CALLOIS, R. *Man and the sacred*. New York: Fre Press . 1959.

CARDOSO, R. Subcultura: uma terminologia adequada ? *Cadernos de Pesquisa*, n.14, 1975.

CARR, R., FUST, J. P. *Spain: dictatorship to democracy*. Londres: George Allen Mawin,1979.

- CLARK, R. *The basque insurgents*. Wisconsin: University of Wisconsin Press. 1984.
- CASTELLS, M. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madrid*. Madrid: FTL. 1942.
- CASTRO, M. *64: Conflito Igreja X Estado*, Petrópolis: Ed. Vozes. 1984.
- COMPARATO, F. K. *Muda Brasil: uma Constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- COTARELO, R. (Org.) *Transición política y consolidación democrática. España (1975-1986)*. Madrid: CIS. 1992.
- COUTO, R. C. *Tancredo vivo, casos e acasos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- CUNHA, J. G. *Um Brasileiro na guerra civil Espanhola*. São Paulo: Alfa-Omega. 1986.
- DOUGLAS, M. *Purity and danger*. London: Penguin. 1966.
- EDLES, L.D. *Political culture and the transition to democracy*. Los Angeles, 1990. Tesis (Phd) University of California.
- EDLES, L. *The sacred and the Spanish transition to democracy: Social Compass* 40. v.3, p.299-314, 1993.
- FAUSTO NETO, A. *O corpo falado: a doença e morte de Tancredo nas revistas semanais brasileiras*. 2. ed. Belo Horizonte: Fumarc, 1986.
- GADET, F., HAK, T (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução da obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GILMOUR, D. *The transformation of Spain*. Londres: Amartet Books. 1985.
- GORKÍN, J. *Guerra y revolución en España 1936-1939*. Moscou: Progreso. 1966.
- GUNTHER, R. SANI, G., SHABAD, G. *El sistema de partidos políticos en España: génesis y evolución*. Madrid: CIS. 1986.
- HUNTINGTON, S. *Democracy's third wave*. In: DIAMOND L., PLATTNER M. T. *The Global Resurgence of democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

- KOUTZII, F. (Org.) *Nova República: um balanço*. Porto Alegre: L & PM. 1986.
- LAMOUNIER, B. *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Loyola. 1991.
- LIMA, V. R. *Tancredo fala de Getúlio*. Porto Alegre: L & PM. 1986
- MAINGUINEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989
- MARAVALL, J. M. *La política de la transición - 1975-1980*. Madri: Ed. Taurus. 1981.
- MARAVALL, J. M., SANTAMARIA, J. Political change in Spain. In: O'DONNELL et al. *Transitions from authoritarian rule*. Londres: J. Hopkins. 1986.
- MAURÍN, J. *Revolución y Contrarrevolución en España*. Paris: Ruedo Ibérico. 1966.
- MEYER, M. *Redescobrimo o Brasil: a festa na política*. São Paulo: T. A. Queiroz. 1985
- MERTON, R. K. Estrutura social e socialização. In: Pereira, L., Foracchi, M. A. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1987.
- MONTES, M. L. *Morte e funeral: participação política (1910-1985)*. São Paulo. 1987.
- MUNIS, G. *Jalones de derrota: promessa de victoria, España 1930-39*. México: Lucha Obrera. 1944.
- ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994.
- ORLANDI, E. P. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Ed. Pontes. 1993.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. Campinas: Ed Unicamp. 1988.
- PARAMIO, L. Agonia e morte de duas ditaduras: Espanha e Brasil. In: MOISÉS, J. A., ALBUQUERQUE, J.A. 1989. (Ed.) *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 49-68.
- PORTELLA, E. *Democracia transitiva*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1983.

- POULANTZAS, N. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. 1936.
- PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market*. Cambridge: Cambridge University, 1991.
- PRZEWORSKI, A. *The games of transition*. Paper presented at the Center for Social Theory and Comparative History Colloquium. Series, UCLA, 1990.
- RAMOS OLIVEIRA, A. *Politics, economics and men of modern Spain*. Londres: Gollancz, 1946.
- RAMOS OLIVEIRA, A. *Historia de España*. México: C.G.E. 1952
- ROUQUIÉ, A., LAMOUNIER, B., SCHVARZER, J. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKOCPOL, T. *States and social revolutions*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1979.
- SODRÉ, N. W. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- STEFAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TEZANOS, J. F., COTARELO, R. y DE BLAS, A. *La transición democrática Española*. Madrid: Editorial Sistema. 1993.
- THOMAS, J. T. *Fundamentos económicos de la transición política Española: la política económica de los acuerdos de La Moncloa*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. 1993.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Reading, M.A: Addison Wesley Publishing Company, 1978.

O DIREITO DE PROPRIEDADE NOS CONFLITOS AGRÁRIOS: UMA ANÁLISE DE DISCURSO¹

Luciana C. Caetano de MORAIS*

RESUMO: Os discursos a serem analisados compõem o embate político-jurídico de um conflito agrário ocorrido na região da Getulina/SP, no período de 1993 a 1995. Pudemos observar que os discursos do direito de propriedade e do discurso do direito à propriedade integram duas comunidades discursivas distintas contendo cada uma delas várias formações discursivas. A análise desses diferentes discursos além de nos possibilitar compreender as noções de direito presente na luta pela terra, nos permitirá observar em que medida as condições de produção desses discursos são geradas.

PALAVRAS-CHAVE: embate político-jurídico; discurso; direito de propriedade; direito à propriedade; luta pela terra.

Introdução

O propósito deste artigo consiste numa análise discursiva sobre duas concepções de direito distintas, presentes nos conflitos agrários: o discurso do direito de propriedade no qual se baseia os proprietários das

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – S.P. – sob a orientação da Prof. Dr.^a Maria Izabel Leme Faleiros.

¹ Estas reflexões são fruto do trabalho de conclusão do curso *Discurso, História e Sociedade*, ministrado pela prof. Dr.^a Sônia Irine Silva do Carmo desta Faculdade, tendo sido também apresentado no Encontro Regional Sudeste da APIPSA de 01 a 03/04/1998 na Unesp – Campus de Araraquara. Para atendermos as normas da *Revista Caderno de Campo*, nosso texto sofreu algumas modificações formais sem, no entanto, alterar o conteúdo original do trabalho.

Fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, localizadas ambas no município de Getulina/SP, e o discurso do direito à propriedade contido no imaginário social dos sem-terras.

O que veremos na análise dos discursos a seguir constitui-se de um questionamento, por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do monopólio estatal da produção jurídica e do seu discurso jurídico considerado, até então, um “discurso competente, desprovido de paixões ideológicas e de sectarismo” (Pontes, s.d.). Uma vez indagada a legalidade e a legitimidade da jurisprudência, as bases de sustentação do Estado encontrariam-se abaladas porque não haveria um consenso para o exercício das leis².

Ao questionar, principalmente, o direito de propriedade da terra, o MST emerge no cenário político nacional buscando “novas leis mais justas” que satisfaçam as necessidades das minorias sociais. Sendo assim, o MST evidencia-se carregado de legitimidade, na medida em que congrega grande parcela de indivíduos marginalizados, cujo alicerce se edifica sobre a proposta de um sistema regulador alternativo (uma vez que questionam o atual), no rompimento com o monismo jurídico (porque não é capaz de dar conta da pluralidade social) e na caracterização do movimento como fonte e sujeito coletivo de direito (Pontes, s.d.).

Os discursos que iremos analisar além de nos revelar a crise de legitimação do Estado e sua incapacidade em resolver os conflitos agrários, apontará a existência de dois discursos distintos – o direito de propriedade e o direito à propriedade – bem como, em que condições de produção esses discursos são gerados. O conceito de *condições de produção do discurso* foi primeiramente definido por Pêcheux. Entretanto, partiremos da redefinição deste conceito elaborado por Carmo. Segundo a autora, *condições históricas de produção do discurso* é

a configuração que o processo histórico assume, no momento de realização do discurso objeto de análise, e que carrega consigo o passado contido no presente;

² De acordo com Kassius Pontes, a crise de legitimação do Estado estaria baseada em três fatores: 1) na incapacidade do Estado em manter o consenso da legalidade; 2) a lei assegurada configurar-se-ia como “morta” porque não há a sua instrumentalização na prática ou se há só se efetiva a determinados grupos, e 3) os conflitos internos da legalidade são obstáculos à realização do ordenamento jurídico

configuração essa da qual o sujeito comunicante participa como integrante de uma rede de relações sociais (em sentido amplo). O discurso é, então, compreendido como uma das dimensões de tal configuração histórica que, em retorno, atua também sobre as demais. Assim, é possível identificar no discurso (objeto de análise), a presença dos componentes dessa configuração, embora nem sempre eles explicitem, de modo que o analista precisa recorrer às dimensões não discursivas, ou a outros discursos que também participam daquela configuração, para interpretar o seu objeto. (Carmo, 1997, p. 88-9).

Desse modo, o sujeito é considerado, segundo a autora, em sua dupla dimensão, ou seja, dimensão de sujeito histórico e dimensão de sujeito do discurso. Para ela, o sujeito elabora seu discurso a partir da sua identificação com uma ou outra formação discursiva e ideológica (não exclusivas entre si), sendo que esta identificação pode ou não ir ao encontro de seus interesses objetivos e de sua posição sócio-econômica. (Carmo, 1997)

Tomamos por base o conceito de *comunidade discursiva* desenvolvido por Carmo³. Para a autora, entende-se comunidade discursiva

como uma dimensão discursiva de uma totalidade de sujeitos, que também se ligam por meio de outras dimensões de sua realidade social e histórica. A existência da comunidade discursiva não depende, necessariamente da interação dos indivíduos em grupos primários (embora possa ocorrer e geralmente ocorra); a comunidade discursiva extrapola o grupo primário. (1997, p. 90)

Sendo assim, consideramos o sujeito enquanto um agente histórico e de discurso que, a partir das influências dos grupos dos quais ele participa, elaborará o seu discurso. Entretanto, a adesão ideológica às comunidades discursivas é mutável, diz Carmo, em função dos debates sociais e não somente em relação às opções pessoais.

³ Este conceito foi primeiramente desenvolvido por Dominique Maingueneau, que considerava comunidade discursiva como um "grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento fortuito de porta-vozes". (Maingueneau apud Carmo) É necessário ressaltar que Carmo re-elabora os conceitos existentes.

Para compreendermos os dois discursos presentes no conflito de terras em Getulina/SP, analisaremos, primeiramente, o discurso do direito de propriedade e, depois, o discurso do direito à propriedade. Como foram muitos os artigos publicados no *Jornal Correio de Lins* tanto de uma parte quanto da outra, optamos por selecionar os quatro que melhor nos permite observar *essa dupla noção de direito*.

O discurso do direito de propriedade

Durante o processo de ocupação das Fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, os defensores do direito de propriedade notificaram vários argumentos no *Jornal Correio de Lins*. O primeiro deles é intitulado *Carta de Lins. A defesa da propriedade: direito consagrado pela Constituição*, tendo sido assinado pela FAESP e sindicatos filiados em 30/10/93 e publicada no jornal a 03/04/93.

As invasões violentas e selvagens de propriedade rurais, orquestradas por pessoas que detestam viver sob o manto do Direito e da Justiça, causam preocupação, insegurança e revolta junto aos agricultores.

São elas praticadas por indivíduos que nem ao menos são trabalhadores rurais, mas, sim, profissionais de agitação e que usam o lema do "quanto pior, melhor".

Trabalhadores rurais conscientes, como aqueles representados por seus laboriosos sindicatos, não participam desses movimentos, posto que sempre foi, e é, proveitoso o diálogo entre a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e eles.

No trecho deste artigo, como nos trechos a seguir, podemos observar uma relação comunicacional que a Faesp (EU enunciador) faz do MST (VOCÊ interpretante) para o leitor do *Jornal Correio de Lins* (VOCÊ destinatário). Através dessa relação a Faesp constrói o seu ethos⁴ (Carmo,

⁴ O conceito de ethos foi primeiramente definido por Maingueneau. Entretanto, Carmo ressalta que este autor ao utilizar o conceito de ethos não se refere ao indivíduo real, mas sim à função que este assume no discurso, ou seja, o indivíduo corresponde a uma "representação do enunciador". Nesta perspectiva Carmo, ao contrário de Maingueneau, pensa o conceito de ethos como *representação sim, revelada no EU enunciador, mas que está referida ao EU*

1997, p.93) e o antiethos, ou seja, a imagem que ela (enunciador) elabora de si mesma e do seu grupo oposto – o MST. Ao construir o seu próprio ethos, a Faesp (EU enunciador) mascara suas verdadeiras intenções para que o leitor do jornal (VOCÊ destinatário) identifique a imagem construída à imagem do sujeito enunciador.

Sendo assim, o ethos que a Faesp constrói de si é a de uma instituição que promove o diálogo com trabalhadores rurais “conscientes”. A Faesp afirma que estes trabalhadores rurais “conscientes” *não participam desses movimentos...*, ou seja, dos movimentos de luta pela posse da terra que em Getulina/SP foi liderado pelo MST. As ocupações de terras realizada por famílias pertencentes ao MST são vistas como *invasões violentas e selvagens de propriedades rurais...*, portanto crime na medida em que os indivíduos que realizam essas “invasões” ... *detestam viver sob o manto do Direito e da Justiça*. Desse modo, a Federação afirma que o MST é formado por pessoas de má conduta porque não respeitam as regras do direito instituído, enquanto que os trabalhadores rurais “conscientes” não transgridem a ordem. Cria-se, portanto, de um lado, a imagem do bom trabalhador consciente porque não viola a lei representado pelo Sindicato e, do outro, a imagem de indivíduos que nem sequer são considerados trabalhadores, mas ... *profissionais de agitação...* porque não respeitam as leis.

A alusão que a Faesp (Eu enunciador) faz do seu sujeito oposto – MST (Você interpretante), ao leitor do jornal (Você destinatário), quando diz *que nem ao menos são trabalhadores rurais, mas sim profissionais de agitação...*, refere-se a algumas lideranças do MST que são sustentadas pelo movimento. Esta espécie de discurso contém em si certos implícitos⁵ (Carmo, 1997, p.57), isto é, o Eu enunciador (Faesp) não identifica, explicitamente, o nome do seu opositor ao leitor do jornal; entretanto, deixa

comunicante. É a imagem que este último deseja construir de si mesmo, usando o enunciador como meio. Mesmo que essa imagem se apresente como máscara, no sentido de ocultação. (1997, p. 93)

⁵ Segundo Carmo, Oswald Ducrot é o autor que elabora o conceito de *pressupostos e subentendidos*. De acordo com a autora, estes conceitos remetem às intenções explícitas ou implícitas do locutor. Desse modo, *O conceito de implícito remete à questão da intenção, daquilo que o locutor quer dizer, e que se manifesta na escolha que ele efetivamente faz para exprimir esse querer. Assim, interpretar um enunciado é atribuir ao locutor algumas intenções possíveis, indicando as finalidades que ele desejaria alcançar ao falar. Isso significa que os enunciados não são passíveis de uma única interpretação – a interpretação verdadeira.*

subentendido que se refere ao MST e ao comportamento de suas lideranças, uma vez que este é o movimento que atuava no conflito de terras em Getulina/SP.

Prossegue o artigo:

Destaque-se que a PROPRIEDADE é um direito que foi alçado à condição de um Direito Constitucional. De fato, a Constituição coloca o Direito de Propriedade no elenco dos Direitos e Garantias Fundamentais, do cidadão como se consta no seu artigo 5º, XXII.

“Art.5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade, do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII – é garantido o direito de propriedade”. (Faesp, 1993)

Segundo a Faesp, *a propriedade é um direito que foi alçado à condição de um Direito Constitucional*, portanto, ela deve ser defendida por quem a detém e pela própria jurisdição brasileira, ou seja, o ato de ocupação, nesta visão, é considerado crime e o agente jurídico deve exercer o seu poder aplicando a lei e punindo os infratores. Além do mais, a Constituição, segundo a Faesp, *...coloca o Direito de Propriedade no elenco dos Direitos e Garantias Fundamentais, do cidadão...*, e, desse modo, cita o artigo 5º e o parágrafo XXII da Constituição que considera a igualdade de todos perante a lei e a inviolabilidade da mesma. Se a propriedade é um direito fundamental do homem, ela não pode ser, segundo a Faesp, violada por outros homens o que, se acontecesse, seria uma transgressão jurídica.

Cabe ressaltar ainda, que a Faesp (EU enunciador), ao citar apenas o parágrafo XXII do artigo 5º da Constituição, oculta do leitor (VOCÊ destinatário) os demais parágrafos que compõem o artigo.

XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá sua função social; XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse (...) (Constituição Brasileira, 1988).

A Faesp omite os parágrafos que se referem ao fator de desapropriação das terras quando estas não cumprem a sua função social. Sendo assim, o leitor do jornal ao ler o artigo chegará à conclusão que a propriedade é sumariamente um direito absoluto e inalienável, sem restrições.

Prossegue o artigo:

Por ser um Direito Fundamental, a propriedade como o Direito à vida, é um direito supra estatal, e que só se explica em virtude de ser um Direito Natural do Ser Humano.

Quando violada a propriedade, a própria natureza humana o é também. E no caso das invasões de Lins, além dessa violência cometida contra a agricultura, existe uma decisão judicial que determinou a desocupação das terras invadidas pela força, mas que não é cumprida por quem está obrigado a fazer cumpri-la (sic), isto é, cumprida pelo Poder Executivo do Estado de Paulo. E lei não cumprida, é o caminho certo para a desagregação social. O Poder Judiciário desrespeitado é estímulo pra (sic) práticas de graves atos contra todas as instituições básicas do Estado. (Faesp, 1993)

O direito de propriedade é comparado, pela Faesp, como um direito à vida na medida em que é considerado como um direito fundamental. Violar o direito de propriedade é violar a própria vida. Desse modo, a Faesp enuncia ao leitor que não poderá trabalhar uma vez violada a sua propriedade. Além disso, ela acusa o Poder Executivo de também transgredir a lei ao passo que *existe uma decisão judicial que determinou a desocupação das terras invadidas pela força, mas que não é cumprida por quem está obrigado a fazer cumpri-la*. Neste sentido, o direito de propriedade é considerado absoluto e inquestionável porque *...é supra estatal, e que só se explica em virtude de ser um Direito Natural do Ser humano*. Ao dizer que, *quando violada a propriedade, a própria natureza humana o é também*, a Faesp afirma a identidade teológica de todos os homens. Entretanto, subentende-se que o fato de apenas alguns indivíduos terem terra e outros não, acontece porque aqueles são trabalhadores “conscientes e laboriosos”, enquanto estes (famílias de sem-terras), que *nem trabalhadores são*, preferem “invadir” violentamente propriedades

alheias a ter que trabalhar para garantir o que lhes fora oferecido, mas perdido em decorrência de seu mal comportamento.

Por isso, a lei deve ser cumprida para que a ordem social e poder dominantes prevaleçam, porque *lei não cumprida, é o caminho certo para a desagregação social.*

O segundo artigo, *O fascismo ressurge nas invasões*, é assinado por Carlos Soulié Franco do Amaral Presidente do Sindicato Rural de Lins e publicado em 06/04/93.

Estamos no reino do pesadelo. Acostumados a respeitar as leis, os produtores rurais de todo o Brasil se encontram estarecidos ante a ação bem concatenada (com fatura de recursos humanos, materiais e financeiros) do Movimento dos Sem-Terra, da Comissão Pastoral da Terra, da CUT, do PT, enfim. Eles atuam – conforme todos sabem, pois os registros estão disponíveis – exatamente como os fascistas do III Reich: impugnando o estado de direito democrático, confiando na vitória do atrevimento e do desafio, reduzindo os esforços do Poder Judiciário a gestos vazios, apostando na inércia e na covardia do Poder Executivo, desacreditado. (Amaral, 1993)

Neste outro artigo, o Presidente do Sindicato Rural de Lins (EU enunciador) fala do MST e seus aliados (VOCÊ interpretante) ao leitor do jornal (VOCÊ destinatário). O que difere este artigo do anterior diz respeito às denominações dos agentes sociais. Enquanto naquele a Faesp deixava implícito que a pessoa de quem se falava era o MST, aqui, ao contrário, o sujeito enunciador explicita que o seu antagonista é realmente o MST e seus aliados (CPT, PT, CUT).

O sujeito enunciador reafirma a construção do seu ethos de trabalhador “laborioso e consciente”, ao dizer que *os produtores rurais de todo o Brasil se encontram estarecidos ante a ação bem concatenada (...) do MST* e seus aliados. Indigna-se com a infra-estrutura do movimento (*fatura de recursos humanos e financeiros*), mostrando que a ordem encontra-se abalada por indivíduos que não respeitam a lei.

O Presidente do Sindicato (EU enunciador) apresenta-se como porta-voz de sua comunidade discursiva. De acordo com Carmo, em condições comunicacionais de produção do discurso

seja enquanto sujeito individual, seja como porta-voz de um coletivo, o sujeito é sempre pensado na sua relação com o social, como participante de uma rede de relações sociais, cujas determinações se revelarão no discurso, ao mesmo tempo que a marca pessoal também fica registrada. (Carmo, 1997, p. 107)

Ao comparar a ação do MST aos *fascistas do III Reich: impugnando o estado de direito democrático...*, o Presidente do Sindicato enuncia que este movimento é um entrave ao progresso democrático do país uma vez que desrespeita a lei instituída e que eles, classe laboriosa, procuram estabelecer a harmonia social. Ao fazer essa comparação, o sujeito enunciador utilizou-se de um recurso que na análise do discurso é chamado de *dêixis fundadora*. De acordo com Maingueneau este conceito é entendido como

a(s) situação(ões) de enunciação anterior(es) que a deixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade. Distinguir-se-á, assim, a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadoras. Uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de uma outra deixis, cuja história ela institui ou "capta" a seu favor. (Maingueneau, 1989, p. 42)

Ao lembrar um espaço (topografia) e um tempo (cronografia), o EU enunciador utiliza-se de um discurso do passado para legitimar o seu discurso presente como recurso para desenvolver a sua imagem (ethos) e a do grupo que representa e, ao mesmo tempo, constrói uma imagem negativa (antiethos) do seu oponente.

Nos discursos presentes acima analisados, a formação discursiva construída pelo grupo que defende o direito de propriedade se define pela inquestionabilidade e inviolabilidade do direito instituído, principalmente o de propriedade. Consideram a propriedade como sacrossanta em virtude da mesma advir de um direito natural, reconhecendo naquelas pessoas *que nem trabalhadores são...*, mas ... *que detestam viver sob o manto do Direito e da Justiça*, uma classe que desafia o império da lei, colocando em risco a ordem democrática do país

Somente indivíduos não conscientes e não laboriosos seriam capazes de participar de um movimento que transgride a ordem e o progresso, servindo de entrave para a verdadeira democracia. Cabe ainda ressaltar que o discurso contido nos dois sujeitos enunciadores é um *discurso marcado*, na medida em que reconhece o discurso jurídico como a base de toda a sua formação discursiva. Entretanto, somente citam os artigos e parágrafos da Constituição Brasileira que ajudam a legitimar a sua imagem.

O discurso do direito à propriedade

Os trechos dos artigos a serem analisados referem-se à comunidade discursiva composta pelo MST, CPT, advogados, CUT, entre outros. Intitulado como *A propriedade ou a vida*, este terceiro artigo é assinado por Fábio Konder Comparato e publicado pela Folha de S. Paulo em 1º/11/93 e pelo Correio de Lins em 04/11/93.

(...) a Constituição não assegura apenas o direito a uma vida digna, o que supõe, antes de mais nada, a exigência de que todos os poderes públicos – inclusive o Judiciário – atuem de modo eficiente para a eliminação dos fatores de desigualdade social básica. Constitui evidente negação do direito a uma vida digna o fato de alguém encontrar-se impossibilitado de prover a própria subsistência e a de sua família mediante seu trabalho.

No sistema constitucional, portanto, a propriedade não é um direito-fim, mas um direito-meio. É garantida como meio de preservação de uma vida digna para todos, mas não pode ser protegida quando se transforma em instrumento de exclusão de trabalhadores.

O Dr. Fábio K. Comparato, professor titular da Faculdade de Direito da USP, também apresenta-se como porta-voz de uma comunidade discursiva representada pelos jurisconsultos. No seu discurso, Comparato (EU enunciador) ao interpretar a Constituição critica a conduta de seus colegas de trabalho analisando o conflito de terras em Getulina/SP ao leitor do jornal (VOCÊ destinatário)

Comparato começa a construir uma imagem positiva das famílias de sem-terras ao dizer que os poderes públicos, principalmente o Judiciário, deviam atuar *de modo eficiente para a eliminação dos fatores de desigualdade social básica*. Ao mesmo tempo, considera legítimo a ocupação das terras em Getulina uma vez que as famílias de sem-terras só se encontram ali porque estão desprovidas de trabalho e, portanto, de seu sustento. Para ele, o direito de propriedade, absoluto e inviolável concebido pela Faesp e pelo Presidente do Sindicato Rural de Lins, *constitui evidente negação do direito a uma vida digna...*, porque exclui o homem *de prover a própria subsistência e a de sua família mediante o seu trabalho*.

Fica subentendido que o direito à vida, este sim, é absoluto e inviolável, mas o direito de propriedade perde a sua legitimidade quando deixa famílias de trabalhadores rurais impedidos de trabalharem, lançando-os à miséria e à fome. Aliás, enuncia Comparato que *a propriedade não é um direito-fim, mas um direito-meio. É garantida como meio de preservação de uma vida digna para todos...*, e vida digna seria adquirida com o trabalho porque só ele é capaz de gerar riqueza.

Prossegue o artigo:

A maior parte de nossos juízes, no entanto, continua a julgar rotineiramente, como se não existisse Constituição neste país, ou como se as declarações de direitos humanos fossem meras declamações retóricas para ornar discursos de fim de ano. Continuam a aplicar cegamente dispositivos do Código Civil sobre a posse, ou do Código de Processo Civil sobre as ações possessórias, sem perceber que vários deles já estão revogados desde a Constituição de 1934, a qual consagrou pela primeira vez, em nosso Direito, o dever de uso da propriedade em função das necessidades sociais.

(...) Pois é um abuso judicial dessa ordem que estamos assistindo, agora, no litígio possessório envolvendo as fazendas Ribeirão dos Bugres e Jangada, em Getulina/SP.

(...) (Comparato, 1993)

Ao dizer que *a maior parte de nossos juízes, no entanto, continuam a julgar rotineiramente, como se não existisse Constituição*, Comparato implicitamente está se referindo ao juiz que acompanha o conflito de terras em Getulina/SP, dizendo que alguns juízes *continuam a*

aplicar cegamente dispositivos do Código Civil sobre a posse (...), sem perceber que vários deles já estão revogados desde a Constituição de 1934. Desse modo, o EU enunciador (Comparato) declara a inconstitucionalidade das leis aplicadas pelo juiz responsável pela solução do conflito pois é um abuso dessa ordem que estamos assistindo... Sendo assim, reafirma a legitimidade das ocupações de terras.

O discurso de Comparato, implicitamente, relata que os sem-terras não estão desrespeitando a lei, ao contrário, o ato de ocupação reivindica o cumprimento de certas normas da lei, questionando, ao mesmo tempo, se o direito de propriedade aplicado pelo Código Civil é justo ao permitir a concentração de terras.

No quarto artigo Pe. José Oscar Beozzo publica em 13/11/93 seu texto sob o título de *Propriedade privada, a lei e a ordem*.

Em outros momentos da história do Brasil chegou-se também a clamar por soluções e saídas drásticas para garantir o direito à propriedade como neste discurso do deputado por São Paulo. Martim Francisco Ribeiro de Andrada (...).

A Martim Francisco não importava destruir o país na sua unidade, contando que a fortuna e os interesses e sobretudo a propriedade dos cafeicultores fosse preservada. Colocava a propriedade acima e fora de qualquer outra lei e interesse e acima até mesmo da integridade territorial do Brasil ameaçando com o separatismo das províncias do sul! A propriedade privada, garantida pela lei e que Martim Francisco defendida com tanta veemência era a propriedade de escravos, contestada pelos deputados do norte que pediam a sua abolição. Será que não evoluímos nada desde este discurso de 1879, até hoje?

Espero que este exemplo histórico ajude a entender que nem toda propriedade, ainda que garantida pela lei é justa e deva ser aceita restrições pelos cidadãos.

Pe. Beozzo (EU enunciador), neste trecho do artigo, utiliza-se também da dêixis fundadora ao resgatar do passado um discurso para legitimar o seu discurso presente. O sujeito enunciador acaba questionando o progresso social a partir do discurso de Martim Francisco dizendo que

este, nos tempos remotos do Brasil, *...colocava a propriedade acima e fora de qualquer outra lei e interesse e acima até mesmo da integridade territorial do Brasil (...)*. Desse modo, deixa implícito que nossas atitudes não mudaram em nada desde aquele tempo e, se naquela época, *a propriedade ..., já era contestada pelos deputados do norte...*, significa então que nós, cidadãos brasileiros, *...não evoluímos em nada desde este discurso de 1879*.

Isso nos leva a interpretar que a nossa base jurídica se encontra descompassada em relação aos dias atuais, podendo em decorrência disso, cometer erros para com os indivíduos, pois *...nem toda propriedade ainda que garantida pela lei é justa e deva ser aceita sem restrições pelos cidadãos*. Por isso, subentende-se que é legítimo a ocupação de terras pelo MST.

Prossegue o artigo afirmando que:

quando os juizes começarem a julgar não apenas pela enganosa legalidade dos feitos mas a entrar no mérito da justiça das coisas e quando as forças policiais começarem também a se recusarem a bater e a atirar em cidadãos que pedem o direito de trabalharem em paz. que um certo tipo de propriedade anti-social começará a ruir. (Beozzo, 1993)

Por fim, o EU enunciador relata ao leitor (VOCÊ destinatário) sobre o direito de propriedade (VOCÊ interpretante) que somente quando os juizes começarem a julgar não apenas pela enganosa legalidade dos feitos mas a entrar no mérito de justiça das coisas..., que erradicaremos a pobreza e a marginalidade. Pois apenas quando um certo tipo de propriedade anti-social começar a ruir é que conseguiremos reduzir as desigualdades sociais, haja vista, que um país para ser democrático precisa ter bases democráticas e estas só começariam a ser erguidas com uma justa democratização das terras.

Terra: um signo ideológico

No momento, a explicação que estamos atribuindo a essa dupla noção de direito presente nos conflitos agrários está formulada a partir das reflexões teóricas de Mikhail Bakhtin, um importante filósofo da linguagem.

Partindo da crítica do mecanicismo nos estudos sobre ideologia e linguagem, este autor traça uma outra relação entre signo e ideologia. Para ele, *tudo o que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.* (p. 17)

Os signos são meios de comunicação criados por indivíduos socialmente organizados podendo, ainda, apresentar-se de maneiras diferentes para os grupos sociais. Desse modo, cada grupo social definirá e compreenderá determinado signo de acordo com a perspectiva ideológica na qual ele está inserido. Assim sendo, os valores atribuídos aos signos serão vistos diferentemente, conforme o prisma dos grupos sociais, o que faz com que sejam confrontados *“índices de valor contraditórios, tomando-se a arena onde se desenvolve a luta de classes.* (Baktin, 1979, p. 32).

Nos conflitos de luta pela posse da terra observamos um verdadeiro entrave no que corresponde a forma de conceber a terra. Esta emerge, no momento da luta, como um signo que confronta diferentes concepções e relações. Em decorrência disso, grandes proprietários de terras e sem-terras não falam o mesmo discurso. Ao contrário, a maneira dessas duas classes conceberem a terra e lidarem com ela colocam-nas num constante campo de batalha. Os diversos acampamentos de sem-terras em vigor hoje em nossa sociedade são reflexos de uma luta que parece não ter fim. Ao organizarem-se em um movimento, as famílias de sem-terras questionam um direito de propriedade que os excluem da terra e que as arremessam muitas vezes a uma vida de miséria e fome.

Além de indagar quais são os valores do Direito de Propriedade instituído e a qual classe está a serviço, o acampado também reivindica os direitos de ter acesso à terra que, segundo o MST, fora perdido com a exploração e expropriação do capitalismo.

Acampar, neste sentido, consiste em tomar a ofensiva da luta, é demonstrar que os agricultores são capazes de se transformarem nos agentes de construção de sua própria identidade política. Os acampados, ao se organizarem coletivamente, deixam de ser apenas os objetos do processo de reforma agrária e tornam-se seu sujeito. eles passam do plano receptivo para o ativo. (Abramovay, 1985, p. 57)

Visto pelo MST como o primeiro passo para uma possível efetivação da reforma agrária, o acampamento traz consigo o discurso da ocupação. O que para o Código Civil é considerado como um esbulho à propriedade, portanto, crime, pois se trata de uma invasão, para os sem-terras a ocupação é um ato legítimo porque o grande proprietário, ao permitir a ociosidade de suas terras, rompe com o contrato social de que toda terra deveria cumprir com sua função social através do trabalho e da produção. Tais proprietários não poderiam agir de maneira que suas ações favorecessem apenas a si próprios acarretando a marginalização de outros indivíduos. Deveriam ter um compromisso com a sociedade, com o coletivo.

Sendo assim, ocupar para as famílias de inúmeros sem-terras traz consigo também a denúncia da falta de apreço para com o coletivo, tentando rompê-lo. Principalmente, nesse momento, em que a sociedade caminha com as maiores taxas de desemprego. Ao ocupar uma fazenda considerada por eles como improdutiva, os sem-terras reivindicam o seu direito ao trabalho e à vida, uma vez que terra ociosa não produz e se não produz não gera trabalho, não gera riqueza. Terra ociosa é terra que impede o outro de trabalhar e sobreviver. Assim sendo, para as lideranças do MST e da CPT,

a invasão é ilegítima e a ocupação é legítima. Invadir seria alguém que não precisa de terra, apossar-se de algo que pertence ao outro ou a sociedade e fazer-se dono. As terras dos índios estão sendo invadidas. As terras dos posseiros também. As multinacionais invadiram milhões e milhões de hectares brasileiros, por este Brasil afora. (...) A ocupação é legítima porque tem em vista a defesa da vida, dos instrumentos para conseguir a sobrevivência, porque é praticada por gente marginalizada pela sociedade, e se realiza em propriedades de quem as usa mal e não necessita delas para viver. (Stédille & Frei Sérgio, 1993, p. 59)

Enquanto que para a burguesia agrária terra significa especulação, lucro, poder, para o trabalhador rural sem-terra ela se revela como um signo ideológico diferente. A noção de terra para estes trabalhadores seria a de propriedade familiar, diz Martins. Utilizam-se dela como seu instrumento de trabalho e não como meio de exploração do trabalho alheio. Já a propriedade capitalista estaria baseada na exploração

que o capital exerce sobre o trabalho de alguém que se encontra desprovido de seus meios de sobrevivência. Desse modo, enquanto o trabalhador rural veria a terra como "*terra de trabalho*" porque através dele se daria a legitimação da posse de sua terra, o capitalista a consideraria como "*terra de negócio*". (Martins, 1980)

Portanto, é na legitimação da terra pelo trabalho que o direito à propriedade dos sem-terras evidencia seu antagonismo com os pressupostos da propriedade capitalista. Na realidade, a sociedade somente reconhece a legitimidade do regime dominante de propriedade espaldado no Código Civil, considerando como ilegal a visão dos sem-terras em conceber a sua concepção de direito à propriedade.

De acordo com Baktin, a imposição de determinadas regras, condutas e visões de mundo da classe dominante acontece porque a mesma tende a universalizar os valores que ela atribuiu aos signos através da sua ideologia.

Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque na ideologia dominante estabelecida o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. (Baktin, 1979, p. 33)

Ao construírem a sua própria noção de direito à propriedade, os sem-terras definem-se enquanto sujeitos históricos reais e produtores de discursos. Nesta mesma perspectiva Baktin compreende o sujeito enquanto indivíduo real e empírico. Tanto o processo de enunciação quanto o destino da enunciação é orientado pela situação e pelos participantes mais imediatos. São as relações sociais que orientarão o sujeito a dirigir-se a uns e não a outros. Ora, para Baktin:

A enunciação enquanto tal é um produto da interação social quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística. (Baktin, 1979, p. 107)

Baktin ao definir a enunciação enquanto um produto da interação social procura estabelecer as relações entre a consciência individual e a

dimensão social e ideológica, pois, a comunicação verbal se liga à situação e, ao mesmo tempo, entrelaça-se com outros tipos de comunicação (Carmo, 1997). Além disso, ressalta Carmo, Bakhtin não desconsidera o sujeito mediador, ou seja, o indivíduo que participa de uma rede de relações sociais em que a consciência individual está ligada a outras consciências individuais. Como consequência, a terra configura-se num signo ideológico fazendo com que os grupos sociais a interpretem segundo seus valores, os quais, em meio ao conflito, confrontam-se.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Nova forma de luta pela terra: acampar. *Reforma Agrária*, v. 15, n. 2, p.55, 1985.
- AMARAL, C. S. F. do. O fascismo ressurge nas invasões. *Jornal Correio de Lins* (Lins-SP), 6, abr., 1993.
- BAKTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BEOZZO, J. O., Padre. Propriedade privada, a lei e a ordem. *Jornal Correio de Lins*, (Lins-SP), 13 de nov. 1993.
- CARMO, S. I. S. do. *Discurso, Sociedade e História: a análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1997, (Mimeogr.)
- COMPARATO, F. K. A propriedade ou a vida. *Jornal Correio de Lins* (Lins-SP), 4 de nov. 1993.
- FAESP. Carta de Lins: a defesa da propriedade - direito consagrado pela instituição. *Jornal Correio de Lins* (Lins-SP), 3 de abr. 1993.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- PONTES, K. O MST e o universo jurídico. *Revista Direito e Justiça*, s.d.
- PONTES, K. Legalidade e Legitimidade no âmbito de conflitos coletivos. *Revista dos Estudantes de Direito da UNB*. s.d.

STÉDILLE, J. P., Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil* São Paulo: Editorial Scritta, 1993.

DA GENERALIDADE AO RECORTE TEMÁTICO

Rubens Alexandre da SILVA*

RESUMO: O objetivo deste artigo é descrever os caminhos percorridos na construção do objeto de pesquisa sobre o processo de ressocialização dos sentenciados na Penitenciária Estadual de Araraquara (São Paulo – BR). Outrossim, as dificuldades de aproximação ao tema, como entender o “objeto” e qual a relação “sujeitos investigadores” e “sujeitos investigados”.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema penitenciário; sentenciados; ressocialização; penitenciária “modelo”.

Introdução

Segundo o Dicionário Mirador Internacional, a palavra “aventura” significa “... acontecimento imprevisto, ação ou empresa arriscada, conquista amorosa ..., risco, acaso, sorte etc..”(Silva, 1976, p.230).

Particularmente, acredito que o trabalho científico, e aqui especificamente a labuta sociológica, está para além da aventura, não estou discordando do termo “aventura” empregado para a atividade sociológica (Nunes, 1978 e Santos, 1995). Outrossim, uma vez inserido na complexa rede do conhecimento, no enfrentamento de seus óbices, vamos perceber que não só a “aventura” faz parte desta realidade, mas principalmente a angústia e a depressão, com raros momentos de euforia e felicidade que provêm da superação deste estágio anterior. Estes dois instantes raros, pensamos, nos fazem seguir e prosseguir nos caminhos e descaminhos da

* Mestrando em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP. Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante. Este texto faz parte do trabalho apresentado no curso de Metodologia para a aquisição de créditos.

ciência. Chamamos atenção para este detalhe por conta da discussão que pretendemos realizar aqui acerca da construção de nosso “objeto de pesquisa”.

A empreitada sociológica tem na realidade social a configuração de um universo que pode ser materializado numa rede extensa, complexa, multifacetada, relativa e contraditória, porquanto, histórica e dialética. Um leitor comum, (leia-se por leitor comum aquele leitor não habituado às leituras voltadas para os estudos acadêmicos, com discussões teóricas, conceituais e metodológicas infinitas) ao final do 2º parágrafo deste texto, provavelmente, já teria desistido de seguir adiante.

Refletir sobre o processo de investigação científica implica numa série de questões que se colocam ao longo da história do pensamento dito científico. Em outras palavras, a constituição das ciências, tanto naturais, como humanas, foi e é “objeto” de intermináveis debates em torno de seus princípios, conceitos e pressupostos. Isto ocorre não por mero devaneio ou vaidade por parte da comunidade acadêmica, mas por se tratar, acreditamos particularmente nisto, de problemas que estão em constante transformações, isto é, estes seriam mutáveis e não estáveis e permanentes. Vejamos mais de perto estas questões, e aqui especificamente o caso das ciências sociais, que é o que nos interessa.

A aproximação ao tema

Quando nos aproximamos de um determinado fenômeno social e nos propomos a estudá-lo, uma das primeiras precauções está em sabermos qual a sua importância na vida social, haja visto a multiplicidade de fenômenos decorrentes deste espaço, ou seja, qual a relação destes com a vida cotidiana dos indivíduos e que implicações os mesmos teriam na experiência coletiva e “individual” dos membros de uma determinada sociedade. Pensamos estar, entre outros, este, um dos principais motivos que levam um cientista social a se sentir instigado por determinado problema. Uma vez atraído por seu “objeto” de pesquisa, segundo Durkheim (1978), caberia ao pesquisador num primeiro momento, conceituá-lo. Ou como preferem outros teóricos, devemos “aquilatar o conceito” (sic). Dito de outro modo, definir precisamente o que é seu

“objeto” e que cara este tem, em seguida tornar visível qual a sua natureza, em que consiste suas características, para podermos abordá-lo de forma objetiva, se é que possível, isto é, ver o “fato social como coisa”, mantendo um certo distanciamento do mesmo.

Estas seriam, entre outras, algumas das recomendações da sociologia positivista quanto ao tratamento ou procedimento metodológico junto ao objeto de pesquisa. Por outro lado, a história das ciências humanas tem nos mostrado que há em toda teoria metodológica um considerável grau de relatividade. Tal qual a verdade seria algo relativo, como na construção de Max Weber (1993), não podendo se alcançar uma definição absoluta, as teorias também estão sujeitas a questionamentos, podendo se encaixar, em um momento ou em outro, de forma mais ou menos adequada para cada realidade histórica. (Queiroz, 1983).

No processo de construção do objeto, segundo Sérgio Adorno (1991), devemos tê-lo provisoriamente num primeiro momento, isto é, trabalhá-lo “a priori”, sem o definirmos imediatamente de forma definitiva. Por exemplo, em pesquisa realizada por estudiosos da USP - SP, que tinha por objeto a reincidência criminal no estado de São Paulo, os pesquisadores descobriram que a maioria absoluta dos casos de reincidência estava entre os criminosos que cumpriam suas penas em regime fechado, ou seja, no sistema carcerário. Noutra perspectiva, os infratores que pagaram suas sentenças com medidas alternativas, prestação de serviço à comunidade, regime semi-aberto, multas, sursis etc., eram de um percentual insignificante comparados aos reincidentes que estiveram no regime fechado. Diante deste fato, o direcionamento da pesquisa deixou de ser a reincidência criminal e passou a ser a reincidência carcerária, pois a medida em que os pesquisadores penetravam na complexa rede de informações do objeto em estudo, perceberam a necessidade de redefinir os caminhos da mesma. Tivesse o “objeto” definido sem possibilidade de ser repensado, isto é, caso fosse mantido a primeira idéia, que era de “reincidência criminal”, na qual se estudava este fenômeno social de maneira geral, sem a passagem para “reincidência carcerária”, postura posterior mais específica, provavelmente os resultados da pesquisa estariam comprometidos, pois ficariam colocadas num mesmo plano, as formas diferenciadas de penalidades com suas diferentes consequências. Isto demonstra que o objeto de investigação é fruto de um processo em que

o mesmo é construído na relação entre sujeitos investigadores e uma determinada realidade social que é ampla, com várias dimensões, relatividades e contradições, podendo ser alterado sempre que for necessário o for.

A construção do objeto de nossa pesquisa na Penitenciária de Araraquara

Em nosso trabalho de investigação sociológica junto à Penitenciária Estadual de Araraquara, quando das observações empíricas, o acúmulo de leituras que havíamos realizado a respeito da temática por nós escolhida, fora de fundamental importância na aproximação com os “sujeitos pesquisados”.

Extremamente habilidosos na capacidade de persuadir seus interlocutores em prol de seus interesses individuais, os sentenciados fazem de tudo para atingirem seus objetivos. Precavidos de suas artimanhas, penetramos no universo penitenciário não orientados por informações preconceituosas, mas por estudos realizados por pesquisadores que demonstravam os cuidados que se deveria tomar em se tratando da temática por nós pretendida. Sobre esta questão ver Adorno (1991).

Uma vez escolhido o tema e já inseridos no trabalho de campo, começamos a nos deparar com uma série de obstáculos que iam redefinindo a cada momento nosso enfoque de abordagem no local, tanto no que diz respeito à atividade propriamente dita de pesquisa, quais seriam os agentes preferenciais, os melhores locais para observações sobre os vários movimentos que ocorrem no espaço etc.; bem como da validade das noções e conceitos teóricos por nós definidos para a pesquisa.

Quando do início do trabalho empírico, percebemos que na verdade nosso objeto de pesquisa ainda não estava totalmente delimitado, pois questões novas foram aparecendo no contato com os sujeitos pesquisados. Dito de outro modo, da escolha temática, momento em que nos propusemos a estudar os sentenciados de uma penitenciária, que é considerada “modelo” pelas autoridades no assunto, ao trabalho empírico que ora estamos realizando, muitos foram os obstáculos, teóricos e práticos

que enfrentamos, e em virtude destes tivemos que rever continuamente o percurso.

As dificuldades de aproximação ao objeto: a construção de uma relação de confiabilidade

Quando chegamos pela primeira vez na penitenciária, tivemos que passar por um verdadeiro ritual de entrada no local. São as várias identificações em cada portão de entrada, as revistas, a conversa com diretores (momento de justificar nosso trabalho de pesquisa) e o olhar cerrado de cada agente deste espaço sobre nós, questionando-nos a cada movimento. Situação interessante se deu quando fomos visitar as salas de aula de ensino fundamental, local onde se reúnem sentenciados de vários pavilhões para estudo da 1ª a 8ª série. Uma vez autorizados pela direção da casa, para observação da referida atividade, acreditávamos que a maior dificuldade já teria sido vencida, qual não foi nossa surpresa quando os “reeducandos” paralisaram a aula para saber quem éramos e o que pretendíamos naquele lugar, (os sentenciados são chamados de “reeducandos” pelos funcionários do setor da educação). Apesar do professor ter feito toda uma apresentação anterior para os presos, do que se tratava etc., estes não satisfeitos e totalmente desconfiados começaram a fazer inúmeras perguntas. Muitos queriam saber de onde éramos, o que estávamos fazendo no local, qual o nosso interesse em estudar presos e principalmente o que eles iriam ganhar com a nossa presença e com o estudo que estamos realizando.

Informamos a eles sobre nossas intenções, sem vendermos ilusões de que estávamos ali para resolver seus problemas imediatos ou a médio prazo, mas que de uma forma ou de outra a pesquisa poderia ajudar na superação de algumas dificuldades, principalmente com a divulgação de suas experiências para outros agentes envolvidos com esta questão. Só depois de longa conversa, feitos os devidos esclarecimentos, é que fomos aceitos. Aprendemos bastante com este contato direto, desta relação entre “sujeitos pesquisadores” e “sujeitos pesquisados”. Percebemos que nosso “objeto de pesquisa” emergia pouco a pouco, a cada instante que mergulhávamos neste mar de informações, ou seja, o que para nós era

apenas referência teórica, se edificava diante de nossos olhos como experiência concreta. Em outras palavras, as inúmeras informações acumuladas anteriormente sobre o tema e a combinação destas com o trabalho de campo, bem como a idéia de termos o objeto de análise “a priori” no princípio das investigações, nos proporcionou maior flexibilidade e possibilidade de adequar nossos objetivos com os rumos da pesquisa, mais que isto, pudemos ver a relação da teoria com a prática em movimento.

Trajétória da pesquisa: o itinerário dos eixos teóricos

Aquilo que no início era um enorme emaranhado de informações começou a se delinear no que hoje se transformou em nosso “objeto de estudo”, a saber: “o processo de ressocialização” dos sentenciados na Penitenciária Estadual de Araraquara.

As várias idas e vindas à bibliografia especializada e o intercâmbio do trabalho de campo com esta, levaram-nos ao recorte temático acima definido, ou seja, do estudo mais geral sobre “formas de representação dos reclusos” e da relação dos sentenciados com o sistema penitenciário brasileiro”, chegamos ao problema de investigação que nos parece pertinente mediante o conceito empregado para tal instituição referida. Se a penitenciária de Araraquara é considerada “modelo” pelas autoridades no assunto e tem como pressuposto básico, além da punição, o processo de ressocialização dos sentenciados, cabe a nós pesquisadores questionarmos que ressocialização é esta, qual o seu caráter, para que serve ou a quem pode interessar? Mais do que isto, qual a validade histórica deste conceito? É a partir deste momento que começamos a realizar o que Santos (1995) considera a questão mais importante no trabalho de investigação sociológica, que é a passagem do “objeto real” para o “objeto científico”, a transformação de uma questão social em uma questão sociológica. Santos enfatiza que o sociólogo deve romper com as interpretações de senso comum e transformá-las em interpretações sociológicas, longe das noções ideológicas que permeiam a sociedade. Outrossim, deve tornar visível aquilo que parece obscuro, tornar inteligível aquilo que parece caótico e classificá-lo.

Quando começamos a desenvolver o trabalho de pesquisa na penitenciária de Araraquara um dos nossos primeiros objetivos era fazer um reconhecimento deste universo. Para tanto, utilizamos o caminho que chamamos de “formas de representação dos sentenciados” e suas “relações com o sistema penitenciário brasileiro”. Dito de outro modo, como os presos se vêem, se representam e quais dificuldades estes encontram na relação com o arcabouço jurídico penal brasileiro para o cumprimento de suas penas.

Deste estudo sobre as representações dos detentos várias categorias de análise surgiram, tais como: os faxinas, os reeducandos, os ladrões, os zicas, os garotos, os rebeldes, o choque etc. Sobre estes termos ver glossário no final do texto.

Ao penetrarmos neste espaço, inúmeras questões emergiram a cada instante, entre estas, uma que nos chamou bastante atenção foi o fato da grande maioria dos funcionários desta instituição, e por incrível que pareça, até mesmo os funcionários ligados a área de educação, não acreditarem na possibilidade do sentenciado voltar ao convívio social sem reincidir em criminalidade. Ora, se a “ressocialização” do recluso está entre os pressupostos básicos desta instituição e no trabalho se encontra a centralidade para a reeducação dos mesmos, quais os motivos que levariam os funcionários a ter tal posicionamento, tendo em vista o princípio da recuperação e o fato desta penitenciária ser considerada “modelo”.

A partir destas constatações, depois de termos passado por questões que nos pareciam bastante pertinentes e que também merecem uma investigação em maior profundidade, chegamos, por opção, ao nosso “objeto de pesquisa”. Ou seja, ao exame do “processo de ressocialização dos sentenciados da penitenciária de Araraquara”. Para analisarmos o conceito de ressocialização, isto é, tal processo referido, utilizaremos entre outras, as categorias de análise deste universo, citadas aqui anteriormente e também o papel da religião, do trabalho, do ensino fundamental, do lazer etc., como ferramentas de aproximação ao nosso “objeto”, procurando tornar o mesmo visível, inteligível e classificá-lo.

A particularidade de nossa pesquisa consiste na investigação do “processo de ressocialização” dos sentenciados da Penitenciária Estadual de Araraquara e as implicações das práticas vividas nesta instituição penal para reintegração desses sujeitos à sociedade

Passos dados: atalhos que se incorporam ao objeto

Como vimos, os passos dados para a construção de nosso objeto de pesquisa estiveram norteados por uma bibliografia voltada para a temática em questão. No entanto, nos vários caminhos percorridos por nós, tivemos que ousar em alguns momentos, tomamos algumas iniciativas que fugiam aos padrões mais rígidos de certas orientações acadêmicas. Por exemplo, por ocasião dos trabalhos empíricos que realizamos, em uma das aulas de ensino fundamental a que estávamos assistindo, um detento se aproximou da carteira onde nos encontrávamos e começou a fazer todo um depoimento nos informando sobre seu estado de saúde. Este era portador do vírus HIV há mais de 10 anos, e só não teria morrido ainda por vontade de Deus, pois o apoio recebido pela instituição na qual ele se encontra seria insignificante, este se resumia a um tal comprimido, denominado pelos detentos, como “pneu de jipe”. Este remédio, segundo o preso, seria usado para tudo, uma verdadeira panacéia, que os agentes penitenciários distribuem para os reclusos todas as vezes que estes tenham algum problema de saúde (o rapaz teria ouvido por um programa de rádio, da cidade de Araraquara, que existiria na mesma um grupo de apoio aos portadores do vírus HIV - leia-se por grupo de apoio o GASPA - , e que estavam distribuindo, gratuitamente, remédios para estas pessoas - leia-se por remédios os “coquetéis” de combate aos vírus HIV). A seguir, olhando firmemente para nós, como se tivesse cobrando uma postura humana de nossa parte, perguntou se não haveria a possibilidade de passarmos para ele o endereço de tal grupo de apoio para que ele pudesse se corresponder com o mesmo. Neste instante, sentimos um frio na espinha. Como negar para aquele homem tal informação? Seria correto levar para ele o endereço? Não estaríamos nos envolvendo com nosso “objeto de pesquisa” e abrindo precedência para novos envolvimento, comprometendo nosso trabalho? O fato é que, como forma de solucionarmos este problema, na semana seguinte entregamos para o professor deste aluno, o endereço do grupo de apoio, pois dos poucos agentes penitenciários que os presos confiam, estão entre eles, os professores. Tomamos os devidos cuidados para deixar claro que aquele não era nosso papel no local e que novos contatos desta natureza poderiam inviabilizar nossa pesquisa e que isto não

era interessante nem para nós e nem para eles, os sentenciados. O rapaz quando nos encontrou em uma outra vez, nos agradeceu e disse que tinha entendido o recado. Não sabemos qual fora o seu procedimento posterior, a verdade é que nos sentíamos bem mais à vontade no local e os olhares de curiosidade e hostilidade se transformavam em simpatia e aceitação de nossa presença.

Destes contatos entre “sujeitos investigados” e “sujeitos investigadores” pudemos criar outro cenário para nossa atuação no universo empírico. Saímos de uma situação em que as informações pareciam toldadas, quase sempre em forma de charadas, para uma realidade um pouco mais confiável, com depoimentos dos presos que antes eram quase impossíveis de serem obtidos. Não acreditamos ser este um procedimento que deva servir como via de regra para outras pesquisas, aqui ousamos, diante do quadro que se apresentava com esta atitude, isto não significa que em outros lugares possa ocorrer o mesmo, esta questão depende da sensibilidade dos pesquisadores no momento do trabalho empírico, perceber em que medida se pode avançar ou não, isto é, fugir a certas regras “formais” de procedimentos metodológicos.

Como já dissemos, nosso recorte temático é o “processo de ressocialização” do sentenciados da Penitenciária Estadual de Araraquara. Por ressocialização nossa pesquisa compreende o conceito tal qual apresentado por Capeller (1985).

O discurso jurídico sobre a ressocialização e, conseqüentemente, a construção do conceito, nasceu ao mesmo tempo que a tecnificação do castigo. Quando o “velho” castigo, expresso nas penas inquisitoriais, foi substituído pelo castigo “humanitário” dos novos tempos, por uma nova maneira de disposição dos corpos, já não agora dilacerados, mas encarcerados; quando se cristaliza o sistema prisional e a pena é, por excelência, a pena privativa de liberdade; quando procura-se mecanizar os corpos e as mentes para a disciplina do trabalho nas fábricas, aí surge, então, o discurso da ressocialização, que é, em seu substrato, o retreinamento dos indivíduos para a sociedade do capital. Neste sentido, o discurso dos “bons” no alto de sua caridade, é o de pretender recuperar os “maus”

Isto significa dizer que analisaremos o processo de ressocialização na Penitenciária de Araraquara, na qual os sentenciados são “retrainados” para o mundo do trabalho, passando pelos métodos de recuperação da citada instituição, tais como: trabalho, ensino fundamental, esportes, religião etc., para voltar supostamente ao convívio social sem reincidirem em criminalidade, tendo que “aceitar” as regras da “sociedade do capital”, para a qual em princípio vão retornar. Em outras palavras, procuraremos investigar o que na verdade se esconde por trás do discurso e da prática da ressocialização, ou seja, qual a relação deste conceito com o sistema penitenciário brasileiro. Os sentenciados são reintegrados à sociedade ou são estigmatizados e excluídos desta? A ressocialização seria um processo de marginalização? Estas são hipóteses que estamos constatando.

Como chegamos a este recorte temático? Algumas questões já foram enunciadas nas linhas anteriores, o fato da Penitenciária de Araraquara ser considerada “modelo” e ter na atividade do “trabalho” um de seus principais pressupostos para a ressocialização dos sentenciados, entender o “objeto de pesquisa” como algo “a priori” num primeiro momento, a relação “sujeitos pesquisados” e “sujeitos pesquisadores”, as dificuldades de transformação do “objeto real” em “objeto científico” entre outras coisas. Tudo isto surge num processo, dia-a-dia, a cada passo dado na busca de produção de conhecimento, que é esta relação entre teoria, observação e interpretação. Buscamos checar a validade das noções e dos conceitos teóricos empregados na pesquisa. Procuramos não ficar amarrados a procedimentos fechados que podem impedir uma “prática da descoberta”, o que nos leva a incorporar o “primado do erro” como fundamento das “verdades relativas”, sem perdermos de vista o que Bourdieu (1983) chama de “vigilância epistemológica”, cuidadosos com os fatos e acontecimentos sociais relevantes para o objeto da pesquisa; o rigor com a metodologia e o julgamento do próprio método.

Por fim, faremos a constatação das hipóteses que foram elaboradas a partir do objeto, isto é, a relação entre o teórico e o objeto real em que apresentaremos uma síntese de nossas análises, momento “superior da interpretação”.

Glossário

Choque: são os agentes penitenciários que cuidam da disciplina e segurança da penitenciária. São responsáveis pelas investigações de ocorrências de problemas nos pavilhões, revistas nas celas, nos raios etc.

Faxinas: são geralmente lideranças nos pavilhões, este grupo além de promover a limpeza no raio (nome dado ao pavilhão), também detêm poder no controle do mesmo.

Garotos: são presos homossexuais ou que se tornaram homossexuais na prisão.

Ladrão: termo utilizado pela maioria dos sentenciados para se dirigirem uns aos outros, com o intuito de se diferenciarem dos funcionários da penitenciária, que eles chamam de polícia.

Rebelde: preso que não se incorpora nas regras da instituição, e nem nas regras dos próprios detentos, vive em constante conflito com todos.

Reeducando: termo utilizado pelos funcionários do setor de educação para se referir aos sentenciados em geral.

Zicas: segundo alguns sentenciados, os Zicas são matadores de cadeia, presos que se dedicam a atividade de matar outros presos.

Referências bibliográficas

ADORNO, S. A. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*, (São Paulo), v.3, n.12, 1991.

BOURDIEU, P. *Uma ciência que perturba: questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAPELLER, W. O direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. *Temas*. v.2, n.2, p.127-34, 1985.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- QUEIROZ, M. I. P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU / FFLCH/USP, 1983.
- SANTOS, J. V. T. A aventura sociológica na contemporaneidade. In: ADORNO, S. (Org.). *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995, p.73-84.
- SILVA, A P et al. *Mirador Internacional*. São Paulo: ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA DO BRASIL, 1976, v.1.
- WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política - 1904. In: _____. *Métodos das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1993.

A MEMÓRIA COMO MÉTODO DE PESQUISA

Fabiola Gaspar das DORES*

RESUMO: Neste artigo pretendemos discorrer de forma breve e introdutória sobre o estudo da memória, enquanto método de pesquisa, apontando algumas de suas características que a definem como um método subjetivo.

PALAVRAS-CHAVE: memória, subjetividade, interação, relato oral.

Introdução

Antes de discorrer sobre as características intrínsecas ao *estudo da memória*, é preciso ressaltar sobretudo, o seu caráter *subjetivo*. Uma subjetividade que a caracteriza como um método qualitativo. Ou seja, baseado no estudo do próprio homem, em sua relação com o meio social, ao qual está inserido, levando em conta os sentidos, os sentimentos e a sensibilidade dos indivíduos envolvidos no processo de pesquisa.

Um método, que altera de forma singular a relação sujeito-objeto, na medida em que, revela Trigo & Brioschi:

o investigador se depara, no seu processo de pesquisa, com um objeto que reage à sua presença, detém um saber que lhe é próprio decorrente de sua experiência de vida, capaz de atribuir significado às suas ações e ao seu discurso, expressando e articulando seu pensamento à sua maneira. (1987, p.633)

Uma relação, que põe em questão uma possível *neutralidade* do investigador frente ao objeto. Pois, apesar do pesquisador buscar dados

* Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 – Araraquara-SP, sob a orientação da Profª. Drª. Tânia Pellegrini, com apoio financeiro da FAPESP.

reais e objetivos, os seus sentidos, sentimentos, valores, a sua situação de classe, de gênero, de raça/etnia e idade entram em franca interação com as do investigado, influenciando no seu comportamento e discurso.

Cabendo ao pesquisador observar e analisar essa interferência que deve ser relevada durante todo o processo de pesquisa, como: na situação de entrevista, na análise das falas ou ao ler os documentos.

Porém, em se tratando de um método qualitativo, como a memória, derivada da percepção humana e estreitamente relacionada com o poder dos indivíduos em guardar e lembrar acontecimentos, relacionados ao seu meio social, alguns pressupostos para o seu entendimento, se fazem necessários.

O primeiro deles, é um breve conhecimento dos estudos da psicanálise, pois, como analisa Thompson, a psicanálise é o instrumento pelo qual podemos desvendar os mistérios da memória, não como psicanalistas, que requer uma formação específica, mas enquanto "historiadores [cientistas sociais] aprendendo muitas coisas com ela, a respeito de seu próprio ofício - em relação a si mesmos e a seus informantes". (1992, p.198)

E a primeira lição a aprender é como devemos nos relacionar com as pessoas. Nesse tipo de trabalho, diz Thompson: é preciso ter acima de tudo, respeito pelos outros, enquanto seres humanos e sensibilidade no trato com elas. Procurando ouvir com atenção seus pontos de vistas, sobre os fatos e a vida. Ser solidário, principalmente, com aquelas que passaram por situações que lhe acarretaram trauma, sofrimento, desespero e angústia, entendendo sua recusa em falar sobre o assunto e o que isso pode significar. Dar atenção e ter respeito com os idosos, que em muitos casos, são vítimas da exclusão social e do abandono. Enfim, resgatar o sentimento de solidariedade e respeito pelo outro, enquanto ser humano, com suas dificuldades, qualidades e defeitos.

Afinal, somos nós que queremos conhecer a história de vida dessas pessoas ou saber sua opinião sobre um determinado assunto. As quais, não são em nenhuma hipótese, obrigadas a revelar ou responder, senão pela livre e espontânea vontade, ou como salienta Thompson, por uma relação de empatia e afinidade, conquistada pelo pesquisador.

Outro ponto fundamental é ter em mente que basicamente trata-se de um estudo pautado pelo relato oral. Pelo contato direto com as pessoas, com seus sentidos, a sua sensibilidade, a sua subjetividade, a sua história, a sua memória. Pessoas, muitas vezes com idade, costume, religião, cor, gênero, personalidade, opinião, trajetória de vida, totalmente diferente do pesquisador. O que a primeira vista, já pode ser um empecilho para qualquer relacionamento. Mas, com paciência e respeito pode se reverter em uma relação amigável, com um belíssimo relato.

É preciso também, destaca Thompson, ficar atento para o quanto de simbolismo está impregnado o nosso mundo consciente. O que para Jacques Lacan tem a *linguagem*, como um meio, pelo qual, podemos percorrer, decifrar e interpretar a estrutura do pensamento das pessoas, desvendando alguns de seus simbolismos e a própria memória.

Com relação a esse ponto, Thompson sugere, que se preste atenção, por exemplo, na forma como o entrevistado se coloca no discurso de reconstrução da memória. Como ele usa os pronomes (eu, tu, nós...) e qual o significado deles no contexto a que está se referindo, sua relação com o meio social, bem como a entonação das palavras e os gestos.

Além disso, deve-se atentar para aquilo que não está sendo dito ou como diz Maria Isaura Pereira de Queiroz (1987) para o *indizível*. Procurar verificar as razões que levaram as pessoas a não mencionarem tal fato: esquecimento, ocultamento, desconhecimento e outros que possuem uma razão e uma explicação de ser.

Para Pollak, os significados do *silêncio* também têm uma razão e uma explicação de ser e podem estar relacionados há vários fatores: a própria interação com o pesquisador, o medo de ser punido por aquilo que sabe, de se expor a mal-entendidos e etc. que cabe ao pesquisador observar e desvendar.

Feita essas primeiras considerações, podemos agora apontar mais detalhadamente algumas características do *estudo da memória*, de forma breve e introdutória aliada a algumas considerações sobre o recurso da *técnica de entrevista*, utilizada normalmente como meio de captá-la.

O estudo da memória

A memória parece ser, a priori, como defende Henri Bergson, analisado por Ecléa Bosi em *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994) um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio das pessoas, que conservam em seu espírito, o passado, que aflora na consciência em forma de imagens-lembrança e nos sonhos e devaneios em forma pura.

Maurice Halbwachs, em *a Memória Coletiva* (1990), no entanto, contesta essa interpretação. Para ele, a memória não é um fenômeno estritamente individual, mas um fenômeno coletivo, que influencia as lembranças dos indivíduos, “construída coletivamente e submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes”, como afirma Pollak (1992, p.201). Não devendo portanto, ser avaliada isoladamente, mas posta em relação com toda a experiência social do grupo em que o sujeito está inserido.

A memória dos indivíduos, comenta Halbwachs, não depende só de sua subjetividade, de seu espírito, mas do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a Igreja, com a profissão, o que inclusive, o estimula, o força, o põe a lembrar.

Mas ressalta Bosi:

Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum. (1994, p.411)

Dessa forma, Halbwachs, relativiza a tese de pureza e autonomia do ato de lembrar defendida por Bergson, vinculando a memória individual a memória coletiva¹ (Queiroz, 1996, p.7).

O ato de lembrar afirma Halbwachs, não é esse caráter de lembrança, de sonho, de reviver um momento passado, mas de refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. A memória para Halbwachs, diz Bosi:

¹ Fentress e Wickam, citados por Teresa Queiroz, preferem a expressão *memória social* a memória coletiva de Halbwachs, na qual segundo eles: “a memória individual é vista como mero repositório da memória coletiva, o que reduz o indivíduo a uma espécie de autômato passivamente obediente à vontade coletiva interiorizada”.

não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual ... e que, às vezes, [é] estilizada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado. (Bosi, 1994, p. 55)

Relembrar não é recuperar o passado na sua inteireza, na sua pureza e totalidade, como pensava Bergson. Mas refazer a partir de idéias e valores de hoje, parte desse passado, pois a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado ou registrado. Fica o que significa, o que representa (Pollak, 1992, p.203), e não do mesmo modo, mas levando em consideração as experiências adquiridas pelas pessoas, passados alguns anos.

Como revela, Halbwachs, já não somos os mesmos de então e nossa percepção altera-se, e com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e valor. (Bosi, 1994, p.55). Os acontecimentos vividos ou vividos por *tabela*², explica Pollak, (1992) passam por um verdadeiro trabalho de organização, construída social e individualmente. Como ressalta:

A organização da memória é em função das preocupações pessoais e políticas do momento... o que a memória individual grava, recalca, exclui, lembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização... [e do] sentimento de identidade. tanto individual quanto coletiva. na medida em que ela [a memória] é também um fator extremamente importante de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si... que consiste na valorização e hierarquização das datas, das personagens e dos acontecimentos. (Pollak, 1992, p. 204-5)

Esse é um ponto fundamental no estudo da memória. Um ponto em que Pollak verifica que "há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade" (1992, p.204). Diz ele: ao reconstruir acontecimentos pretéritos, ao mesmo tempo, construímos a nossa própria identidade e do grupo em que estamos inseridos. Mas, alerta:

² Aqueles nos quais não fomos os personagens diretamente, mas por "tabela", em contato com os outros, participamos indiretamente.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz, em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. (Pollak, 1992, p. 204)

Para Pollak, ao reconstruirmos o passado, o fazemos a partir da imagem que se têm de si, para si e para os outros, pois, quando recordamos, elaboramos uma representação de nós mesmos e para aqueles que nos rodeiam. Fato que requer um sentido de coerência, de unicidade e de continuidade de uma pessoa ou de um grupo social, na reconstrução de si.

Nesse sentido, Pollak questiona a visão harmoniosa do ato de lembrar mencionada por Halbwachs. O ato de lembrar diz Pollak, é conflitivo, sobretudo quando se vai recuperar a memória política, a memória de um grupo social, em que entra em questão o que deve ser lembrado, de que forma e como deve ser registrado, já que há uma *disputa de memórias*, uma disputa por uma determinada versão do fato, o que implica ter um certo posicionamento político diante deles e do momento atual, sedimentando assim, a própria identidade do grupo e dos indivíduos.

Essa situação não é muito tranqüila de ser resolvida tendo em vista a existência de “conflitos sociais e intergrupais que se opõem a grupos políticos diversos” (Pollak, 1992, p.205) em que um grupo luta por preservar determinadas datas, personagens, acontecimentos e etc. que outros impugnam, resistem em se identificar, em reconhecer como parte da história, da memória do grupo e conseqüentemente, dos próprios indivíduos.

Tereza Queiroz revela ainda, que esse caráter harmonioso do ato de lembrar apontado por Halbwachs, é uma visão também que omite a *violência simbólica*³ (Bourdieu, 1922), muitas vezes, presente na construção da memória coletiva, o que para Pollak é caracterizado como um *enquadramento da memória*.

O trabalho de enquadramento da memória é o trabalho de imputação de uma memória, de uma organização do passado, feita

³ Conceito de Bourdieu.

geralmente por especialistas, como historiadores⁴ (Gramsci, 1978) ou profissionais de diferentes organizações, que interpretam e constroem a história, a memória de uma sociedade ou de um grupo social específico, seguindo as orientações ideológicas de quem está no poder.

Uma memória, com a qual as pessoas devem se identificar, ter como referencial na construção do sentido de história e de identidade de um povo, de um grupo social ou de uma pessoa. No intuito, revela Pollak de:

reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições, irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. (1989, p.9)

Um processo portanto, de dominação ideológica, de organização do passado, segundo as orientações de quem está no poder, que é quem determina o que deve ser lembrado, qual o teor ideológico que deve ter, instituindo assim uma memória *oficial* (de acordo com a ideologia vigente, visando perpetuar uma determinada estrutura social) e sucumbindo a memória chamada por Pollak de *subterrânea* (memória do povo, que revelada ameaça a ordem social).

Mas adverte Pollak, para o enquadramento de uma memória é preciso que se organize um quadro de referências: discursos, homenagens, acontecimentos, lugares específicos, personagens e etc. que reforcem e expliquem a memória social.

Fato, que requer um encadeamento lógico, coerente e aceitável dessa reconstrução, já que ao mesmo tempo se está construindo a própria identidade de um povo ou de um grupo social. O que exige uma unidade física, uma continuidade temporal e um sentimento de coerência. A fim de superar, ressalta Pollak (1989, p.9): “a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil”.

No caso da construção da memória política, que Pollak estudou mais de perto, nas organizações mais formais (partidos políticos e outras

⁴ Historiadores orgânicos diria Gramsci

organizações formais) em que há uma *disputa de memórias*, o que está em jogo é o próprio sentido de identidade de um grupo e do próprio indivíduo, por isso é montada toda uma rede de preservação do passado, cristalizada em monumentos, museus, bibliotecas e etc.

No que se refere à reconstrução da memória a partir de grupos mais informais (associações, entidades, pequenos grupos...) o enquadramento da memória se faz, revela Pollak, por exemplo, no controle das testemunhas. Criando testemunhas autorizadas, geralmente *sóbrias e confiáveis*, ou seja, mais de acordo com o discurso oficial, com aquilo que já se conhece. Abafando os discursos das *memórias subterrâneas*, na esperança de que com o tempo sejam esquecidas.

Mas, longe de caírem no esquecimento⁵, a *memória subterrânea* é preservada e transmitida oralmente de uma geração para outra, de pai para filho, amigos e parentes. Uma memória que apesar de estar no *silêncio* não foi esquecida. Ao contrário, está esperando o momento certo de ser dita, lembrada, constituindo-se, muitas vezes, como uma forma de resistência, diante de um momento não propício de trazer à tona toda a verdade, o que poderia abalar a coesão social e, principalmente, questionar a memória oficial e reivindicar a verdadeira história.

Por outro lado, como assinala Bosi, a reconstituição da memória política, através do relato oral, suscita sempre um *sabor de convenção*⁶. Diz ela:

A leitura social do passado com os olhos do presente, torna o teor ideológico mais visível... os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ele quer julgar, marcando bem de que lado estava naquela altura da história. (Bosi, 1994, p. 453)

⁵ Relacionado para Halbwachs ao distanciamento em relação ao grupo, já que para ele o grupo é essencial no processo de rememoração. Nossas lembranças, diz ele, são essencialmente coletivas, só conseguimos recordar quando fazemos parte de um mesmo grupo e guardamos estas recordações apenas enquanto continuam a fazer parte dele.

⁶ Expressão da própria Ecléa Bosi.

Por isso, menciona Bosi, é preciso correlacionar o discurso a outras informações sobre o entrevistado, como: localização de classe, profissão, raça/etnia, para melhor compreendermos o seu posicionamento.

Além de saber quem participou e quem não participou dos fatos. Pois, há uma diferença qualitativa dos discursos.

Os participantes, aqueles que foram atores, sem dúvida possuem informações ricas e um fervor na reconstrução dos fatos. Mas, ressalta Bosi, a participação nos acontecimentos políticos podem ter imunizado a memória dos militantes dos riscos de idealização ou da estereopatia, que passam a reproduzir fielmente o discurso partidário que foi modelado com o tempo em formas de discurso valorativo, convencional e ideológico.

Por outro lado, os simples espectadores, “as testemunhas ocular lembra-se evidentemente melhor dos pormenores do fato [de forma menos calorosa] mas nem isso, escapa necessariamente, à versão corrente que o seu grupo de apoio produziu” (Bosi, 1994, p.463).

Como se pode observar, a memória, como método de pesquisa, não é muito fácil de ser trabalhada, requer sensibilidade e paciência por parte do pesquisador na interação com o investigado, além de estar atento para o próprio discurso, em que se entrelaçam presente e passado, bem como juízos de valor.

O recurso da técnica de entrevista

A entrevista é uma técnica de pesquisa, que acompanhada do gravador, permite registrar, revela Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983, p.46) com “fidelidade os monólogos dos informantes ou o diálogo entre informante e pesquisador”.

Comumente utilizada em pesquisas de história oral ou história de vida, pode seguir diferentes rumos, dependendo da pesquisa e do que se pretende captar. Como:

- orientada por perguntas (simples, diretas e em linguagem comum/cautelosas ou indiretas) pelo pesquisador, numa relação de diálogo;

- com roteiro ou semi-orientada, de forma mais livre, em que o pesquisador, vez ou outra, interfere, geralmente trazendo o informante ao tema ou
- totalmente livre.

Porém, como salienta Thompson (1992, p.258) : “a entrevista completamente livre não pode existir. Apenas para começar é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita”.

No que se refere, a orientação de entrevistas com perguntas simples, diretas e em linguagem comum, deve ser feita numa espécie de diálogo entre pesquisador-entrevistado, com um roteiro prévio e flexível, respeitando a imaginação e outras informações que o pesquisado possa fornecer.

Como revela Thompson, o roteiro deve ser apenas um guia, com espaço para o próprio entrevistado, que pode contar coisas muito mais interessantes para a pesquisa e que não estavam previstas no roteiro.

Mas, apesar de não existir nenhum modelo fechado e nem fórmulas prontas, há algumas orientações e indicações, sugeridas por Maria Isaura Pereira de Queiroz e Verena Alberti, que através de seus trabalhos levantam alguns pontos relevantes a se levar em consideração antes, durante e depois de uma entrevista, que não se deve seguir a risca, mas como bons caminhos de início.

O primeiro ponto para o qual advertem e talvez um dos pontos mais importantes para qualquer pesquisa é o *domínio básico sobre o assunto pelo pesquisador*.

Mas, como adverte José Vicente Tavares dos Santos (1995), em qualquer pesquisa, antes de tudo, antes de ir a campo, é preciso, *rediscutir o problema*, aquilo que de fato se pretende conhecer, com extrema atenção sobre os fatos e acontecimentos relevantes para o objeto de pesquisa.

Refletir o tempo todo, as hipóteses levantadas, os objetivos que se deseja atingir, os sujeitos envolvidos e os procedimentos metodológicos e técnicos a serem utilizados.

Tendo cuidado na aplicação dos métodos e técnicas, não sendo tão rígidos com eles, levando em conta o erro como um ponto fundamental e privilegiando a lógica da descoberta em detrimento da lógica da prova.

Além disso, é preciso realizar uma exaustiva investigação teórica sobre o tema, conhecer os conceitos básicos, as principais linhas teóricas relacionadas a área de pesquisa, não só para ter um domínio teórico sobre o assunto, mas principalmente, no transcorrer da pesquisa, ir dialogando com ela, levantar dúvidas, esclarecer alguns pontos, enfim, deixar fluir o espírito de pesquisador.

Mesmo porque, como afirma Alberti:

conhecendo amplamente o tema o pesquisador pode otimizar seu desempenho e imprimir à produção dos documentos de história oral um alto grau de qualidade. Através da pesquisa, é possível, por exemplo, situar com bastante clareza a atuação de determinado entrevistado no contexto das preocupações acerca do tema e preparar-se para dele obter um depoimento de grande valor de pesquisa ... podendo reavivar a memória do entrevistado e auxiliá-lo no esforço da recordação. (1990, p.46)

Mas, ressalta Santos (1995), o *rigor científico* e a constante *vigilância epistemológica* em todo o desenvolvimento da pesquisa, são elementos primordiais na pesquisa científica, sem no entanto inibir a *imaginação sociológica* do pesquisador.

A partir deste exaustivo conhecimento teórico e dos fatos envolvidos na pesquisa, é que se vai para o trabalho de campo, no caso para as entrevistas.

Para isso no entanto, aconselha Alberti, é importante num primeiro momento, preparar um roteiro geral da pesquisa, reunindo e estruturando todos os pontos levantados durante a pesquisa, seguindo os objetivos estabelecidos no projeto, a fim de preparar as perguntas, que devem ter por objetivo esclarecer os pontos levantados no projeto de pesquisa.

A elaboração das perguntas por sua vez, requer alguns cuidados.

Um deles, é não elaborar perguntas diretivas, que levem o entrevistado a ser influenciado a pensar do modo do pesquisador e não de

seu próprio modo. É importante também, não elaborar perguntas, cuja resposta se restrinja a um sim ou não. As perguntas devem estimular os entrevistados a se exporem, a falarem sobre o assunto.

Feita essa parte, é preciso selecionar cuidadosamente os entrevistados, que depende da preocupação de cada pesquisa. No caso de pesquisas qualitativas, os primeiros informantes são pessoas, geralmente que ocupam ou ocupavam lugar de destaque, como os representantes ou líderes. Porém, é no próprio transcorrer da pesquisa, na indicação dos informantes iniciais, na necessidade de esclarecimento de uma ou outra questão, na busca de diferentes informantes à título de comparação, que se vai configurando a amostra, até atingir o *ponto de saturação*, isto é, “ir realizando entrevistas até o momento em que os conteúdos dos relatos começam a repetir-se, a não colocarem elementos novos” (Bertaux apud Dermatini 1992, p.11).

Porém, como salienta Dermatini (1992, p.50), “é difícil atingir o ponto de saturação, em estudos qualitativos ... nem sempre um número maior de entrevistas que pode levar ao ponto de saturação é fundamental, pois muitos relatos únicos sobre determinados temas podem trazer contribuições valiosas”.

Sabendo disso, entra-se em contato com os primeiros entrevistados. O contato inicial, pode ser feito através de telefonema ou carta, em que o pesquisador deve se apresentar e informar sobre a pesquisa, marcando um possível encontro.

O primeiro encontro é um momento muito importante. É quando ocorre a primeira troca de impressão com o outro, com o desconhecido, para ambas as partes. É quando há ou não há uma relação de empatia, principalmente, em se tratando de pessoas totalmente diversas em (idade, gênero, raça/etnia, situação sócio-econômica etc.).

O pesquisador porém, já possui uma vantagem frente ao entrevistado. Sabe alguns dados sobre o entrevistado como: idade, gênero, endereço e etc., além de um conhecimento sobre o que se deseja abordar e que é preciso ter interesse e respeito pelos outros, saber ouvir e ter sensibilidade nas reações frente a elas; em especial no que tange suas observações e posicionamentos sobre os fatos a serem abordados.

Nesse sentido, o pesquisador precisa ver o primeiro contato como especial. O momento em que o pesquisador pode conquistar a empatia do entrevistado, explicando-lhe o trabalho, o método a ser empregado e os propósitos daquele encontro. Mostrando a relevância do depoimento do entrevistado para a pesquisa e pedindo sua permissão para gravar a entrevista, bem como sua franqueza e autorização para a utilização do depoimento na pesquisa, com um termo de autorização, que pode ser alterado a qualquer momento, firmando compromisso de guardar qualquer confidência ou desabafo.

Para iniciar a entrevista no entanto, é interessante primeiro que se preencha uma ficha com as informações do entrevistado (dados pessoais, nível de instrução, religião, ocupação atual, ocupação já exercida...) previamente preparada pelo pesquisador, que deve abrir uma pasta, para guardar as informações sobre o entrevistado.

Queiroz revela ainda que é preciso que o pesquisador tenha também um *caderno de campo* ou um *diário de pesquisa*, no qual vai efetuando suas anotações de entrevista: condições em que foi realizada, onde, quando, quem, o que, com, detalhes, particularidades, impressões, observações e também o próprio andamento da pesquisa: dificuldades e dúvidas. O diário de pesquisa será extremamente importante na análise do material e na pesquisa em si.

Se o informante aceitar conceder as entrevistas, o pesquisador deve preparar um roteiro individual de entrevista, que servirá para ele ter o controle entre uma entrevista e outra, verificando o que foi dito, o que ficou para trás e as novas perguntas a serem feitas, mas isso só deve ser feito, como reitera Alberti (1990, p.62) basicamente para "orientar o pesquisador, ajudá-lo a acompanhar o depoimento e a lembrar-se das questões que devem ser levantadas, sem contudo servir como uma camisa de força".

Preparado todos esse pontos vai-se para a entrevista. Mas, antes é preciso ter conhecimento de como conduzir uma entrevista e qual deve ser a participação do entrevistado nela.

O pesquisador deve ter consciência que a própria presença dele já é um elemento de interferência, como adverte Queiroz e Alberti. A presença do gravador também é outro elemento inibidor.

Porém, não há como realizar uma entrevista sem a presença do pesquisador, pois ele é quem está interessado por fazer a pesquisa e o gravador é um meio importante de se registrar o depoimento oral.

Se a entrevista for motivada por um diálogo, há uma significativa participação do entrevistado na colocação de algumas perguntas, promovendo uma dinâmica maior. Mas, o próprio pesquisador deve saber a hora de interferir, seja para esclarecer alguns pontos, explicar ou trazer o entrevistado de volta ao tema.

Em outros casos, a participação do pesquisador é menor. Isso ocorre geralmente, quando o próprio entrevistado está estimulado a contar o que você está interessado em saber, trazendo novas informações.

Dessa forma, o pesquisador deve ter uma postura frente aos entrevistados de acordo como se vai delineado a pesquisa, cabendo ao entrevistador, revela Alberti, adaptar-se ao ritmo do entrevistado, procurando não interromper o curso de seu pensamento, acompanhando seu discurso ao formular perguntas, reformulando suas próprias idéias a partir daquilo que lhe é relatado, enfim, procurando ajustar o diálogo com base nos dados que lhe fornece o entrevistado a respeito de si mesmo e de suas limitações.

Ou seja, é o entrevistado que dá o tom e o ritmo da entrevista, o pesquisador tem que se adequar ao seu estilo, ao seu tempo, a sua personalidade.

Além disso, o pesquisador tem que ter consciência que a qualidade da entrevista, do que será dito e da forma que será dita está estreitamente relacionada com a sua participação durante a pesquisa e da relação estabelecida com o entrevistado, não esquecendo da presença do gravador. Por isso, o pesquisador deve estar atento a tudo: às lacunas, ao silêncio, ao ocultamento, ao esquecimento, às mentiras, à timidez e ao próprio estado de espírito do informante.

Uma outra advertência que Queiroz e Alberti fazem antes de se porem na situação de entrevistas são com os aspectos práticos, como:

Escolha do local

Deve ser escolhido em comum acordo no primeiro encontro. Geralmente é na casa do entrevistado, no quarto ou na sala. Num espaço de preferência sem a interferência de outras pessoas, pois, a entrevista é individual é com ele e só com ele que ela tem que ocorrer, até mesmo para uma maior intimidade e liberdade para o entrevistado expressar suas opiniões, suas lembranças, suas angústias ... Há casos que não é possível, mas o pesquisador tem que saber conduzir, levando em conta a presença de outras pessoas.

É importante na escolha do local que se tenha uma mesa para o gravador, se possível sem interferência sonora, silêncio e onde o entrevistado se sinta bem. Esses cuidados são importantes para garantir uma boa entrevista, com qualidade para a transcrição.

Duração

É uma questão muito relativa. Segundo Alberti depende da relação estabelecida entre pesquisador-entrevistado, dos limites físicos e psicológicas do entrevistado, bem como da disponibilidade do entrevistado.

Queiroz, no entanto, sugere que não se ultrapasse mais de duas horas. Primeiro porque cansa o entrevistado e o próprio pesquisador e compromete as próximas entrevistas. Diz ela:

informantes e pesquisador não devem ultrapassar certo período de duração de conversa devido ao cansaço, duas horas parece ser o máximo, ou por volta disso, sendo que também as entrevistas devem ser espaçadas na semana para se manter o ritmo de interesse por parte do informante. (Queiroz, 1983, p.87)

Mas, observa Alberti:

realizar uma entrevista é sempre cansativo. Para o entrevistado um elevado esforço intelectual e emocional. Para o pesquisador um grande desgaste, pois deve estar sempre atento a tudo: funcionamento do gravador, refletindo sobre o tema e observar o que está sendo dito, as

reações emocionais e físicas do entrevistado, por isso duas horas é o ideal. (1990, p. 87)

No dia anterior à entrevista, é bom lembrar o entrevistado da entrevista por telefone. Caso ele tenha se esquecido e marcado um outro compromisso, deve-se ser compreensível e marcar uma nova data, não muito longe, de preferência na mesma semana.

Enfim, chegamos a própria entrevista. Queiroz e Alberti, sugerem que antes de ir a entrevista, é preciso já ter preparado o roteiro geral e o roteiro individual, bem como não esquecer o diário de campo e se possível um dia antes não esquecer que é preciso testar o gravador, checar se as fitas são suficientes, se há pilhas, ver a qualidade da gravação.

Início

Um bom caminho de se iniciar uma entrevista é levar algum material: foto, documentos relacionados a pesquisa ou alguma coisa que tenha marcado um momento da vida do entrevistado ou aquele ao qual se está pesquisando. É uma boa forma de se estimular o informante a falar.

Caso tenha dificuldades, o pesquisador deve observar por que e tentar abordar o tema de outra maneira. Não é fácil, mas com tato, experiência e simpatia pode-se obter alguns resultados.

O encerramento deve acontecer, depois de verificar os roteiros, observar se todos os pontos foram trabalhados, se não ficou nada para trás, se não há dúvidas e precise explorar mais um pouco as informações do entrevistado ou se surgiu algo novo que seja preciso consultar o entrevistado, até para confirmar ou comparar com outros depoimentos, é preciso que o pesquisador vá encaminhando para o fim as sessões de entrevistas.

Nas últimas entrevistas deve-se comunicar o entrevistado do fim da entrevista, dando-lhe a oportunidade de perguntar, se haveria algo a declarar.

Antes porém, é preciso que lembre da carta de cessão de direitos sobre o depoimento, como já havia dito no começo, dando-lhe para ler,

verificar os dados, se quiser alterar algo ou pedir descrição no que foi dito e sua assinatura.

Cabe nesse momento, avaliar o rendimento das entrevistas, a qualidade do entrevistado e a própria pesquisa, partindo para a transcrição e análise do material.

Transcrição

É uma tarefa difícil e cansativa, deve ser realizada de preferência pelo próprio pesquisador, já que é ele que está envolvido no processo de pesquisa, no tema abordado, sabendo o que é importante reter do discurso e da própria situação de entrevista.

Contudo, no momento da transcrição, apesar de ter ouvido várias vezes as entrevistas, percebe-se coisas que no ato da entrevista não foi observado, chegando ao ponto de se pensar que se trata de outra entrevista. Mas, como explica Dermatini

A diferença fundamental que permite a ocorrência destas diferentes percepções em cada etapa do trabalho, é que o material escrito pode ser visto em seu conjunto, isto é, permite que visualizemos simultaneamente as várias informações de todos os entrevistados à respeito de um determinado assunto, o que é praticamente impossível com as gravações. (1992, p.14)

Para alguns autores como Bertaux ao terminar essa fase, a pesquisa já está pronta. Porém, para Dermatini (1992, p. 14) é importante realizar um cuidadoso estudo do material colhido e transcrito, a fim de não “deixar de lado relatos menos empolgantes que outros ou (partes de entrevistas) que traziam elementos discordantes de nossas próprias formulações anteriores, ou contendo elementos aparentemente sem muita importância”.

Análise

A análise na pesquisa qualitativa não deve estar excluída durante todo o processo de investigação, ela deve caminhar junto em todas as fases, no trabalho de campo, nas entrevistas, ouvindo e refletindo sobre o que é dito, as interferências, as reações do investigado, enfim, em todo o processo.

Na análise do material de campo, deve-se considerar todos os aspectos da situação de entrevista: interferência do pesquisador, a dialética entre os dois tipos de registro – escrito e oral – os instrumentos técnicos utilizados, as anotações do pesquisador, numa busca constante pela interpretação do fato, garantindo também uma fidelidade ao que foi dito.

Conclusão

Como podemos observar, a pesquisa qualitativa não é um pesquisa simples de ser realizada, requer paciência, disciplina, ética e principalmente fidelidade com o material colhido.

Sabemos que nem tudo pode ser feito com sucesso, mas com boa vontade e experiência podemos ter bons resultados.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: FGV - Instituto de Documentos, 1990.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. *A reprodução*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- DERMATINI, Z. B. F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice B. G. (Org.) Reflexões sobre a pesquisa científica. *Cadernos CERU* (São Paulo), n.3, 1992
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

- POLLAK, M. Memória e identidade social *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 2, n. 3, 1992
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio *Estudos Históricos*. (Rio de Janeiro), v. 2, n. 3, 1989.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indivizível" ao "dizível". *Ciência e cultura* (São Paulo), n. 39, mar 1987
- QUEIROZ, M. I. P. Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva *Cadernos CERU*, n. 4, 1983
- QUEIROZ, T. C. N. A construção da memória social: o discurso de líderes populares urbanos. In: Reunião Anual da ANPOCS, 20, Caxambu - MG, 1996 (GT- História Oral e Memória)
- SANTOS, J. V. T. A aventura sociológica na pós-modernidade. In: ADORNO, S. *A sociologia entre a modernidade e a pós-modernidade* Porto Alegre, UFRG, 1995
- THOMPSON, P. *A voz do passado* história oral. São Paulo. Paz e Terra, 1992
- TRIGO, M. H. B., BRIOSCHI, L. R. e Relatos de vida em Ciências Sociais: considerações metodológicas *Ciência e Cultura*. (São Paulo), n. 39, jul 1987

ABORDAGENS MODERNAS, PÓS-MODERNAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE PRODUÇÃO TEÓRICA FEMINISTA

Andréa de Souza Túbero SILVA*

RESUMO: Este artigo propõe-se à refletir sobre diferentes perspectivas teóricas no campo das ciências humanas e sociais - decorrentes da crise de paradigmas, que por sua vez se traduzem em abordagens modernas e pós-modernas -, e os desdobramentos destas perspectivas sobre a produção teórica feminista.

PALAVRAS-CHAVE: Modernos, pós-modernos e Produção teórica Feminista.

*... não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para as mulheres de se afirmar como mulheres, mas de tornarem-se seres humanos na sua integralidade" (Simone de Beauvoir, *Tout compte fait*, 1972).*

O presente artigo pressupõe vários contratos de comunicação, entre mim e os autores referenciados no decorrer do texto. Todavia, o contrato de comunicação transversal que perpassa todos os demais refere-se à relação orientanda/orientadora.

Procuro, a partir deste texto, estabelecer um diálogo sobre minhas próprias contradições, incertezas e inquietudes relacionadas ao viver/ser mulher e, ao mesmo tempo, tentar pesquisar algo que, talvez,

* Doutoranda em Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP -14800 - 901 - Araraquara -SP Orientadora: Prof.a Dr.a Lucila Scavone.

possa estar inserido no campo denominado história(s) social(is) das mulheres, enquanto *objeto* de pesquisa. Somos ou não, sujeito/objeto de nossas pesquisas? Isso implica a “falta de objetividade”, ou nos aproxima mais do real? A suposta relação sujeito/objeto está definitivamente superada nas ciências humanas? Como lidar com emoções causadas pela leitura de um texto que vai ao encontro de minha própria percepção/sensibilidade intelectual e que, por sua vez, está concomitantemente ligada às minhas experiências individuais e batalhas quotidianas? Como “trabalhar” com textos cujas interpretações sobre a atual situação social das mulheres - contexto - nos parece pertinente, mas cuja trilha não nos convence de que “é por aqui!”?

Como as dificuldades são muitas, e talvez “escapem” ao viés acadêmico que o presente artigo exige, decidi que o melhor caminho - para tentar reconhecê-las e apresentá-las - seria o de pensar sobre as diferentes matrizes teórico-metodológicas que norteiam os debates feministas atuais. Para tanto, tomei como referência, além de outros, os textos utilizados no curso *Gênero, Família e Saúde*, ministrado pela Prof.a Dr.a Lucila Scavone em 1997, relacionados à minha problemática. Busco uma vereda, uma senda. Quero continuar a travessia.

Crítica à ciência “moderna”

Primeiramente, gostaria de observar que a preocupação em encontrar um caminho não é apenas minha. A maioria dos pesquisadores da “comunidade acadêmica” compartilhou - e ainda compartilha - a *crise de paradigmas* que, em meados dos anos 80, tomou conta das ciências de modo geral, trazendo à baila um debate sobre transição paradigmática e desdogmatização da ciência, fundamentado, sobretudo, na crítica à racionalidade científica (Scavone, 1996, p. 50).

Genericamente, trata-se de uma crítica/autocrítica aos quatro séculos de desenvolvimento da ciência moderna, responsável pelo progresso material atingido pelas sociedades avançadas e que,

paradoxalmente, não foi capaz de liquidar ou sequer minimizar as desigualdades sociais e as mazelas humanas delas decorrentes ¹:

Na maioria das vezes ela [a ciência moderna] tem funcionado como instrumento do poder, como aliada da opressão e coatora das liberdades humanas. Isto porque, sendo social, ela representa um processo social como tantos outros, sujeito às vicissitudes das formas de organização societária e aos percalços da influência dos produtores sobre o uso de seus produtos; apesar de seus ideais de neutralidade e objetividade, ideais que refletem a racionalidade do ser humano, a ciência está presa à contradição de ser uma produção do homem, de sua grandeza e de suas misérias. (Haguette, 1997, p.13)

No que diz respeito ao feminismo - cujas reflexões já ocupavam os espaços acadêmicos na década de 70 - ao mesmo tempo em que é influenciado pela *crise de paradigmas*, ele contribuiu/contribui muito para o questionamento do *percurso anterior*, sobretudo, através de seu engajamento na elaboração de análises que levaram/levarão(?) à transformação. O feminismo, enquanto movimento social, possui, a meu ver, a peculiaridade de pensar-se continuamente, par-em-par com a reflexão sobre a realidade social. Na academia, os estudos sobre as mulheres foram, e são ainda hoje, produzidos majoritariamente *por mulheres*, possivelmente, porque “o sujeito oprimido tende a buscar explicação para a causa de sua opressão” (Scavone, 1996, p.49). Neste sentido, é possível constatar a existência de uma articulação entre feminismo e ciência social.

A afirmação do caráter político da opressão das mulheres e a preocupação em superar os determinismos biológicos que explicariam esta opressão, presentes no movimento feminista dos anos 70, contribuíram para construir uma crítica das categorias conceituais até então utilizadas pelas ciências sociais na análise das desigualdades sexuais. Paralelamente, a discussão das

¹ A crise de paradigmas coincide, historicamente, com dois processos estreitamente relacionados: de um lado, o fim do período de expansão capitalista do pós-guerra e as mudanças introduzidas pelas políticas neoliberais; de outro, o colapso dos regimes burocráticos polarizados pela União Soviética.

questões relacionadas à sexualidade e à subjetividade, impregnada pela teoria psicanalítica lacaniana, sobretudo entre as feministas francesas, construía uma teoria feminista interessada no processo de criação da identidade do sujeito sexuado, postulando, na prática, a oposição antagônica entre os sexos. (Scavone, 1996, p. 51).

De antemão, antes de adentrar propriamente no desenvolvimento da reflexão crítica (e autocrítica) das categorias utilizadas pelas feministas - relações de gênero e relações sociais de sexo - cabe esclarecer qual a minha perspectiva em meio a essa "crise" enfrentada pelas ciências de maneira geral, em particular pelas ciências sociais, e seus desdobramentos (Löwy, 1998)². Conhecimento Moderno: Modernos e Pós-Modernos

Minha percepção sobre os desdobramentos dessa crise - ainda não superada - vai ao encontro do que Demo qualifica em seu trabalho como o *conhecimento moderno*. (Demo, 1997, p. 11)

No campo do *conhecimento moderno* encontram-se modernos e pós-modernos, com exceção do legado cartesiano - dito moderno - , mas que segundo Demo, é excluído porque já se encontra parcialmente superado. A adjetivação *moderno* diz respeito então à discussão atual em torno do conhecimento:

O que pode ser visualizado como novo é a perspectiva de que o conhecimento, em vez de produzir certezas, é marcadamente uma estratégia de as desmontar. Parece ser mais uma habilidade de lidar criativamente com a incerteza, com a qual convive dialeticamente. Já por isso é muito mais um processo interminável de desmonte, do que uma fábrica de produtos duradouros. Sua detergência, pois, não é somente um passo inicial, que toda nova teoria, por exemplo, implica, mas a própria razão maior de ser, porquanto cada nova teoria é feita, não para atingirmos algum porto seguro, mas para navegar em frente. O "porto

² Particularmente, creio que a crise de paradigmas nas ciências sociais está intrinsecamente ligada à descrença no materialismo histórico e dialético enquanto referencial teórico explicativo, para pensarmos o final do século XX, que se caracteriza, segundo Löwy, tanto pela globalização capitalista avançada, quanto pela multiplicação de retrocessos identitários e fetichismos nacionais mórbidos.

seguro" não é um lugar, como imaginou o positivismo das teses verificadas e definitivas, mas uma "utopia" (nãolugar). E a verdade, como diz *Habermas*, virou "pretensão de validade", nem mais, nem menos. A tarefa principal do conhecimento é, pelo menos até certo ponto, desfazer as verdades, para descongelar os entraves ao processo de questionamento e inovação. Se existe alguma coisa permanente em ciência, é a provisoriade de seus resultados, ou a perenidade do questionamento. (Demo, 1997, p.18).

Assim, poderíamos dizer que o *conhecimento moderno* é, sobretudo, produto da crítica às deformações da modernidade: crítica à aplicação cega da ciência para fins destrutivos, ou então questionáveis do ponto de vista ético - como por exemplo e respectivamente; os danos causados ao meio ambiente e os avanços no campo das tecnologias reprodutivas - e ao progresso econômico transformado em seu próprio objetivo.

Todavia, ao mesmo tempo que essa mudança de paradigmas resulta da crítica contundente à modernidade, paradoxalmente,

a marca questionadora direciona o conhecimento quase que exclusivamente para a inovação, em particular ao tornar-se a dinâmica central da economia competitiva. Esta inova para vender e lucrar mais, inclusive forçando o consumo através de produtos de vida curta. A maioria dos "novos modelos" (de automóveis, eletrodomésticos, roupas, etc.) não corresponde a necessidades humanas concretas, mas ao consumismo. (Demo, 1997, p.20).

... o ensaio anseia por descobrir essa relação sólida até o fim, onde por assim dizer em desespero, oferece a seguinte fórmula: a chave que conecta as principais características da sociedade pós-moderna - entre outras, a aceleração dos ciclos do estilo da moda, o crescente poder de publicidade e da mídia eletrônica, o advento da padronização universal, o neocolonialismo, a revolução verde - ao pastiche esquizóide da cultura pós-moderna é o apagamento do sentido da história. O nosso sistema social contemporâneo perdeu a

capacidade de conhecer o próprio passado, tendo começado a viver num "presente perpétuo" sem profundidade, sem definição de identidade segura ("Postmodernism and Consumer Society, 125). O ensaio não desenvolve o ponto mais central de como apreender ou teorizar sobre o que poderia vir a ser os aspectos oposicionais da cultura pós-moderna, as maneiras pelas quais a cultura pós moderna, ao mesmo tempo que dá uma muda expressão à pós-modernidade, poderia oferecer formas de resistir ou de sobreviver às suas tendências mais malignas. (Connor, 1989, p. 43).

Em seu (des)construto teórico, os pós-modernos incorporam esse "presente perpétuo" que, segundo Connor, é uma característica de "nosso sistema social contemporâneo", sobretudo, devido ao desprezo dos mesmos pela história - desprezo necessário à pretensa ruptura (negação). Como se houvesse somente uma história e/ou uma historiografia: a oficial, cronológica e evolutiva.

... A desconstrução está voltada para a resistência a qualquer forma de linguagem capaz de situar, antecipadamente, o que foi dito. Contra a tirania de significados transcendentais, a desconstrução instala outro domínio, plenamente secular, do pensamento ³. (Nestrovski., 1997, p.13).

Nesta mesma senda, os pós-modernos desconsideram, também, a materialidade da língua na discursividade: para que a língua signifique, há pois, a necessidade da história, porque os fatos reclamam sentidos. Os sentidos são atribuídos aos fatos, em virtude da relação entre o sujeito e a história (Orlandi, 1996, p.30).

Neste aspecto, Demo é primoroso ao esclarecer que:

Não existe nem um ponto zero, do qual fosse imaginável começar do começo, nem uma instância fora do espaço cultural que garantisse o conhecimento. Ele precisa garantir-se a si mesmo, geralmente por duas implicações

³ O artigo de Arthur Nestrovski, que intitula-se "Teoria Literária", refere-se aos trabalhos de Derrida.

correlatas: lógica da argumentação teórica, efetividade da intervenção prática. Conhecemos a partir do que já conhecemos, porque não sabemos interpretar sem pontos de partida já interpretados. Para partir, é mister um ponto de partida, mas este ponto é apenas condição da partida, não sua explicação. Este mesmo problema está afeto a outros movimentos marcantes do processo de conhecimento, como a *antimetodologia de Feyerabend*. É também metodologia. Ou seja, não é viável combater o método sem método. (Demo, 1997, p.22).

Acrescentaria ainda que, a ausência de método - “em nome do desejo de projetar e de produzir aquilo que não pode ser apreendido nem dominado pela representação ou pelo pensamento conceitual, o desejo que foi identificado por Jean-François Lyotard como *o impulso para o sublime*” (Connor, 1989, p. 24) - leva a sérios constrangimentos. Como exemplo, podemos citar o “trote” de Sokal, que satirizou os pós-modernos através de seu artigo *Transgredindo fronteiras: rumo a uma hermenêutica transformativa da gravidade quântica*, publicado na revista americana *Social Text*.

Nesse artigo (de 41 páginas, sendo apenas doze de texto, com 220 referências bibliográficas e 109 notas), Sokal diz que a existência de um mundo externo ao homem é um dogma imposto pela longa hegemonia pós-iluminista sobre o ponto de vista da intelectualidade ocidental. Endossa uma série de concepções de intelectuais genericamente considerados pós-modernos - dentre outros, Deleuze, Guattari, Derrida, Lacan, Lyotard - fundamentando-as com base na matemática e na física quântica. Sokal pretendia comprovar a possibilidade de superar os cânones matemáticos capitalistas, e propor uma física libertária, que por sua vez, teria conseqüências radicais para a ação política e cultural (Almeida, 1997, p.67).

Em seu segundo artigo, publicado na revista *Lingua Franca*, Sokal declara que fez uma experiência, cujo objetivo principal era verificar se uma revista norte-americana de primeira linha, voltada para estudos culturais, publicaria um artigo composto com absurdos, caso isto soasse bem e lisonjeasse os preconceitos ideológicos dos editores (Almeida, 1997, p.67).

Sokal, qualificou seu artigo como uma paródia, seu método como satírico, e o próprio texto como um pastiche. Num "Pós-escrito" que tentou publicar na *Social Text*, mas que, evidentemente, não foi aceito pelos co-editores da revista, acrescenta que empregou algumas estratégias já consolidadas no gênero: apelos à autoridade em vez da lógica, teorias especulativas travestidas como ciência estabelecida, analogias absurdas e até mesmo forçadas, retórica que soa bem mas cujo significado é ambíguo, e por fim a confusão entre o significado técnico e o vulgar das palavras em inglês. Sokal, numa performance mutante e esquizóide, ao fazer um bom texto na superfície, porém sem profundidade, reforça que em se tratando de pós-modernidade, o importante é o rizoma e não a raiz (Almeida, 1997, p.67).

Heis aqui, um outro ponto de discordância entre o que penso e o que propõem os teóricos pós-modernos. Penso que a construção do conhecimento científico, enquanto processo, necessita de pontos de partida através dos quais possamos buscar inspiração criativa para *explicações*, ou ainda *outras interpretações e alternativas* às injustiças e desigualdades sociais - de raça, sexo, etnia e classe - na configuração atual que o capitalismo assume. A este respeito, eu diria que as desigualdades e as injustiças sociais não se restringem exclusivamente a atual configuração do capitalismo - resultado de transformações relacionadas ao grande desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento - e nem mesmo apenas ao capitalismo.

É nesse sentido que a *história* e as *pesquisas historiográficas* são fundamentais, não devem, e nem podem ser descartadas: para que não percamos de vista que a opressão e a dominação são recorrentes na história da civilização. Cito como exemplos, a desigualdade de sexo e seus desdobramentos: o significado de ser mulher, de ser homem, a divisão sexual do trabalho. Em cada configuração histórica, em cada cultura, eles assumem contornos distintos e são as *pesquisas historiográficas* que nos permitem *conhecer* essas diferenças. Todavia, é a *historia* que não nos deixa esquecer e nos permite afirmar que as relações entre os gêneros foram e ainda são, apesar dos avanços, relações de dominação dos homens sobre as mulheres. É da constatação incômoda da permanência, apesar das mudanças, da realidade histórica que resiste ao conhecimento e à ação que se escondem - lançando-se ao sublime - os pós-modernos. Aqueles que

estão dispostos apenas a desestruturar e descentrar, sem qualquer perspectiva de reconstruir, não podem, definitivamente, suportar o fardo e o desafio imposto pelo (re)conhecimento histórico: há ainda a necessidade de transformação das/nas relações de produção e reprodução social. Isto porque, *voluntariamente*, os pós-modernos abriram mão da noção de totalidade, e sobretudo, da utopia (do não-lugar).

Os teóricos da pós-modernidade tomam a pretensão de ruptura com a modernidade como algo de fato consumado, proclamam uma nova era denominada pelos mesmos de pós-industrial - referendada na nova configuração espaço-temporal da organização do capitalismo - e descompromissadamente não oferecem sequer uma resposta coerente, ou uma alternativa, a essa nova configuração injusta e excludente. Sinto-me tentada a dizer: em alguns momentos penso se a noção de pós-modernidade não é uma mera justificativa para uma produção científica que optou pelo efêmero, pelo fragmentário, pela indeterminação (inclusive dos sujeitos), pela dispersão (afastamento), pelo estético em prejuízo do ético, pelo espetáculo.

Os teóricos pós-modernos reconhecem a alteridade, estimulam lutas sociais e culturais "específicas" mas, evitam a questão do poder global, da totalidade. Possuem um discurso antiteleológico porém, apresentam-se como portadores de uma teleologia do fim da história. Assim, assumem explicitamente uma aversão à alternativas de emancipação humano-universais (Almeida, 1997, p.70).

Devido a todos esses aspectos discutidos, considero a produção teórica pós-moderna como um aspecto superficial e, portanto, negativo do conhecimento moderno.

Qual seria então o aspecto positivo do conhecimento moderno? Esta resposta, evidentemente, será dada por mim em contraposição à concepção de pós-modernidade.

Os pós-modernos denunciam a razão como o principal agente de repressão responsável pelo *status quo*, e escolhem como vereda a apologia ao irracionalismo, à *desrazão*, qualificando este posicionamento como crítico. A noção de *ruptura* assume, assim, um sentido não-dialético, mas de apagamento, esquecimento, de negação da história. A concepção de *desconstrução* não vai além do ímpeto de desestruturar e descentrar "a si mesma apenas para produzir formas mais maleáveis de discurso

autoritativo” (Connor, 1989, p.24). O sujeito do pós-modernismo é um sujeito esquizóide, que se mantém num eterno contra-script em relação ao sujeito do Iluminismo. E por fim, os pós-modernos abriram mão da noção de verdade.

De outro lado, os modernos assumem a mesma crítica à modernidade mas, no entanto, preferem “não jogar a criança com a água do banho”, propondo uma releitura crítica do conceito clássico de razão. Em outros termos, propõem a *desconstrução* deste conceito em busca de um racionalismo novo, fundado numa nova razão, que não a instrumental, capaz de crítica e auto-crítica, a exemplo do que propõe Demo (1997, p.5). Sua noção de *ruptura* pressupõe que a mesma não se faz sem o passado. Romper a história é a maneira de continuar em busca de um futuro, cujo fim não está pré-determinado, mas vêm sendo (re)construído. Isto porque, leva-se em conta que, no movimento de romper para continuar, existe a resistência de identidades históricas que continuará a exigir o esforço da *desconstrução* para futuras transformações, bem como identidades históricas que talvez devam ser “poupadas” para que possamos seguir em frente.

O sujeito histórico nessa perspectiva, não se reduz simplesmente a sua posição sócio-econômica, a um conjunto de papéis sociais prescritos, e nem tampouco é pensado como “senhor de suas próprias ações”. Trata-se de um rompimento com a falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas (Sader, 1988, p.45). O sujeito social - mesmo quando considerado enquanto indivíduo - (Carmo, 1997, p.3) é concebido no conjunto das relações socio-históricas - ou seja, na soma de forças de produção, de capitais, de formas de relações sociais - que cada indivíduo e cada geração encontra numa dada formação social e num momento histórico preciso (Séve, 1989, p.157-8).

Para os modernos, a verdade como utopia revela sua mensagem negativa em termos dialéticos, porque pode criticar qualquer realidade, uma vez que, diante dos ideais infinitos da utopia, está sempre aquém. “Sua força avassaladora, que move, por exemplo, os revolucionários, os visionários, os santos, reside precisamente em ser a energia irrealizável que fustiga sem cessar a história realizada ou em realização” (Demo, 1997, p18). A utopia, por definição, é irrealizável e, é exatamente neste sentido negativo que faz parte da realidade. “O conceito de *pretensão de*

validade” capta com vigor este horizonte dialético lógico e histórico. O questionamento nasce, ao lado de razões perceptíveis, por exemplo, na parcialidade da teoria, também da parcialidade da história concreta” (Demo, 1997, p.18).

Como exemplo, podemos pensar sobre as lutas por direitos civis e de emancipação feminina entre o final do século XIX e meados do século XX (Scavone, 1996, p.48). O pressuposto *fundamentado* historicamente era o da desigualdade entre homens e mulheres. A utopia era a “igualdade na diferença”. Desde então, muitos avanços vêm ocorrendo, devido ao contínuo questionamento das relações entre homens e mulheres não apenas relacionado ao espaço público, mas também ao espaço privado - luta pelo amplo acesso a contracepção, reivindicação da livre escolha da maternidade e separação efetiva entre sexualidade e reprodução (Scavone, p. 48, 1997). Todavia, os direitos adquiridos concretamente se são, de um lado conquistas marcantes, também significam uma “traição” da perfeição da utopia da “igualdade na diferença”, porque ela ainda não se realizou historicamente. Neste sentido, a conquista de direitos não pode ser “vendida” como única versão histórica possível, nem muito menos como um limite insuperável, simplesmente porque sendo uma “versão”, é também uma das interpretações possíveis. Esta percepção somada à utopia da “igualdade na diferença” nos permite outros questionamentos que por sua vez, possibilitaram/possibilitam a criação de novas utopias.

Em busca de um “ponto de equilíbrio”, a rota das discussões atuais parece apontar para uma perspectiva *histórico-estrutural* em que não se aceita uma história determinada - a exemplo do marxismo ortodoxo que permitia prever definitivamente o futuro - mas também não se vale da idéia de que o sujeito histórico faz a história que bem entende, uma vez que existem as “estruturas estruturadas” também.

Opera-se, assim, uma reinterpretação crítica do tempo histórico, que não consiste necessariamente na negação do tempo filosófico, em outros termos, teleológico, mas em sua relativização: o tempo é progressivo, mas é também pluridirecionado; é global e também múltiplo, nele coexistem a unidade e a diversidade.

Essa reinterpretação do tempo histórico decorre da constatação de que a realidade, além de complexa, é também imprecisa, e necessariamente não corresponde ao modelo teórico-analítico da realidade

A ciência é algo construído pela racionalidade humana, não é algo dado ou uma mera representação do real.

Outro aspecto interessante do conhecimento moderno é a valorização, sem precedentes, do saber pensar e do aprender a aprender, que para Demo, significa uma surpreendente retomada da visão socrática da maiêutica. Saber pensar implica, sobretudo, na capacidade crítica frente ao próprio saber que "sabe que pouco sabe" Essa é a marca da capacidade humana: a percepção de que não resolve tudo, porque ninguém é capaz de saber tudo. Ao contrário disto, a hipérbole da incompetência é imaginar tudo saber: a ignorância com base na arrogância. O mercado competitivo vive desta ignorância. Promete ao ser humano a abundância tecnicamente possível que é "politicamente arrancada da destruição da natureza e da degradação social" (Demo, 1997, p.35).

Assim, cabe aos profissionais ligados a (re)construção do conhecimento o dever da auto-crítica - uma vez que é o conhecimento quem imprime ao mercado a capacidade de inovar e de, conseqüentemente, reduzir empregos - e mais do que isso, o dever contrapor-se a este processo moderno de exclusão e discriminação, não através da arrogância/ignorância, mas através do apelo correto ao conhecimento - saber pensar/aprender - revelando finalmente que é capaz de apontar a ligação ética com a emancipação solidária.

Concluindo, o que considero positivo no conhecimento moderno, e o que também relaciono à postura teórico-metodológica daqueles que não descartam a modernidade, e menos ainda a história - os modernos - é o compromisso do *questionamento e desconstrução* com a *reconstrução* e a *utopia* de emancipação humano-universal.

a desconstrução tem sua razão de ser na reconstrução. Está é a razão histórica. Por isso, cabe reconstruir o passado e não jogá-lo fora. Também a proposta revolucionária, que busca mais que tudo uma ruptura radical, não se faz sem passado, mesmo porque é impossível apagar o passado. Se reprimido - diria a psicanálise - volta com tanto maior violência e inconsciente. A ruptura não é apenas a desconstrução das identidades históricas, mas a salvação daquelas que cabe levar em frente, de tal sorte que romper a história é a maneira de continuar, como quer a dialética

Tudo que sucede na história, por mais radical que possa ser, é histórico, ou seja, tem passado, e, por isso, pode ter futuro. (Demo, 1997, p.43).

As teóricas e o pensamento feminista

As feministas, ao repensarem as categorias de análise que vinham sendo utilizadas - condição feminina, papéis sexuais, patriarcado, sexismo, machismo - identificaram inúmeros problemas. Dentre eles, parece-me fundamental a percepção de que não podemos pensar a realidade histórico-social das mulheres de forma isolada, como se houvessem esferas separadas e um universo estritamente feminino, o que implica necessariamente a reprodução das dicotomias - homem/mulher, cultura/natureza, público/privado. Para pensarmos sobre a desigualdade entre homens e mulheres é preciso investigar as relações estabelecidas entre nós *protagonistas* e os "outros", as relações das protagonistas entre si, e inseridas em configurações histórico-sociais distintas.

Não me deterei aqui na reconstituição histórica dos conceitos e categorias utilizadas pelo movimento feminista durante sua trajetória - até chegarmos aos conceitos de relações de gênero e relações sociais de sexo - e incorporadas pelas ciências sociais. Esta discussão/reconstituição histórica é feita de forma primorosa por Scavone, e de certa maneira, reproduzida por mim em minha dissertação de mestrado. Portanto, para esta discussão específica remeto à Scavone (1996, p. 47).

Finalizando este artigo, gostaria apenas de explicitar, através de alguns exemplos, perspectivas feministas que incorporam referenciais modernos e pós-modernos e minhas impressões sobre os desdobramentos destes no interior do *pensamento feminista*. Neste sentido, faz-se necessário retomar de forma sistemática alguns elementos discutidos em tópicos anteriores para esclarecer ao leitor minha interpretação dos fatos.

Já na década de 70, as reflexões feministas ocupam os espaços acadêmicos. No entanto, é na década de 80 que os estudos feministas adquirem a almejada institucionalidade na academia, principalmente através da utilização estratégica da categoria gênero. Durante este processo

de institucionalização dos estudos feministas, em meio a crise de paradigmas, me parece que caímos numa armadilha/vício acadêmico, e incorremos no erro de dicotomizar ciência e ideologia política, tomando a ciência como verdade - pois os estudos sobre mulheres adquirem o status de ciência, ao menos formalmente -, e ideologia política como falseamento da realidade, porque necessariamente orientada e tendenciosa - no caso o próprio movimento feminista. Explico.

Scott (1990) ao apontar a dificuldade em transformar o termo *gênero*, cujo uso tem sido apenas descritivo⁴, em uma “categoria útil de análise histórica”, esclarece que seu emprego fazia parte de uma “estratégia” em busca de legitimidade institucional para os estudos feministas na década de 80. O termo *gênero* possui um caráter ambíguo, não implica necessariamente uma tomada de posição em relação à desigualdade ou ao poder, pois ele não designa a parte lesada. Inclui as mulheres mas sem nomear, não constituindo, assim, uma ameaça crítica.

Entretanto, essa perspectiva “estratégica” pode ser identificada anteriormente, no discurso feminista dos anos 70:

Penso que nós deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido. assim como um historiador de classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o alcance dos *papéis sexuais* e do *simbolismo sexual* nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. (Davis, Apud: Scott, 1990, p.5) (grifo meu)

Correndo o risco de ser ácida, desejo apontar alguns problemas nessa postura teórica “estratégica”, *aparentemente neutra e democrática*.

⁴ A palavra gênero é utilizada 1- no sentido de negar o determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou ainda “diferença sexual”; 2- enfatizar igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade, introduzindo uma noção relacional em nosso vocabulário de análise; e 3- com o objetivo de transformar os paradigmas no interior de cada disciplina - além de novos temas, o termo gênero imporia um exame crítico das premissas e dos critérios de trabalho científico existentes (inclusão das experiências pessoais e subjetivas, que implicariam uma nova história).

Cabe chamar a atenção para o fato de que pensar sobre a história dos homens não exige muito esforço investigativo... Ela é preponderante, recorrente, sobretudo, através da historiografia tradicional, e está aí para quem quiser se debruçar sobre o discurso masculino. Ele nos é muito familiar, aprendemos desde cedo em casa, na escola e na vida.

Em contraposição, nos interessar pela “história das mulheres” exige um grande esforço teórico investigativo - porque somos nós (ou elas) que temos (têm) sido a parte silenciosa da memória social, ausente dos manuais escolares e dos registros históricos (Alves, 1985, p.10) - e de desconstrução desse discurso masculino. Somente sob esta condição, a meu ver, faz sentido nos debruçarmos sobre a história dos homens, para desconstruí-la e construir um outro discurso.

Outrossim, esta postura revela um posicionamento político, ao afirmar as mulheres enquanto sujeitos históricos válidos.

Por fim, eu diria que aquela postura teórico-metodológica, tão pretensamente *objetiva no ato de conhecer*, implica negar os componentes subjetivos intrínsecos à relação sujeito-objeto e/ou sujeito/sujeito, ao rechaçar o engajamento e a opção político/ideológica do(a) pesquisador(a), tomando-os como perniciosos, desviantes. Trata-se da omissão de compromisso com a transformação social numa realidade desigual e discriminatória. Como não creio que haja pesquisa social descompromissada, essa omissão - mesmo estratégica - implica necessariamente a aceitação de um *status quo* (Haguette, 1997).

Deste modo, como um dos desdobramentos danosos da referida “estratégia feminista” - que inclui uma determinada utilização do termo gênero - em busca da legitimidade institucional, identifico algo que pode ser qualificado como a *perda de referenciais*. Investigar a realidade social das mulheres - cujo pressuposto é a desigualdade entre os sexos, sendo a utopia a igualdade - ainda é objeto de análise central da teoria feminista?

Uma resposta afirmativa a essa questão fica comprometida, e a impressão da perda de referencias ratificada, quando analisamos por exemplo o texto de Laurentis, que ao mesmo tempo, adota uma perspectiva pós-moderna, e recupera o conceito de ideologia althusseriano para pensar o funcionamento do gênero. Segundo a referida autora, gênero não significaria o mesmo que sexo, mas uma representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo:

Ao afirmar que a ideologia representa “não o sistema de relações reais que governam a existência de indivíduos, e sim a relação imaginária daqueles indivíduos com as relações reais que vivem” e lhes governam a existência, Altusser estava também descrevendo, a meu ver, o funcionamento do gênero. (Laurentis, p.212, 1994).

Ao afirmar que ideologia e gênero funcionam do mesmo modo - numa perspectiva teórica altusseriana, como a de Laurentis - continuamos operando ao nível das estruturas, apesar de discursarmos o contrário, e não atingimos os microprocessos. Trabalhar ao nível dos sistemas ideológicos constituídos - ou sistemas simbólicos - significa, correlatamente, trabalhar com as oposições binárias expressas através das relações sociais estruturadas. Parece-me que giramos em círculos, num discurso “explicativo” das desigualdades, das hierarquias e da dominação, evidentemente respaldados pelas diferenças biológicas entre os sexos.

Minha impressão assume o caráter de evidência no próprio texto de Laurentis:

Pois, assim como a sexualidade e a subjetividade, o gênero se localiza na esfera privada da reprodução, procriação e família, e não na esfera pública, propriamente social da superestrutura, onde a ideologia se insere e é determinada pelas forças econômicas e pelas relações de produção. (Laurentis, p.212, 1994).

Considero também problemático utilizar o recorte analítico de espaço - público/privado - porque simplesmente reproduzimos a dicotomia das esferas separadas. Talvez fosse o caso, como já sugerimos no início deste trabalho, “atribuir ao tempo o estatuto de categoria epistemológica fundamental” (Kergoat, ?, p. 91), ou seja, utilizarmos a noção de configuração histórica.

Outrossim, uma vez afirmado que as relações de gênero entram em qualquer aspecto da experiência humana e fazem parte dela, como podemos restringir o gênero à esfera privada? O que dizer das mulheres que se inserem “positivamente” na esfera pública? Nesta perspectiva de análise isso continuará sendo considerado algo excepcional, e as mulheres continuarão relegadas à família.

Tomando como referência a experiência do movimento feminista, resultado não só dos debates teóricos, mas também de embates políticos, ratifico que adoto a perspectiva de que são as relações humanas, sociais e históricas que fundamentam e organizam a sociedade. Nesta perspectiva, as consciências adquirem forma e existência através dos signos criados por um grupo organizado no curso de suas *relações sociais*⁵. Portanto, a lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social.

Seria possível um avanço teórico-metodológico no sentido de apreender a interação social entre os sexos e intra-sexo, as ações e/ou práticas sexuadas⁶, e correlatamente, o que Bakhtin chama de *psicologia do corpo social*: o meio ambiente dos *atos de fala*, em que se encontram submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta⁷?

Como? A abordagem teórica que mais se aproxima de minhas preocupações é a de Kergoat (?) em que o conceito de relações sociais de sexo leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade, ancorados materialmente na divisão sexual do trabalho. Segundo a referida autora, pensar em termos de divisão sexual do trabalho significa articular essa descrição do real com a reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades. "A divisão sexual do trabalho está no centro (no coração) do poder que os homens exercem sobre as mulheres" (Kergoat, ?, p.20).

Esta perspectiva procura pensar a realidade social das mulheres, mas não de forma fragmentada:

... deve, portanto, se integrar em uma análise global da sociedade, contribuir para fazê-la avançar (não se trata.

⁵ Poderíamos nos lembrar de Kant, que diz que a experiência é a substância, o conteúdo, para a razão, uma estrutura, uma forma vazia.

⁶ Diferentemente de "posicionalidades sexuais discursivas", como sugere Laurentis (1994, p. 216)

⁷ As conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro e no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-referente, a regulamentação social, etc. (Bakhtin, 1979, p.29)

evidentemente, de se integrar passivamente. o que seria mesmo impossível) e se articular aos outros elementos da dinâmica social (Kergoat, ? p.21).

Em seu aspecto descritivo, o conceito de relações sociais de sexo assemelha-se muito ao conceito de gênero. Entretanto, existem dois aspectos que, a meu ver, os diferenciam e que merecem atenção. O conceito utilizado pelas feministas francesas é o de relações sociais de sexo, em que sexo é efetivamente uma variável de relações sociais, enquanto que as feministas americanas esforçam -se em definir e trabalhar com a categoria gênero que se sobrepõe ao conceito de relações sociais.

O conceito de “relação” - social de sexo - possui a conotação de reciprocidade, enquanto que o termo gênero não permite, o que torna mais fácil esquecer os homens. No que concerne ao termo, gênero mantém inclusive, sua perspectiva de “neutralidade”.

Hollanda (1994), acha “curioso” que nas duas últimas décadas, exatamente num momento de prestígio do pluralismo neoliberal, em que se fala sobre o “fim da ideologia”, sobre a ineficácia dos discursos contestatórios, o pensamento feminista surge como novidade no universo acadêmico, e impõe-se como tendência teórica de forte potencial crítico e político. (Hollanda, 1994, p.7).

Trata de uma “curiosidade” que evidentemente pode ser discutida. Ainda que, nessas duas últimas décadas, o quadro de reflexão teórica das ciências humanas e sociais esteja marcado pela crise de paradigmas, *o pensamento feminista*, ao optar pela institucionalidade, talvez tenha se esquecido nesse percurso de que a mesma era “estratégica”, uma vez que o feminismo ainda era fundamentalmente uma ideologia política. Além disso, é ingenuidade crer que o pensamento feminista não tenha sido influenciado pela referida crise, e vice-versa. Tanto que, na atualidade, não é mais possível tratá-lo como “o pensamento feminista” dada a diversidade nos caminhos trilhados e suas conseqüências.

Em outros termos, as teorias feministas não escapam, incólumes, aos desdobramentos da crise em posturas ainda modernas e/ou pós-modernas. De minha parte, creio que devemos, sobretudo, refletir sobre mais uma dicotomia incorporada pela produção feminista através do já mencionado processo de institucionalização: a oposição entre ciência e ideologia, e suas conseqüências. Tal oposição, nos remete a uma postura

pretensamente neutra e objetivista, devidamente criticada em parágrafos anteriores, que negligencia a própria relação entre pesquisador(a) e objeto/sujeito de estudo. Despojando-nos de uma postura crítica e político-ideológica frente as nossas pesquisas, colocamos em xeque o compromisso com a transformação social e nossa própria identidade: "o sujeito oprimido tende a buscar explicação para a causa de sua opressão" (Scavone, 1996, p.49).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. O trote de Sokal nos pós-modernistas. *Teoria e Debate* (São Paulo), v. 10, n.36, 1997.
- ALVES, B. M. et al. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAKHTIN, M. A interação verbal. In: _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CARMO, S. I. S do. Sujeito do discurso e sujeito social: uma abordagem interdisciplinar. Faculdade de Ciências e Letras, 1997. (mimeo)
- CONNOR, S. *Cultura pós-moderna: - introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. IN: LOPES (org). *Gênero e Saúde*, Artes Médicas, PA, 1996. p.19-27p
- KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais/ Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. IN: _____ *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.79-93.
- LAURENTIS, T. de. A tecnologia do gênero. IN: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- LÖWY, M. Por um marxismo crítico. Em *Tempo* (São Paulo), n.294, 1998.
- NESTROVSKI, A. Teoria Literária. *Folha de São Paulo* (São Paulo), 1997. Caderno Mais! p.13,
- ORLANDI, E. P. Exterioridade e Ideologia. IN: KANAVILLIL, Rajagopalan (org.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, n. 30, p.1-116, 1996.
- ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCAVONE, L. (Org.). *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: EDUNESP, 1996.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v.16, p. 5-22, 1990.
- SÈVE, L. A personalidade em gestação. IN: SILVEIRA, P. et. al. *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989.

Bibliografia consultada

- CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z., LAMPHERE, L. (Org.). *Mulher, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-140.
- FLAX, J. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. B. e de (Org.). *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250
- LYOTARD, J. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.
- OLIVEIRA, E. M. de; SCAVONE, L. (Org.) *Trabalho, Saúde e Gênero na era da Globalização*. Goiânia: AB, 1997.
- ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z., LAMPHERE, L. (Org.). *Mulher, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

- SARTI, C. A. Família e individualismo: um problema moderno. IN: CARVALHO, M. do C. B. de (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995.
- SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 63-96
- STEPAN, N. L. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. IN: HOLLANDA, H. B. de (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

A MULHER NO ESPAÇO POLÍTICO FORMAL

Rogéria ANTUNES*

RESUMO: Este trabalho constitui o primeiro capítulo da tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Câmpus de Araraquara, para obtenção do título de Doutor em Sociologia, intitulada "*Mulher e Espaço Social: a participação feminina na esfera política local*". Esse estudo apresenta a preocupação de descrever e interpretar a relação entre mulher e espaço político institucional, especialmente, o poder legislativo. A pesquisa direcionou-se para a compreensão da inserção feminina num espaço social historicamente masculino, privilegiando a análise de uma situação concreta local: a micro-região de Araraquara.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher e espaço social, relações sociais de gênero.

"... no novo código de leis que vós estais redigindo, desejo que vos lembreis das mulheres e sejais mais generosos e favoráveis com elas do que foram nossos antepassados... Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos nem voz nem representação." (Abigail Adams)¹

Este trabalho foi desenvolvido no sentido de analisar a inserção da mulher no espaço político formal, especialmente o legislativo, privilegiando a análise da situação local numa cidade média do interior paulista (Araraquara). O interesse desta pesquisa direcionou-se

* Instituto de Ciências Sociais e da Comunicação- UNIP- CEP- 15013-080 - São José do Rio Preto.

¹ Carta de Abigail Adams dirigida a seu marido John Adams em 31/03/1776

especificamente para a investigação das relações estabelecidas entre mulheres e o contexto político formal no plano legislativo, com suas representações e atuações.² (Barsted, 1997)

Tal preocupação não está desvinculada do tema de pesquisa realizada em outro momento³ (Antunes, 1992) que, apesar de ter objeto de estudo diverso, apresenta como uma das preocupações centrais o interesse em pesquisar e analisar a relação da mulher com um espaço historicamente considerado masculino.

Neste sentido, o que chama atenção é a ausência ou marginalidade das mulheres no espaço político formal. Atualmente as mulheres inseridas na política formal brasileira representam 13.1% em relação ao total, segundo documento das Nações Unidas. Ainda segundo CFEMEA (Centro de Estudos e Assessoria) nas eleições de 1994 para o legislativo houve 869 mulheres para 11.964 candidaturas masculinas. A relação foi de 13 homens para cada mulher, ou seja, as candidaturas femininas representaram 7% neste pleito.

Entretanto, apesar dessa constatação, o crescimento da participação feminina nas instâncias formais do poder é visível e merece ser investigado. Sobretudo, merece atenção a relação da mulher com situações de poder visando detectar como ela é recebida no espaço do legislativo⁴.

² Foge portanto aos objetivos desse trabalho observar o poder da mulher nas outras instâncias da ação política. Considera-se obviamente que a ação política pode ser entendida também como atividades que fogem daquelas exercidas no âmbito da política formal. Abrange portanto outras instâncias de ações voltadas, principalmente, para o atendimento dos problemas e necessidades específicas de grupos sociais, como o sindicato, associações de bairro, organizações-não-governamentais, enfim, diferentes experiências que buscam ampliar as formas de representação da sociedade civil conforme os múltiplos interesses dos agentes sociais. Os dados sugerem que nesses espaços da política informal a mulher entra mais facilmente.

³ Trata-se de nossa dissertação de mestrado (1992) onde realizou-se um estudo comparativo entre três categorias, privilegiando a análise do trabalho da policial feminina e as contradições da inserção da mulher neste espaço marcadamente masculino, ligado à identidade masculina que, por sua vez, mantém expressiva proximidade com situações de poder, comando e decisão.

⁴ Insistimos na necessidade de compreender essas relações preferencialmente no legislativo, também, porque nos cargos do executivo o poder estará por hipótese, mais concentrado. Mulheres prefeitas ou governadoras (primeiras ministras ou presidentes) estão no topo da hierarquia. Quem ousaria hostilizar abertamente um ocupante de cargo executivo?

Neste sentido, buscamos compreender esta situação específica a partir de algumas questões: Como se movimentaram e movimentam-se as mulheres dentro ou em relação a esse espaço? Como foi esse espaço conquistado (ou não) no passado? Como se sentiram diferentes mulheres ao tentar penetrá-lo?

Refletir sobre estas questões através da literatura oficial é uma tentativa não muito fértil porque esta não inclui a trajetória da mulher. Mas, a mulher é depositária de informações sociais e culturais que escapam à literatura oficial, por sua vez, tão marcada pela construção política e ideológica do pensamento baseado na bipolarização público x privado.

Em contrapartida, diversos estudos (Miles, 1989); (Perrot, 1988-89); (Del Priore, 1993) têm demonstrado a fragilidade dessa construção teórica, já que nem sempre a mulher esteve ou está vinculada ao mundo privado e o homem ao mundo público, de forma mecânica⁵. Aliás, a dicotomia público x privado está sendo desconstruída, justamente porque os atores sociais reais nem sempre se comportam de acordo com ela. (Marins, 1995)

Marins demonstrou que as especificidades de algumas formas de organização social revelam a decomposição dessa separação. Seu estudo parte da necessidade de compreender como estas categorias (público x privado) formaram-se na historiografia brasileira, desde o pensamento de Gilberto Freyre (1983) circunscrito em espaços opostos como aqueles descritos nos clássicos *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambo* (Marins, 1995).

Esse autor observa a impossibilidade de compreender a realidade brasileira a partir destes pressupostos totalizadores e lembrará a existência de populações numerosas que povoavam as ruas e casas das cidades da

⁵ A situação da mulher no Brasil colonial, tal como apresentada por Del Priore (1993), constitui um exemplo significativo, na medida em que os vários papéis assumidos pela mulher neste período analisado rompem com a idéia da mulher passiva, da esposa dócil, submissa, ociosa e indolente, como pretendia Gilberto Freyre nos clássicos *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Ao contrário, segundo a autora, o poder feminino ligado à maternidade, extrapola o sentido biológico, na medida em que, diversamente da sociedade contemporânea, a mulher não dividia as tarefas referentes ao cuidado materno com o pai, os professores e os médicos e, desta maneira, a mãe acabava exercendo vários papéis sociais diferentes desde o nascimento e sobrevivência até a educação e saúde. (Del Priore, 1993)

sociedade brasileira, fugindo da rigidez do pensamento dicotômico tal como formulado não apenas por Gilberto Freyre mas, também, por Da Matta, Marins observa:

O caráter a-histórico dessas abordagens excludentes levam a compreensão dessas múltiplas práticas e apropriações dos espaços urbanos como patologias, disfunções de uma sintaxe consagrada por Da Matta como normal, como o esperado pela maior parte da população. As excessões que elege reforçariam esse mesmo sentido, visto que afirma não serem de fato todos partícipes desta mesma clivagem, e para tanto lança mão da figura dos 'malandros, meliantes, pilantras e marginais em geral', esquecendo-se de largas parcelas da população que encontram na rua não o espaço da prática da violência mas sim de sua própria sobrevivência. As ruas eram, e ainda são o espaço de permanência senão contínuo, mas pelo menos o que ocupa maiores horas de muitos mais do que os tipos elencados por Da Matta. (Marins, 1995)

O autor bem observa assim, a existência de estratos sociais que não correspondem a estas categorias muito abstratas para explicar a complexidade de nossa sociedade, mascarando as especificidades que fogem de tal configuração (público x privado).

O enfoque deste trabalho não se prende porém a essa dicotomia. Nosso foco vai diretamente para o espaço político formal entendido como espaço predominantemente masculino.

Portanto, o que nos interessa para esta discussão é destacar a especificidade deste tema, isto é, refletir acerca da relação entre mulher e espaço político e, em particular, compreender como ocorre a penetração feminina neste espaço e quais as dificuldades impostas por esta situação.

É preciso, antes de tudo, observar que a ocupação do espaço político apresenta, como será possível constatarmos mais adiante, a singularidade da total exclusão feminina em diferentes contextos e épocas. Não corresponde, portanto, ao movimento pendular no qual está inserida a mulher, num espaço nem exclusivamente público, nem exclusivamente privado.

Será possível destacar, também, que o campo político não é somente masculino devido a majoritária presença masculina, mas, que traz consigo uma simbologia atrelada aos valores identificados aos referenciais masculinos. O ato de decidir e de comandar corresponde a atributos imputados ao homem. Daí a dificuldade de se estabelecer uma relação mais equitativa entre mulher e espaço político formal.

Conforme as análises de Sarlo, podemos observar que, ainda num passado recente, a autoridade masculina afirmava-se como um fato indiscutível, reforçando inclusive a crença da supremacia masculina no campo do poder mesmo e principalmente quando as mulheres reivindicavam direitos. Ela dirá:

Essa peculiaridade pode explicar a estratégia que consiste no movimento duplo de conquistar espaços e reassegurar aos homens que seus privilégios e sua hegemonia não estejam em jogo em cada movimento. Por meio dessa estratégia feminina de duplicidade, a autoridade dos homens é tida como fato e, ao mesmo tempo, considerada como algo que deve ser mudado para o próprio interesse do homem, da família, da sociedade e das mulheres. No passado, o discurso das mulheres em relação à política e à esfera pública frequentemente começava por aceitar a hegemonia masculina nesses espaços e seus tópicos: isso parecia ser a precondição para o discurso e para a prática femininos que, uma vez assumidos como um direito, entrariam em conflito com o poder e a igualdade perante os homens. (Sarlo, 1997)

Há, como veremos mais adiante sob uma perspectiva empírica, uma certa naturalização das posições masculinas e femininas no espaço político formal, delimitadas por uma construção ideológica onde o homem se torna indiscutivelmente o agente nas tomadas de decisões.

Em *Um teto todo seu* temos a importante contribuição de Woolf sobre a subordinação da mulher ao poder simbólico masculino:

E como o romance tem essa correspondência com a vida real, seus valores são, numa certa medida, os da vida real. Mas é óbvio que os valores das mulheres diferem, com

frequência, dos que foram feitos pelo outro sexo; isso acontece, naturalmente. E, no entanto, são os valores masculinos que prevalecem. Falando cruamente, o futebol e o esporte são 'importantes'; o culto da moda e a compra de roupas são 'insignificantes'. E esses valores são inevitavelmente transferidos da vida para a ficção. Esse é um livro importante, pressupõe o crítico, porque lida com a guerra. Esse é um livro insignificante, pois lida com os sentimentos das mulheres na sala de visitas. (Woolf, 1985)

Qualquer estudo sobre as instâncias de poder em termos das relações de gênero deve partir de dados da realidade. Assim, este trabalho tem como referencial a realidade concreta da condição da mulher nesse espaço, apesar do número reduzido da representação política feminina no Brasil. Em comparação com a escala mundial, apresenta um dos mais baixos índices de participação no campo político formal. Vejamos alguns exemplos a nível de parlamento nacional.

Tabela 1 - Participação feminina na Câmara dos Deputados: exemplo de alguns países

Pais	Eleições	Cadeiras	Mulheres	%Mulheres
Suécia	09.1994	349	141	40.4
Noruega	09.1993	165	65	39.4
Dinamarca	09.1994	179	59	33.0
Moçambique	10.1994	250	63	25.2
Áustria	11.1994	183	43	23.5
Argentina	05.1995	257	56	21.8
Canadá	10.1993	295	53	18.0
Uganda	03.1994	270	47	17.4
Espanha	06.1993	350	56	16.0
Itália	03.1994	630	95	15.1
México	08.1994	500	71	14.2
Bulgária	12.1994	240	32	13.3
Indonésia	06.1992	500	61	12.2
E.U.A.	11.1994	440	48	10.9
Colômbia	03.1994	166	18	10.8
Austrália	03.1993	147	14	9.5
Índia	06.1991	528	42	8.0
Chile	12.1993	120	9	7.5
Brasil	10.1994	513	36	7.0
França	03.1993	577	37	6.4
Zaire	04.1994	738	37	5.0
Equador	05.1994	67	3	4.5
Mongólia	06.1992	76	3	3.9

Fonte: Inter-Parliamentary Union-1995

O quadro acima mostra que os países nórdicos apresentam um índice bastante elevado da presença feminina nos parlamentos em comparação com os demais. Mas, podemos chamar a atenção ainda para o fato de que países como a Uganda e a Argentina, o primeiro localizado na África Central e o segundo na América Latina, também revelam superioridade percentual em relação ao caso brasileiro.

No entanto, não seria possível levantar as causas que engendram esta situação e desenvolver aqui análises comparativas, pois não constitui este o propósito deste trabalho. Na verdade, o que gostaríamos de colocar em relevo é a baixa representatividade política feminina no Brasil, inferior não só aos países consagrados pela existência de regime democrático, considerado um dos mais avançados do mundo, como também por realidades com profundas diferenças deste modelo de democracia (como o exemplo da Argentina, Uganda e México)

Segundo as análises de Avelar, no entanto, apesar das dificuldades a serem superadas rumo a eliminação das desigualdades no sistema político (e também na vida civil), é possível considerar significativas as transformações ocorridas desde a década de 40.

A autora muito bem lembra a importância dos Foruns Internacionais que desde os anos 50 reclamam o esforço de garantir os direitos políticos da mulher. A Convenção dos Direitos Políticos da Mulher (1952-1960), a Convenção Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), a Conferência de Nairobi (1985) e a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher em Beijing (1995), além de enfocarem outras questões, acompanham o empenho em promover a participação da mulher na política e nos processos decisórios em condições de igualdade com os homens. (Avelar, 1996)

Sobre a Conferência de Beijing (China-1995), ainda, Avelar observa:

Importante frisar que mais de 40.000 mulheres participaram deste encontro, com causas das mais distintas, desde a luta pela superação de costumes fortemente arraigados, como a escolha de maridos pelas famílias, extremos de violência doméstica, até a conquista de crédito em instituições bancárias (...) Os movimentos de mulheres da década de 40 jamais poderiam imaginar que em meio século tal conquista seria possível. Como veremos mais adiante, estas conquistas têm o aspecto de verdadeiras revoluções, se consideramos o grau de desafios que enfrentam para implantar outros valores, em um mundo muito desigual. Desta forma, as mulheres vão se tornando o

principal veio para as conquistas de novos valores e das lutas sociais e políticas. (Avelar, 1996).

Deste modo, não podemos deixar de considerar que, especificamente no plano da participação política, a tendência ao crescimento da representação feminina nas instâncias formais do poder é bastante visível no Brasil. A análise de alguns dados referentes aos últimos 50 anos revela tal crescimento.

Tabela 2 - Participação Feminina no Congresso Nacional - Senado Federal (Brasil)

Eleições	Cadeiras	Homens	Mulheres	% Mulheres
12.1945	63	63	0	0.0
10.1950	63	63	0	0.0
10.1954	63	63	0	0.0
10.1958	63	63	0	0.0
11.1962	66	66	0	0.0
11.1966	66	66	0	0.0
11.1970	66	66	0	0.0
11.1974	66	66	0	0.0
09.1978	67	66	1	1.5
11.1982	69	69	0	0.0
11.1986	71	71	0	0.0
10.1990	81	79	2	2.5
10.1994	81	75	6	7.4

Fonte: Inter-Parliamentary Union-1995

Através destes dados é possível verificar claramente que o Senado Federal brasileiro é um espaço de atuação masculina. Nota-se a absoluta ausência da mulher até o pleito de 1978. Se pensarmos que no modelo em que o legislativo apresenta-se bicameral, o Senado aparece como a câmara alta (aquela na qual o poder legislativo alcança culminância)⁶, fácil se torna perceber a dificuldade de acesso da mulher

⁶ Basta lembrar aqui que o Senado já foi vitalício neste país e, ainda hoje, o mandato de um senador dura 8 anos.

ao poder institucionalizado. Mesmo alcançando o Senado, a representação feminina é insuficiente no Brasil.⁷

Constatamos, também, que nos pleitos seguintes (1982/1986) a presença masculina novamente se torna absoluta e, apenas na década de 90 há uma inserção feminina neste campo político de forma mais efetiva. É importante notar que apesar de ser minoritária esta presença representa um relativo avanço em comparação às eleições anteriores. O resultado das eleições de 1994, por exemplo, apresenta o percentual de 7.4% de mulheres no Senado, o que significa um crescimento de aproximadamente 200% em relação à eleição anterior (1990).

Vale observar, ainda, os dados referentes a presença feminina na Câmara dos Deputados:

⁷ Na verdade, a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado foi Eunice Michilles, somente em 1979, assumindo uma vaga por falecimento do titular com exercício de mandato de 8 anos (Verificar *Mulheres sem medo do poder: chegou a nossa vez, Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras*, 1996)

Tabela 3 - Participação Feminina no Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (Brasil)

Eleições	Cadeiras	Homens	Mulheres	% Mulheres
12.1945	286	286	0	0.0
10.1950	304	303	1	0.3
10.1954	321	320	1	0.3
10.1958	326	323	3	0.9
11.1962	409	407	2	0.5
11.1966	409	404	5	1.2
11.1970	310	309	1	0.3
11.1974	364	363	1	0.3
09.1978	420	416	4	1.0
11.1982	479	472	7	1.5
11.1986	487	461	26	5.3
10.1990	503	473	28	5.6
10.1994	513	477	36	7.0

Fonte: Inter-Parliamentary Union -1995

Os indicativos deste quadro apontam para maior presença feminina na Câmara dos Deputados relativamente à situação analisada anteriormente (Senado Federal).

Conforme a tabela acima, a mulher ocupou o legislativo federal desde 1950, mas, é importante acrescentar que sua presença na Câmara dos Deputados se deu em períodos anteriores aos demonstrados pela tabela acima. Em 1934 e 1936 foram eleitas as deputadas federais Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz, ambas exercendo este cargo até 1937. (Tabak, 1989)

No quadro exposto observamos que, a partir das eleições de 1950, há penetração feminina neste espaço, num movimento ora crescente (1958/1966), ora decrescente (1962/1970), entretanto visivelmente progressivo desde o início dos anos 80.

Em contrapartida, apesar destes referenciais quantitativos, apresentados em direção ao crescimento da participação feminina em instâncias formais do poder, é necessário observar a lentidão na qual estão assentadas as alterações deste contexto, no qual a participação da mulher é historicamente tão desigual. A ausência de uma representação equitativa em diversos níveis do processo político, assim como em cada sociedade particular é a marca do fenômeno.

Como bem observa a deputada Marta Suplicy, no Projeto de Lei nº 783, de 1995:

... A Constituição brasileira expressa a igualdade entre homens e mulheres como sua primeira premissa. Não é novidade para ninguém que essa igualdade legal ainda não é real em todos os âmbitos da sociedade. No poder político e nos núcleos decisórios é onde se percebem as mudanças mais lentas em relação as desigualdades homem-mulher. Segundo dados da ONU, mantendo-se o ritmo atual de crescimento de 1 a 2%, da mulher em cargos de direção, o mundo só terá paridade de representação homem-mulher daqui a 400 anos. (Suplicy, 1995).

Neste contexto, a ausência ou marginalidade das mulheres nas situações formais de poder, fora de dúvida, constitui um fato que nos chama a atenção e que merece ser analisado à luz de pesquisas compreensivas.

A necessidade da sociedade ser representada através dos meios políticos vem ao encontro da possibilidade de mulheres lutarem por uma condição de igualdade entre gêneros masculino e feminino, evitando deste

modo a existência das mais variadas formas de discriminação, especialmente no espaço político caracterizado como “masculino”.

Insistimos em frisar que esta luta pela equidade não resume apenas as inquietações “femininas”; ela corresponde, na verdade, ao esforço de eliminar os antagonismos da sociedade como um todo. Seria, portanto, arbitrário tratar a questão da participação da mulher nos espaços políticos formais separada do contexto das relações de gênero na sociedade.

É certo que com o acesso da mulher à representação política, não se tem a pretensão de que, desta forma, estaria resolvida a totalidade do problema da sua participação no espaço político, já que ele apresenta considerável profundidade e abrangência. (Avelar, 1996)

Mas, o tema da participação feminina no sistema de decisão adquire importância na medida em que o Estado e as instâncias do poder não estão separadas das relações sociais e do corpo social.⁸ (Lamounier, s.d.)

A política, nesse sentido, adquire uma amplitude e complexidade que ultrapassa o desempenho administrativo. Como demonstrou Lamounier, o processo que envolve as instâncias decisórias e o processo de participação são faces da mesma moeda.

A participação, as expectativas e os interesses dos grupos sociais adquirem importância significativa no que diz respeito à satisfação das necessidades específicas. Assim, para discutir sobre o tema proposto aqui, trata-se de repensar o exercício político como um feito de exclusividade masculina e, portanto, um espaço destinado à satisfação de suas prioridades ou, ainda, repensar o “desinteresse” da mulher por assuntos de ordem política, tanto no seu sentido mais estrito quanto no seu sentido mais amplo.

Ora, estamos distantes mais de dois séculos da Revolução Francesa e um de seus preceitos adotado, ou seja, o da igualdade, ainda

⁸ Verificando Lamounier é possível certificar, em sua proposta de uma nova elaboração teórica em relação às políticas públicas que o aspecto político tem um sentido abrangente e não atômico, isto é, a concentração do processo decisório não se desvincula dos interesses e expectativas sociais.

hoje se impõe como uma prerrogativa a ser alcançada por determinados segmentos, os chamados excluídos da igualdade de direitos.

Em relação à problemática feminina, a ocupação de determinados espaços, realizada quase sempre por homens ou por uma quantidade ínfima de mulheres, marca o processo assimétrico no qual se desenvolvem, em geral, as relações de gênero.

A ausência feminina (total ou parcial) em setores ocupados fundamentalmente por homens pode ser notada ainda neste final do século XX, onde surgem apenas indícios de uma ruptura deste quadro, sendo que as situações de comando ou poder são via de regra identificadas com o sexo masculino.

Encontramos, não apenas no campo especificamente ligado ao poder formal, o exemplo de Eileen Collins, a primeira mulher do mundo que teve a oportunidade de comandar um ônibus espacial no início de 1995. Da mesma forma, encontrar uma mulher na liderança da diplomacia norte americana só foi possível no final de 1996, quando Madeleine Albright assumiu a posição de comando, com a nomeação de Secretária de Estado dos Estados Unidos.⁹

Temos o exemplo, também, no caso brasileiro, da primeira mulher a presidir a Academia de Letras (ABL) no final de 1996, Nélida Piñon, outra situação semelhante ao caso acima, no que tange a rara presença da mulher em posições de direção e liderança.

Estes são alguns exemplos, divulgados nos meios de comunicação, que sinalizam o início da inserção tardia da mulher em determinados espaços predominantemente masculinos.

No mesmo sentido, podemos afirmar que as mulheres ainda se encontram a margem das situações de poder relativas ao plano político, tema que nos interessa diretamente nesta investigação.

Em 1994, a mulher, considerando as três esferas do judiciário, somente estava presente no Tribunal Superior do Trabalho com uma representação de 3.7%. A representação feminina era inexistente no

⁹ Madeleine Albright já atuava como embaixadora dos E.U.A. junto à ONU. Em dezembro de 1996, o presidente deste país, ao anunciar a equipe de segurança nacional de seu governo, incluiu sua nomeação como Secretária de Estado dos E.U.A., cargo de comando diplomático até então marcado pela exclusão feminina.

Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal da Justiça. (Revista Veja: Especial Mulher, 1994)

O estudo realizado por Avelar demonstrou que a presença das mulheres nos espaços do poder Judiciário tem apresentado um crescimento significativo, alterando o quadro de representação cujas características são essencialmente masculinas. (Avelar, 1996)

No caso do estado de São Paulo, por exemplo, o número de mulheres aprovadas em concursos do Tribunal de Justiça sofreu sensível crescimento a partir da década de 80: somente 02 (duas) mulheres foram aprovadas no ano de 1981, mas, este número cresceu em 1990 para 31 (trinta e um), e para 32 (trinta e dois) em 1992. Em 1996 o número foi de 26 (vinte e seis). (Avelar, 1996)¹⁰

Entretanto, este estudo demonstra, também, a persistência da situação de marginalidade feminina através da análise da estrutura hierárquica do Judiciário.

Interessa-nos observar o que ocorre quando se passa dos níveis mais baixos aos mais altos na Justiça Comum, tomando como ilustração o caso de São Paulo. Como juízes de Terceira Entrância há 15% de mulheres, na Segunda Entrância, 51%, e na Primeira Entrância, 33%. Já na Entrância Especial há 2% de mulheres. (Avelar, 1996)

O termo entrância significa lugar de ordem das circunscrições judiciárias, na classificação que delas se faz para vários efeitos legais. (Ferreira, 1995).

As entrâncias são definidas de acordo com as divisões que caracterizam o poder judiciário, atrelado a uma hierarquia que perpassa seus órgãos, a saber: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Magistratura, Tribunal Federal de Recursos e juízes federais, Tribunais e juízes militares, Tribunais e juízes eleitorais, Tribunais e juízes de trabalho, Tribunais e juízes estaduais, Tribunal e juízes do Distrito Federal e Territórios. (Negrão, 1996)

¹⁰ Cumpre lembrar ainda que o número de juízas classistas é extremamente reduzido, apesar de esta categoria ser indicada por sindicatos.

Para integrar-se aos cargos superiores do Poder Judiciário os (as) juizes (as) atravessam um processo de nomeação, ora pelo Presidente da República, como no caso da ocupação do Supremo Tribunal Federal, ora por este próprio Supremo Tribunal Federal que, por exemplo, é responsável pela escolha dos sete membros que preencherão o Conselho Nacional de Magistratura. (Negrão, 1996)

Não considero fundamental, porém, alongar neste momento as análises acerca da disposição dos órgãos que compõem o poder judiciário. O que interessa para esta análise é esclarecer os critérios que definem sua hierarquia, a fim de visualizar a posição da mulher neste contexto.

Conforme indica a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o ingresso da carreira no Poder Judiciário, na qual o cargo inicial é o de juiz (a) substituto (a), ocorre através de concurso público de provas e títulos incluindo a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as etapas desta seleção.

No entanto, a promoção de entrância se realiza através de apreciações, tal como “antiguidade” e “merecimento”.¹¹ A avaliação para efeito de ocupação de cargo superior considera a idade mínima e o tempo de exercício em função determinada, mas também, o indivíduo é avaliado quanto a sua “idoneidade moral” e quanto ao seu “notório saber jurídico”, critérios estes indiscutivelmente subjetivos.

É relevante tomarmos maior proximidade com as apreciações seletivas que perpassam o Poder Judiciário, recorrendo ao exemplo abaixo, suficiente para retratar a natureza dessas promoções, e que permite, inclusive, melhor compreender a exclusão, em alguns casos, ou marginalidade, em outros, da mulher nos espaços mais elevados desta hierarquia.

O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco

¹¹ A apreciação referente ao preenchimento ou promoção de entrâncias estão melhor explicitadas no capítulo III da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Verificar também Negrão, Theotonio -Idem.

anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
(Negrão, 1996). (Grifo meu)

Conforme indica os dados apresentados no trabalho realizado por Avelar (1996) é possível verificar que as dificuldades da inserção da mulher no poder Judiciário são mais profundas no que tange a sua ascensão, no momento em que a seleção é feita através do estado. Avelar diz ainda:

Os valores que restringem a ascensão das mulheres às cúpulas do Poder Judiciário, além dos obstáculos de natureza estrutural, se encontram no conjunto dos preceitos que atribuem aos homens maior superioridade de desempenho na função judicial. (Avelar, 1996)

Esta afirmação está ligada ao visível sexismo encontrado neste campo em que o sexo masculino constitui um determinante significativo para a ocupação de postos mais elevados.

Quanto ao poder Executivo, no ano de 1994 as mulheres tinham a seguinte representação:

Tabela 4 - Participação feminina no poder executivo brasileiro em 1994.

Governo Estadual	0%
Ministério	3.4%
Prefeituras Municipais	3.4%
Prefeituras nas Capitais	11.5%

Fonte: Revista Veja- Especial Mulher, 1994

A reportagem chama a atenção ainda para o fato de que a primeira mulher a chegar ao ministério foi Esther de Figueiredo Ferraz (ministra da educação) em 1982.

O levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas para Mulher (UNIFEM) concluiu também que as mulheres brasileiras representam apenas 13.1% de todos os cargos políticos do país (Folha de São Paulo, 1.996).

Considerando que as mulheres representam 52% da população brasileira uma reflexão aqui se impõe: Como e por que a mulher está praticamente ausente, ou quando não está ausente está numericamente em defasagem, como no caso do Senado brasileiro, onde ela assumiu uma cadeira apenas em 1,979 quando Eunice Michilles manteve seu mandato até 1,987 por falecimento do titular ?

É preciso lembrar que a divisão sexual do trabalho na família e na sociedade, assim como a distribuição e incorporação de papéis sociais diferenciados ao homem e à mulher também são fatores indispensáveis ao entendimento da participação feminina no espaço político. A introdução da mulher no espaço político formal e, portanto, a busca por uma situação de equidade de gêneros na representação política não pode ser pensada sem considerarmos sua relação com o chamado espaço da reprodução, o qual tem sido, historicamente, obstáculo à participação feminina em diferentes espaços e profissões.

A baixa representatividade da mulher nos espaços políticos não constitui um fenômeno desarticulado do papel sócio-cultural reservado às mulheres. Como principal responsável pelo espaço doméstico e pelo cuidado dos filhos, ainda que desempenhe atividades profissionais, adaptando-se às necessidades de mercado, a mulher fica limitada pelas exigências da reprodução. A História mostra que a mulher exerce outras formas de poder, o que também pode ser considerado ação política, porém informal. Ora, atuando politicamente no lar onde exerce poderes vários (Whitaker, 1988), ora influenciando poderosamente os homens nas cortes européias, ora comandando movimentos sociais, a mulher marca presença constante nas esferas da política informal.

Por outro lado, no plano formal da política, fica destinado aos homens o espaço que requer o exercício do poder, da autonomia e das situações de comando. É certo que esta situação não se manifesta de forma mecânica, mas, é inegável que as mulheres não ocupam cargos de decisão que sejam representativos da magnitude da população feminina.

Desta forma, a preocupação da deputada Marta Suplicy voltada para a correção da discriminação centraliza sua atenção na superação da mentalidade (e da prática) baseada no pensamento dualista:

...as resistências maiores à mudança são sentidas em dois níveis aparentemente opostos, verdadeiros impasses

para a conquista da igualdade: dificuldades de acesso das mulheres nos centros decisórios de poder político e econômico e a falta de divisão das atividades e tarefas consideradas domésticas. A raiz das reações é a mesma: a configuração cultural das atribuições e competências do gênero feminino (para as 'ações de maternagem') e do gênero masculino ('exercício do poder e autonomia'). (Marta Suplicy)

Neste sentido, a reflexão sobre as possibilidades da prática política feminina deve se realizar a partir da consideração da diversidade do universo no qual está inserida.

De outro modo, temos que considerar também os limites internos das organizações políticas.¹² Os partidos políticos, desde o período de redemocratização do país (1946) não demonstraram interesse em desenvolver a representação política feminina (Avelar, 1989).

Este fato representa um forte obstáculo presente no interior dos partidos, pois ao exaltar as diferenças de gênero acabaram limitando as possibilidades de igualdade.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *Policiais Femininas* : contradições no universo "feminino". Araraquara, 1992. 191p. Tese (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- AVELAR, L. M. de. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.
- AVELAR, L. M. de. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

¹² Segundo Avelar somente a partir de 1978 os partidos passaram a permitir o exercício da atividade feminina em seu interior, mas como um grupo a parte e não como um grupo a ser absorvido naturalmente: "ao invés das mulheres serem naturalmente absorvidas nas organizações partidárias, foi necessário criar um setor especial que, ao mesmo tempo, as incorpora e isola, reconhecendo mais sua diferença do que sua igualdade."(Avelar, 1989)

- BARSTED, L. de A. L. *Movimento social e partidos políticos: o informal e o formal na participação política das mulheres*. São Paulo/Brasília: I Jornada do Comitê Para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), 1997
- LAVINAS, L., MELO, H.P.de (orgs.) - *Mulheres sem medo do poder: chegou a nossa vez*. Rio de Janeiro: IPEA-DIPES, 1996.
- DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.
- FERREIRA, A.B.H. *Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. vol I e II, Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Análise de políticas públicas: quadro teórico metodológico de referência*. (mimeogr., s.d, s.l.).
- MARINS, P.C.G. *Através da rótula: sobre mediações entre casas e ruas*. In: 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, 1995. 12p.(mimeogr.)
- MILES, R. *A história do mundo pela mulher*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- NEGRÃO, T. *Código de processo civil e legislação processual em vigor*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- Organizações das Nações Unidas- *IV Conferência mundial sobre a mulher: Beijing, China-1995*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, M. Práticas da memória feminina. In: A mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História* (São Paulo), v.9., n.18, 1989.
- REVISTA VEJA: Especial Mulher. São Paulo: Abril, 1994
- SARLO, B. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997
- TABAK, F. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

Women in Parliaments: 1945-1995. A World Statistical Survey, Inter-Parliamentary Union. Geneva, 1995.

WHITAKER, D. *Mulher & Homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1988.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Bibliografia Consultada

BOURDIEU, P. Espace social et genèse des "classes". *Actes de la Recherche*, v. 52/53, 1984.

BOURDIEU, P. Remarques prévisioires sur la perception sociale du corps. *Actes de la Recherche*, v. 14, 1977.

CONDORCET. Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania. In: BADINTER, E. *Palavras de Homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

QUIROZ, T. Identidad de género y poder local. In: *El espacio posible: mujeres en el poder local*. Santiago: IULA-CELCADEL/ Isis Internacional, 1993.

SINEAU, M. Direito e democracia. In THÉBAUD, F.(Org.) *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

VARIKAS, Eleni. Genre et démocratie historique ou le paradoxe de l'égalité par le privilège. In: SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2. Araraquara: UNESP, 1996. (mimeogr.)